SUMÁRIO

Título I- Disposições Preliminares.....4
Capítulo I- Da composição e da Sede.....4
Capítulo II- Das Sessões Legislativas 4
Capítulo III- Das Sessões Preparatórias 5
Seção I- Da Posse dos Vereadores.....5
Seção II- Das Eleições da Mesa.....6
Seção III- Da declaração de Instalação da Legislatura.....6

Título II- Dos órgãos da Câmara.....9
Capítulo I- Da Organização.....9
Capítulo II- Do Plenário.....9
Capítulo III- Da Mesa Executiva.....9
Seção I- Da Composição e Competência.....10
Seção II- Da Presidência.....12
Seção III- Da secretaria.....15
Capítulo IV- Das Comissões.....16
Seção I -Das Disposições Gerais.....16
Seção II- Das Comissões Permanentes.....17
Subseção I- Da comissão e Instalação.....17
Subseção II- Das composições permanentes e suas competências.....18
Seção III- Das Comissões Temporárias.....21
Subseção I- Das Comissões Especiais.....22
Subseção II- Das Comissões parlamentares de Inquérito.....22
Subseção III- Das Comissões Processantes.....26
Subseção IV- Das Comissões de Representação.....28
Seção IV- Das Vagas.....29
Seção V- Das Reuniões.....30
Seção VI- Da Ordem dos Trabalhos.....30
Seção VII- Dos Prazos.....31
Seção IX - Dos Pareceres.....31
Seção X- Da Organização das Comissões.....34
Capítulo V- Das Comissões representativas da Câmara.....35

Título III- Das Atribuições da Câmara.....35

Título IV- Das Sessões da Câmara.....40
Capítulo I- Disposições Gerais.....40
Capítulo II- Das sessões Públicas.....43
Seção I- Das sessões Ordinárias.....43
Subseção I- Do Expediente.....44
Subseção II- Da Ordem do Dia.....45
Seção II- Das sessões Extraordináriás.....47
Seção III- Das Sessões Solenes.....48
Seção IV- Das sessões Especiais.....48

Título V- Do Processo Legislativo 49
Capítulo I- Disposições Gerais.....49

Seção I- Disposições Preliminares.....50
Seção II- Dos Projetos.....53
Subseção I- Dos Projetos de Lei.....54
Subseção II- Dos Projetos de Resolução 55
Seção III- Das Emendas e do Substitutivo.....56
Seção IV- Das Indicações.....58
Seção V- Dos Requerimentos.....59
Subseção I - Dos Requerimentos Submetidos à Despacho.do Presidente.....59
Subseção II - Dos Requerimentos Submetidos à Despacho.do Plenário.....59
Subseção III -Das Disposições Gerais.....62
Seção VI- Das Moções.....63
Seção VII- Do Veto.....64
Capítulo II- Da apreciação das Proposições.....64
Seção I- DaTramitação.....64
Seção II- Do Recebimento e da Distribuição das Proposições.....65
Seção III- Dos Turnos que estão sujeitas as Proposições.....65
Seção IV- Do Regime de Tramitação.....66
Subseção I- Das Tramitações que estão sujeitas as Proposições.....67
Subseção II- Da Urgência.....69
Subseção III- Da Preferência.....69
Seção V- Do Destaque.....70
Seção VI- Da Prejudicialidade.....70
Seção VII- Da Discussão.....71
Subseção I-Disposições Gerais.....71
Subseção II - Da Inscrição do Uso da Palavra.....72
Subseção III-Da Parte.....74
Subseção IV- Dos Prazos para Uso da Palavra.....75
Subseção V- Da Questão de Ordem.....75
Subseção VI- Do Adiantamento da Discussão.....75
Subseção VII- Do Encerramento da Discussão.....75
Seção VIII -Da votação pelo Plenário.....76
Subseção I- Disposições Gerais.....76
Subseção II- Das Modalidades e dos Processos de votação.....77
Subseção III- Do Encaminhamento de votação.....77
Subseção IV- Do Adiantamento da Votação.....78
Subseção V-Do Pedido de Vistas.....79
Subseção VI- Da Declaração de voto.....79
Seção IX- Da Redação do Vencido e da Redação Final.....80
Subseção I- da Redação do Vencido.....80
Subseção II- Da Redação Final.....80
Seção X -Do encaminhamento da proposição aprovada.....81
Seção XI- Da Apreciação Conclusiva.....81
Capítulo III- Das Matérias e dos Procedimentos sujeitos a Disposições Especiais.....82
Seção I- Da Proposta de Emenda a Lei Orgânica.....82
Seção II- Dos Projetos de Lei de Diretrizes Orçamentarias e do orçamento anual.....83
Seção III- Dos Projetos de Códigos e dos estatutos 84

Seção IV- Do Plano Diretor.....85
Seção V- Dos Projetos de Iniciativa do Prefeito com solicitação de Urgência.....86
Seção VI- Do Projeto de Fixação do número de Vereadores 86
Seção VII- Do Regimento Interno.....87
Seção VIII- Da Fiscalização Contábil Financeira e Orçamentária.....87
Seção VIII- Da Tomada de Contas do Prefeito e da mesa 88
Seção IX- Da Destituição da Mesa.....91

Título VI- Dos Vereadores 92
Capítulo I- Do Exercício do Mandato.....92
Capítulo II- Das Incompatibilidades.....93
Capítulo III- Da Perda e da Extinção do Mandato.....94
Capítulo IV- Da Vacância.....97
Capítulo IV- Da Licença.....97
Capítulo V- Da convocação do Suplente 99
Capítulo VI- Do Vereador Servidor Público.....99
Capítulo VII- Do Decoro Parlamentar.....99

Título VII- Da Administração e da Economia Interna 104
Capítulo I- Dos Serviços Administrativos.....104
Capítulo II- Do Controle Interno.....105
Capítulo III- Da Polícia da Câmara.....105

Título VIII- Da Participação da Sociedade Civil.....106
Capítulo I- Da Participação Popular.....106
Seção I- Do Plebiscito, do referendo e da Consulta Popular.....106
Seção II- Da Iniciativa Popular e do projeto de Lei.....108
Seção III-Da proposta Popular de Emenda à Lei Orgânica.....111
Capítulo II- Da Administração Pública.....113
Capítulo III- Das petições e Representação e de outras formas de Participação Popular.....113

Título IX Das Disposições Regimentais Gerais.....114
Capítulo I- Da Posse do Prefeito e do Vice Prefeito.....114
Capítulo II- Da Convocação de Servidores Municipais 115
Capítulo III-Do Comparecimento de Autoridades.....115
Capítulo IV- Dos Recursos Contra as decisões do Presidente.....115
Capítulo V- Do Arquivamento e da Eliminação de Documento.....117
Capítulo VI- Da convocação do Suplente 117
Capítulo VII- Das Disposições Finais.....117

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

CAPÍTULO I
DA COMPOSIÇÃO E DA SEDE

Art. 1º - A Câmara Municipal compõe-se de Vereadores eleitos entre cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos, pelo sistema proporcional, mediante pleito direto, realizado simultaneamente em todo País.

Art. 2º - A Câmara Municipal tem sua sede na cidade de BARBOSA FERRAZ e funciona no prédio que lhe é destinado.

§ 1º - Pode a Câmara Municipal, por motivo de conveniência pública e por deliberação da maioria de seus membros, reunir-se em outros edifícios, no território do Município, cabendo a Mesa Diretora designar o local para a realização das sessões descentralizadas, atendendo aos dispositivos deste Regimento Interno;

§ 2º - Para a realização das sessões previstas no *caput* deste artigo, deverá haver a comprovação do local apropriado e seguro para abrigar os Vereadores e os demais agentes públicos e membros da sociedade presentes no recinto;

§ 3º - As sessões descentralizadas seguirão o mesmo procedimento das realizadas na sede da Câmara Municipal, sendo permitida apenas uma por mês;

§ 4º - Os pedidos de descentralização das sessões deverão ser dirigidos a Mesa Diretora, a qual, uma vez se fazendo decidir pelo seu deferimento por maioria dos votos dos Vereadores, determinará data, horário e local para a sua realização;

§ 5º - Em caso de deferimento do pedido de descentralização da sessão ordinária, caberá a Mesa da Câmara Municipal, dar ampla divulgação do local, dia e horário de sua realização.

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES LEGISLATIVAS

Art. 3º - Cada legislatura terá a duração de 4 (quatro) anos, corresponde a 4 (quatro) sessões legislativas, com início cada uma em 02 de fevereiro até 17 de julho e de 1º de agosto até 22 de dezembro, ressalvada a de inauguração da legislatura, que inicia em 1º de janeiro.

Parágrafo único - Serão considerados como recesso legislativo os períodos de 18 a 31 de julho e de 23 de dezembro a 01 de fevereiro.

Art. 4º - A Câmara Municipal, reunir-se-á durante as Sessões Legislativas:

I - ordinariamente de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;

II - extraordinariamente, quando, com este caráter, for convocada na forma da Lei Orgânica e deste Regimento.

§ 1º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 17 de julho, enquanto não for aprovada a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º - A sessão legislativa ordinária não será interrompida em 22 de dezembro, enquanto a Câmara não deliberar sobre a lei orçamentária do ano subsequente.

§ 3º - A Câmara deliberará, quando convocada extraordinariamente, somente sobre a matéria objeto de convocação.

Art. 5º - A Câmara reunir-se-á, além de outros casos previstos neste Regimento, para:

I - inaugurar a sessão legislativa;

II - dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito, em 1º de janeiro do ano subsequente ao da eleição, e ouvir-lhes, individualmente, o compromisso, estabelecido no artigo 49 da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO III
DAS SESSÕES PREPARATÓRIAS

SEÇÃO I
DA POSSE DOS VEREADORES

Art. 6º - O candidato diplomado Vereador deverá apresentar à Mesa, até 31 de dezembro do ano de sua eleição, o diploma expedido pela Justiça Eleitoral, juntamente com a comunicação de seu nome parlamentar, legenda partidária e declaração de imposto de renda e proventos.

§ 1º - Caberá à Secretaria da Câmara organizar a relação de Vereadores diplomados que deverá estar concluída antes da instalação da sessão de posse.

§ 2º - A declaração de imposto de renda e proventos deverá ser entregue perante a Secretaria da Câmara, obrigatoriamente, de forma anual, para o devido arquivamento.

Art. 7º - Os candidatos diplomados Vereadores, no dia 1º de janeiro do primeiro ano de cada legislatura, reunir-se-ão em sessão preparatória, na sede da Câmara Municipal, para:

I - posse de Vereadores;

II - eleição da Mesa.

§ 1º - Assumirá a direção dos trabalhos o Vereador com o maior número de mandatos e, em havendo empate, aquele que tiver a maior idade entre os presentes.

§ 2º - Aberta a sessão, o Presidente convidará um Vereador, de preferência da maior bancada, para secretariar os trabalhos.

~~**§ 3º** - O Presidente proclamará os nomes dos diplomados, constantes da relação a que se refere o parágrafo único do artigo anterior~~.

§ 3º O Presidente proclamará os nomes dos diplomados, constantes da relação a que se refere o § 1º do art. 6º deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 4º - O Presidente prestará o seguinte compromisso:

"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÀO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DE SEU POVO".

§ 5º - O Secretário designado fará a chamada de cada Vereador, que, em pé, declarará: **"ASSIM O PROMETO".**

§ 6º - O Vereador que não tomar posse na sessão prevista neste artigo, deverá fazê-lo até 10 (dez) dias da data de sua realização, sob pena de perda de mandato, salvo motivo justo, acatado pela maioria absoluta da Câmara Municipal.

§ 7º - Não haverá posse por procuração.

§ 8º - O vereador empossado posteriormente prestará compromisso na primeira sessão da Câmara realizada após sua posse.

§ 9º - O Suplente de Vereador, tendo prestado o compromisso só uma vez, será dispensado de fazê-lo em convocações posteriores.

SEÇÃO II
DA ELEIÇÃO DA MESA

Art. 8º - Realizar-se-á, na sessão preparatória de que trata o artigo anterior e em atendimento ao disposto em seu inciso II, a eleição dos membros da Mesa da Câmara Municipal, cujo escrutínio se procederá na seguinte ordem:

I -2º Secretário;

II-1º Secretário;

III - Vice-Presidente

IV - Presidente.

Parágrafo único. A eleição da Mesa Executiva para o segundo biênio de cada legislatura, ocorrerá na segunda Sessão Ordinária do mês de setembro, conforme disposto no Calendário Anual das Sessões Ordinárias.

Art. 9º - A eleição da Mesa será feita por maioria absoluta de votos, em escrutínio único, em votação aberta nominal, contendo a indicação de nomes e respectivos cargos.

§ 1º - Encerrada a votação, serão os eleitos proclamados pelo Presidente, ficando automaticamente empossados.

§ 2º - Não havendo *quórum* para eleição, o Vereador que estiver exercendo a direção dos trabalhos convocará sessões diárias até que seja eleita a Mesa.

Art. 10 - Encerrada a votação, far-se-á a apuração e os eleitos serão proclamados pelo Presidente, obedecida as disposições da Lei Orgânica.

~~**Art. 11** - Na hipótese de ocorrer vaga na Mesa será ela preenchida pelo cargo imediatamente anterior, na ordem prevista do art. 7° deste Regimento, com exceção do cargo de 2° Secretário que ocorrerá nova eleição realizada nos termos dos artigos 8º e 9º, deste Regimento, para completar o biênio~~.

Art. 11. Na hipótese de ocorrer vaga na Mesa, será ela preenchida pelo cargo imediatamente anterior, na ordem prevista no art. 8º deste Regimento, com exceção do cargo de 2º Secretário, para o qual se realizará nova eleição, nos termos dos arts. 8º e 9º deste Regimento, para completar o biênio. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Parágrafo único - Em caso de renúncia total dos integrantes da Mesa, proceder-se-á à eleição para sua nova composição, observado o disposto no *caput* deste artigo.

SEÇÃO III
DA DECLARAÇÃO DE INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA

Art. 12 - O Presidente, em seguida à posse dos membros da Mesa, declarará solenemente instalada a legislatura.

CAPÍTULO IV
DAS LIDERANÇAS

SEÇÃO I
DAS BANCADAS

Art. 13 - Bancada é a organização de um ou mais Vereadores pertencentes a determinada representação partidária.

Art. 14 - Líder é o porta-voz da respectiva bancada e o intermediário entre esta e os órgãos da Câmara.

§ 1º - A escolha do Líder cabe aos Vereadores e será comunicada à Mesa Executiva, no início de cada legislatura.

§ 2º - A comunicação de que trata o parágrafo anterior, será feita à Mesa Executiva mediante ofício subscrito pela maioria absoluta dos Vereadores que integram a bancada.

§ 3º - Enquanto não for indicado, considerar-se-á Líder o Vereador mais idoso da respectiva bancada.

§ 4º - Cada Líder de bancada com mais de um Vereador, poderá indicar oficialmente à Mesa um Vice-Líder.

Art. 15 - Cabe ao Líder de bancada:

I - integrar a Comissão Representativa;

II - fazer uso da palavra, pessoalmente ou por intermédio de seu Vice-Líder, em defesa da respectiva linha política, no período de Comunicações Parlamentares;

III - participar dos trabalhos de qualquer Comissão de que não seja membro, sem direito a voto, mas podendo intervir nos debates;

IV - encaminhar votação de qualquer proposição sujeita à deliberação do Plenário, para orientar sua bancada, por tempo não superior à dois minutos;

V - indicar candidatos da bancada para concorrerem nos cargos da Mesa da Câmara e para a Comissão Representativa;

VI - indicar à Mesa os membros da bancada para comporem as Comissões ou propor sua substituição, nos termos regimentais.

Art. 16 - Haverá Líder do Governo se o Prefeito Municipal o indicar oficialmente à Mesa da Câmara.

Parágrafo único - O Líder do Governo poderá indicar um Vice-Líder.

Art. 17 - A Mesa da Câmara será cientificada de qualquer alteração nas Lideranças.

TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO

Art. 18 - São órgãos da Câmara:

I - o Plenário;
II - a Mesa, integrada de:

a) Presidência;
b) Secretarias;

III - as Comissões;
IV - Comissão Representativa da Câmara.

CAPÍTULO II
DO PLENÁRIO

Art. 19 - O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara e é constituído pela reunião dos Vereadores em exercício do mandato, em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º - O local é o recinto específico de sua sede.

§ 2º - A forma legal para deliberar é a sessão, nos termos deste Regimento.

§ 3º - O número e o *quórum* determinado pela Constituição Federal, pela Lei ou por este Regimento, para a realização das sessões e para as deliberações.

Art. 20 - As deliberações do Plenário, conforme determinações constitucionais, legais ou regimentais, serão tomadas por:

I - maioria simples;
II - maioria absoluta;
III - maioria de dois terços.

§ 1º - Dependem de maioria de dois terços dos votos dos Vereadores:

I - a alteração de emenda à Lei Orgânica do Município;

II - a rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Município deve anualmente prestar;

III - a aprovação de proposição que conceda anistia, remissão ou isenção, envolvendo matéria tributária;

IV - concessão de título honorífico;

V - a perda do mandato, na forma delimitada neste Regimento Interno.

§ 2º - Dependem da maioria absoluta dos votos dos Vereadores:

I - deliberação sobre perda do mandato de Vereador:
a) que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 19, da Lei Orgânica do Município;
b) cujo procedimento seja declarado incompatível com o decoro parlamentar;
c) que sofrer condenação criminal em decisão transitada em julgado;
d) que sofrer condenação por ato de improbidade administrativa em sentença transitada em julgado.

II - rejeição de veto;

III - aprovação de:
a) lei complementar;
b) créditos suplementares ou especiais para a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, em projetos de lei de iniciativa privativa do Prefeito.

IV - eleição da Mesa, bem como para o preenchimento de qualquer vaga ocorrida, em primeiro escrutínio.

§ 3º - As deliberações da Câmara e de suas Comissões, ressalvado o disposto nos parágrafos anteriores, serão tomadas por maioria de votos dos seus membros.

CAPÍTULO III
DA MESA EXECUTIVA

SEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 21 - Incumbe à Mesa, a direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara.

Art. 22 - A Mesa compõe-se de:

I -Presidente;

II -Vice-Presidente;
III -1º Secretário;
IV -2º Secretário.

§ 1º - O mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, exceto quando for para início de nova legislatura.

§ 2º - Observar-se-á o princípio de proporcionalidade partidária, quando possível, na composição da Mesa.

§ 3º - A Mesa, reunir-se-á sempre que convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros.

§ 4º - O membro da Mesa Executiva que não comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, durante a sessão legislativa, salvo justificativa disposta em regulamento, automaticamente estará sujeito ao processo de destituição de cargo contido na Seção X, Capítulo III, Título V, do Regimento Interno.

V- promulgar as Resoluções e os Decretos Legislativos, bem como as Leis que receberem sanção tácita e as cujo veto tenha sido rejeitado pelo Plenário e não tenham sido promulgadas pelo Prefeito Municipal;
VI - fazer publicar os atos da Mesa Diretora, bem como as Portarias, Resoluções, os Decretos Legislativos e as Leis por ele promulgadas;

Art. 23 - Compete à Mesa, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste Regimento ou por Resolução da Câmara.

I - dirigir os serviços da Câmara Municipal;

II - tomar as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos, ressalvada a competência da Comissão Representativa da Câmara;

III - promulgar emendas à Lei Orgânica;

IV - propor ação de inconstitucionalidade de lei ou ato municipal frente à Constituição do Estado do Paraná;

V - dar parecer sobre elaboração do Regimento Interno da Câmara e sobre suas modificações;

VI - conferir a seus membros atribuições ou encargos referentes aos trabalhos legislativos e aos serviços administrativos da Câmara;

VII - fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara;

VIII - adotar medidas adequadas para promover e valorizar o Poder Legislativo e resguardar seu conceito perante a comunidade;

IX - promover providências, por solicitação do interessado, para a defesa judicial e extrajudicial de Vereador contra ameaça ou prática de ato atentatório ao livre exercício e às prerrogativas constitucionais e legais do mandato parlamentar;

X - fixar, no início da primeira e da terceira sessões legislativas da legislatura, a composição das Comissões;

XI - elaborar, ouvidos os Presidentes das Comissões Permanentes, projeto de Regulamento das Comissões que, aprovado pelo Plenário, será parte integrante deste Regimento;

XII - promover ou adotar, em virtude de decisão judicial, as providências necessárias, de sua alçada ou que se insiram na competência legislativa da Câmara;

XIII - encaminhar, a requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, solicitação de informações ao Executivo, sobre quaisquer assuntos referentes à administração municipal, atendidas as normas da Lei Orgânica;

XIV - declarar, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos Vereadores ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa, a perda do mandato de Vereador;

a) que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias e as extraordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada.

b) que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

c) quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

d) que não mantiver seu domicílio no território do Município;

e) que deixar de tomar posse, no prazo de 10 (dez) dias, após o dia 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura, salvo motivo justo, acatado pela maioria absoluta da Câmara;

f) cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

g) - que sofrer condenação criminal ou por ato de improbidade administrativa em sentença transitada em julgado;

h) que deixar de comparecer a cinco sessões extraordinárias, convocadas pelo Presidente e pelo Prefeito.

XV - aplicar a penalidade de censura escrita a Vereador ou de impedimento temporário do exercício do mandato de Vereador, nos termos dos artigos 274 e 275 deste Regimento;

XVI - decidir conclusivamente, em grau de recurso, sobre as matérias referentes ao ordenamento jurídico de pessoal e aos serviços administrativos;

XVII - propor, à Câmara projetos de resolução dispondo:

a) -privativamente, sobre:

1.- sua organização, funcionamento e polícia;

2.- regime jurídico de seu pessoal;

3.- criação, transformação ou extinção de cargos e funções de seus serviços

4.- fixação de remuneração de seus servidores.

b) sobre modificação ou reformulação do Regimento Interno.

XVIII - prover os cargos e funções dos serviços administrativos da Câmara, bem como conceder licença, aposentadoria e vantagens devidas aos servidores ou colocá-los em disponibilidade;

XIX - requisitar servidores da administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional para quaisquer de seus serviços;

XX - aprovar proposta orçamentária da Câmara observados os limites incluídos na lei de diretrizes orçamentárias, ouvida a Comissão de Finanças e Orçamento;

XXI - encaminhar proposta orçamentária da Câmara ao Poder Executivo, até 31 de março de cada exercício;

XXII - encaminhar ao Poder Executivo as solicitações de créditos adicionais necessárias ao funcionamento da Câmara e de seus serviços;

XXIII - estabelecer os limites de competência para as autorizações de despesas;

XXIV - autorizar a assinatura de convênios e de contratos de prestação de serviços;

XXV - aprovar o orçamento analítico da Câmara;

XXVI - autorizar licitação, homologar seus resultados e aprovar o calendário de compras;

XXVII - encaminhar ao Prefeito, até 31 de março, a prestação de contas da Câmara do exercício financeiro anterior;

XXVIII - devolver à Tesouraria da Prefeitura o saldo existente na Câmara no final de cada exercício financeiro;

XXIX - apresentar à Câmara, na sessão de encerramento do ano legislativo, relatório dos trabalhos realizados;

XXX - elaborar projetos de lei fixando os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários e dos Vereadores, até 3 (três) meses antes das eleições municipais.

XXXI - O subsídio dos Vereadores é fixado por Lei de iniciativa Câmara Municipal, na razão de, no máximo, 30% (trinta por cento) daquele

estabelecido, em espécie, para os Deputados Estaduais, observando o que dispõe os arts. 39, § 4°, 57, § 7°, 150, II, 153,III e 153, § 2, I, da CF;

§ 1º - A remuneração será fixada até a data definida no artigo 81 deste Regimento, para vigorar na legislatura seguinte, observados os limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual em Lei Federal e na Lei Orgânica do Município.

§ 2º - Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não realização de sessão por falta de quórum e a ausência de matéria a ser votada;

§ 3º - No recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral;

§ 4º - As sessões plenárias extraordinárias, solenes e especiais não serão remuneradas;

§ 5º - A ausência injustificada do Vereador implicará desconto mensal de seu subsídio, em valor proporcional ao número de faltas, na proporção de 1/30 – um trinta avos do seu subsídio por falta.

XXXII - Os subsídios fixados na forma do artigo anterior poderão ser revistos anualmente, por Lei específica, sempre na mesma data e sem distinções de índices, coincidentemente com a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos do Município.

XXXIII - O subsídio do Presidente da Câmara Municipal será fixado na forma deste Capítulo, na proporção de mais 20% (vinte por cento) ao dos demais Vereadores, limitado ao teto do artigo 29, VI, “a” da Constituição Federal.

Parágrafo único - Poderá o Presidente, em caso de matérias inadiáveis, decidir, *ad referendum* da Mesa, sobre assunto de competência desta.

SEÇÃO II
DA PRESIDÊNCIA

Art. 24 - O Presidente é, nos termos regimentais:

I - o representante da Câmara, quando se pronuncia ela coletivamente;

II - o supervisor dos trabalhos legislativos da Câmara, de seus serviços administrativos e de sua ordem.

Parágrafo único - O cargo de Presidente da Câmara Municipal é privativo de brasileiro nato.

Art. 25 - São atribuições do Presidente, além das que estão estabelecidas neste Regimento, ou decorram da natureza de suas funções e prerrogativas:

~~**I** - expedir portarias administrativas, entre elas, as de nomeações e exonerações, bem como, gratificações e quaisquer outras vantagens que não decorram de aprovação em plenário, mas que estejam vinculados em lei, ou nas resoluções.~~

I - expedir decretos legislativos e portarias administrativas, entre estas as de nomeações e exonerações, bem como as de gratificações e quaisquer outras vantagens que não decorram de aprovação em Plenário, mas que estejam previstas em lei ou em resolução. (Redação da Resolução n° 06/2026)

II - quanto às sessões da Câmara:

a) presidí-las;

b) manter a ordem;

c) conceder a palavra aos Vereadores;

d) advertir o orador ou o aparteante quanto ao tempo de que dispõe, não permitindo que ultrapasse o tempo regimental;

e) convidar o orador a declarar, quando for o caso, se irá falar a favor ou contra a proposição;

f) interromper o orador que:

1.- desviar-se da questão em debate;

2.- falar sobre o vencido; ou

3.- utilizar-se de expressões que configurem crime contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

g) advertir o orador cujo pronunciamento se enquadre num dos itens da alínea anterior, e, em caso de insistência, retirar-lhe a palavra;

h) suspender a sessão quando necessário;

i) autorizar a publicação de informações ou documentos em inteiro teor, em resumo ou apenas mediante referência na ata;

j) nomear Comissão Especial;

k) decidir questões de ordem e as reclamações;

l) anunciar a fluência de prazo para interposição de recursos a projetos de resolução apreciado, conclusivamente, por Comissão competente, regimentalmente, para aprová-lo;

m) submeter à discussão e votação matéria a isso destinada;

n) anunciar o resultado da votação e declarar a prejudicialidade;

o) designar a Ordem do Dia;

p) convocar as sessões da Câmara;

q) desempatar as votações;

r) votar em matérias que exijam maioria qualificada;

III - quanto às proposições:

a) proceder a distribuição de matéria às Comissões Permanentes ou Especiais;

b) deferir a retirada de proposição da Ordem do Dia, nos termos regimentais;

c) determinar o seu arquivamento ou desarquivamento, nos termos regimentais;

d) despachar requerimentos;

e) devolver ao autor a proposições que incorrer no disposto no § 2°, do artigo 163, deste Regimento.

IV - quanto às Comissões:

a) designar seus membros mediante comunicação dos Líderes;

b) assegurar os meios e condições necessárias ao seu pleno funcionamento;

c) convidar o relator ou outro membro da Comissão, para esclarecimento de parecer;

d) convocar as Comissões Permanentes para eleição dos respectivos Presidentes;

e) designar os membros das Comissões de Representação.

V - quanto a Mesa:

a) presidir suas reuniões;

b) tomar parte nas discussões e deliberações com direito a voto;

c) distribuir a matéria que dependa de parecer;

d) executar suas decisões, quando tal incumbência não seja atribuída a outro membro.

VI - quanto às publicações e à divulgação:

a) determinar a publicidade de matéria referente à Câmara;

b) não permitir publicação de pronunciamento ou expressões atentatórias ao decoro parlamentar;

c) divulgar as decisões do Plenário, das reuniões da Mesa~~, do Colégio de Líderes~~ e das Comissões.

VII - quanto à sua competência geral, entre outras:

a) substituir, nos termos da Lei Orgânica do Município, o Prefeito Municipal;

b) declarar vacância do mandato nos casos de falecimento, renúncia ou perda de mandato de Vereador;

c) zelar pelo prestígio e decoro da Câmara, bem como pela dignidade e respeito às prerrogativas constitucionais e legais de seus membros;

d) convocar e reunir, periodicamente, os Líderes e Presidente de Comissões Permanentes para avaliação dos trabalhos da Câmara Municipal, exame das matérias em trâmite e adoção das providências necessárias ao bom andamento das atividades legislativas e administrativas;

e) encaminhar aos órgãos ou entidades competentes as conclusões de Comissão parlamentar de Inquérito;

f) autorizar a realização de conferências, exposições, palestras ou seminários no edifício da Câmara;

g) promulgar, resoluções e assinar os atos da Mesa;

~~**h)** promulgar lei, nos termos do § 5°, do artigo 153 e do artigo 167, deste Regimento~~;

h) promulgar lei, nos termos do § 5º do art. 154 e do art. 155 deste Regimento; (Redação da Resolução n° 08/2026)

i) assinar correspondência oficial da Câmara;

j) deliberar, ad referendum da Mesa, nos termos do parágrafo único do artigo 23, deste Regimento;

k) cumprir e fazer cumprir o Regimento.

l) apresentar até o último dia útil de cada mês, o balancete relativo à receita e despesas do mês anterior para conhecimento;

m) interpretar e fazer observar o ordenamento jurídico do pessoal e dos serviços administrativos da Câmara;

§ 1º - Para usar a palavra, ou tomar parte em qualquer discussão, o Presidente transmitirá a Presidência ao seu substituto.

§ 2º - O Presidente poderá, em qualquer momento, fazer ao Plenário, comunicação de interesse da Câmara.

§ 3º - O Presidente poderá delegar oficialmente ao Vice-Presidente competência que lhe seja própria.

Art. 26 - Incumbe ao Vice-Presidente, substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos.

§ 1º - Sempre que ausentar-se do Município, por mais de 15 (quinze) dias, o Presidente passará o exercício da Presidência ao Vice-Presidente.

§ 2º - Não se achando presente o Presidente, à hora do início dos trabalhos da sessão, será ele substituído sucessivamente e na série:

I - pelo Vice-Presidente;

II - pelos Secretários;

III - pelo Vereador mais idoso.

§ 3º - Procede-se da mesma forma estabelecida no parágrafo anterior, quando o Presidente tiver que deixar a Presidência dos trabalhos.

SEÇÃO III
DA SECRETARIA

Art. 27 - Cabe essencialmente ao Primeiro Secretário:

I - quanto à Câmara:

a) supervisionar os serviços administrativos da Câmara;

b) decidir em primeira instância, recursos contra atos da Diretoria Geral da Câmara.

~~**II** - quanto às sessões da Câmara:~~

~~**a)** constatar a presença dos Vereadores, ao abrir-se a sessão, confrontando-a com o Livro de Presença;~~

~~**b)** anotar as faltas de Vereadores, com as causas justificadas ou não, encerrando o Livro de que trata a alínea anterior no final da sessão;~~

~~**c)** fazer a chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente;~~

~~**d)** ler a ata, as proposições e demais papéis que devam ser do conhecimento da Câmara Municipal;~~

~~**e)** fazer inscrição dos oradores;~~

~~**f)** supervisionar a redação da ata, relatando os trabalhos da sessão, e assiná-la juntamente com o Presidente;~~

~~**g)** redigir e transcrever a ata das sessões secretas~~.

II. quanto às sessões da Câmara:

a) constatar a presença dos Vereadores ao abrir-se a sessão, por meio do painel eletrônico de votação ou, na sua impossibilidade, da lista de presença;

b) registrar as ausências dos Vereadores, anotando se justificadas ou não, observado o art. 258-A deste Regimento, que define as causas de justificação, o prazo para sua apresentação e o órgão competente para apreciá-las;

c) fazer a chamada dos Vereadores nas ocasiões determinadas pelo Presidente;

d) providenciar a disponibilização prévia da ata da sessão anterior aos Vereadores, na forma do art. 110 deste Regimento, dispensada a sua leitura em Plenário, e proceder à leitura das súmulas das proposições e dos demais papéis que devam ser do conhecimento da Câmara, nos termos do art. 94 deste Regimento;

e) fazer a inscrição dos oradores;

f) supervisionar a redação da ata, relatando os trabalhos da sessão, e assiná-la juntamente com o Presidente. (Redação da Resolução n° 08/2026)

III - assinar com o Presidente os atos da Mesa.

Art. 28 - Compete ao Segundo Secretário, além de outras atribuições regimentais:

I - substituir o primeiro Secretário nas suas licenças, impedimentos e ausências;

II - assinar, juntamente com o Presidente e o Primeiro Secretário, os atos da Mesa.

CAPÍTULO IV
DAS COMISSÕES

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 29- As Comissões da Câmara são:

I - Permanentes, as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Câmara, subsistindo através das legislaturas;

II - Temporárias, as instituídas para apreciar determinado assunto que se extinguem:

a) ao término da legislatura; ou

b) quando, antes do término da legislatura, tiverem alcançado o fim a que destinem ou expirado seu prazo de duração.

Art. 30 - Na constituição de cada Comissão é assegurada, tanto quanto possível, a representação dos partidos ou dos blocos parlamentares que participem da Câmara.

Art. 31 - Cabe às Comissões Permanentes, em razão da matéria de sua competência, e às demais Comissões no que lhes for aplicáveis:

I - discutir e votar as proposições que lhes forem distribuídas sujeitas à deliberação do Plenário;

II - discutir e votar proposições, dispensadas a competência do Plenário, na forma do artigo 217, deste Regimento;

~~**III** - realizar audiência pública com entidades da sociedade civil, nos termos dos artigos 301 e 302, deste Regimento;~~

III. realizar audiência pública com entidades da sociedade civil, nos termos dos arts. 38-G e 304 a 308 deste Regimento; (Redação Resolução n° 06/2026)

IV - convocar Secretários e Assessores municipais e Diretores de órgãos da administração direta, indireta e fundacional, para prestarem informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

V - receber petições, reclamações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas municipais, na forma do artigo 309, deste Regimento.

VI - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

VII - encaminhar, através da Mesa, pedidos escritos de informações ao Poder Executivo;

VIII - apreciar programas de obras, planos municipais de desenvolvimento e, sobre estes, emitir parecer;

IX - exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, em articulação com a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara;

X - determinar a realização, com o auxílio do Tribunal de Contas, de diligências, perícias, inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial das unidades administrativas dos Poderes Legislativo e Executivo;

XI - exercer a fiscalização e o controle dos atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e fundacional;

XII - propor a sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegações legislativas, elaborando o respectivo projeto de resolução;

XIII - estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático ou área de atividade, podendo promover em seu âmbito, conferências, exposições, palestras ou seminários;

XIV - solicitar audiência ou colaboração de órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta, autárquica ou fundacional, bem como da sociedade civil, para elucidação de matéria sujeita a seu pronunciamento.

§ 1º - Aplicam-se à tramitação de projetos de resolução sujeitos à deliberação conclusiva de Comissões, no que couber, as disposições relativas a turnos, prazos, emendas e demais formalidades exigidas para as matérias sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara.

§ 2º - As atribuições contidas nos incisos VII e XII deste artigo, não excluem a iniciativa concorrente de Vereador.

SEÇÃO II
DAS COMISSÕES PERMANENTES

SUBSEÇÃO I
DA COMPOSIÇÃO E INSTALAÇÃO

Art. 32 – As Comissões Permanentes serão compostas por 03 (três) membros, os quais serão escolhidos no início dos trabalhos da primeira e da terceira sessões legislativas de cada legislatura, devendo ser observado o princípio da proporcionalidade partidária e demais critérios para a representação das bancadas.

Art. 33 - A distribuição das vagas nas Comissões Permanentes, por bancada ou blocos parlamentares, será organizada pela Mesa logo após a fixação da respectiva composição numérica e mantida durante a sessão legislativa.

§ 1º - O vereador, salvo se Presidente da Câmara, deverá integrar pelo menos uma Comissão, ainda que sem legenda partidária.

§ 2º - As modificações numéricas que venham a ocorrer nas bancadas ou blocos parlamentares, que importem em modificações da proporcionalidade partidária na composição das Comissões, só prevalecerão a partir da sessão legislativa seguinte.

Art. 34 - Os Líderes, estabelecida a representação numérica das bancadas ou dos blocos parlamentares nas Comissões, comunicarão ao

Presidente da Câmara, até o 8º (oitavo) dia a contar da instalação da primeira e da terceira sessão legislativa, os nomes dos membros da respectiva representação que irão integrar cada Comissão.

§ 1º - O Presidente fará de ofício, quando não cumprido o disposto no *caput* deste artigo, a designação dos nomes indicados pelos Líderes.

§ 2º - O Presidente mandará publicar a composição nominal das Comissões, convocando-as para eleição dos respectivos Presidentes, na forma do artigo 60, deste Regimento.

SUBSEÇÃO II
DAS COMISSÕES PERMANENTES E SUAS COMPETÊNCIAS

~~**Art. 35** - A Câmara Municipal compõe-se das seguintes Comissões Permanentes:~~

~~**I** - Comissão de Legislação e Redação;~~

~~**II** - Comissão de Finanças e Orçamento;~~

~~**III** - Comissão de Méritos Temáticos.~~

Art. 35. A Câmara Municipal compõe-se das seguintes Comissões Permanentes:

I. Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública;

II. Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde;

III. Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente;

IV. Comissão de Educação e Assistência Social.

§ 1º Cada Comissão Permanente exerce, de forma integrada e em caráter permanente, as competências temáticas expressas em sua denominação, respondendo, para todos os efeitos regimentais e perante os órgãos de controle externo, pelas seguintes áreas:

I. a Comissão de que trata o inciso I do caput: constituição e justiça, e segurança pública;

II. a Comissão de que trata o inciso II do caput: finanças e orçamento, e saúde;

III. a Comissão de que trata o inciso III do caput: política urbana, e meio ambiente;

IV. a Comissão de que trata o inciso IV do caput: educação, e assistência social.

§ 2º A Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde exerce as atribuições que a Lei Orgânica do Município comete à Comissão de Finanças e Orçamento, inclusive a realização das audiências públicas de avaliação do cumprimento das metas fiscais de que trata o art. 17, inciso XXX, da Lei Orgânica. (Redação da Resolução n° 06/2026)

~~**Art. 36** - Compete à Comissão de Legislação e Redação:~~

I - manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, para efeito de admissibilidade e tramitação;

II - pronunciar-se sobre a admissibilidade de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

III - manifestar-se sobre assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;

IV - pronunciar-se sobre o mérito das seguintes proposições:
a) organização administrativa da Câmara e da Prefeitura;
b) contratos, ajustes, convênios e consórcios;
c) concessão de licença ao Prefeito e aos Vereadores;
d) símbolos do Município;
e) criação, organização e supressão de distritos;
f) política de desenvolvimento municipal, respeitados os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil que tem o Município como um dos seus entes;
g) descentralização administrativa da cidade;
h) competências do Município;
i) fixação e alteração do número de Vereadores;
j) atribuições da Câmara;
k) inviolabilidade dos Vereadores;
l)impedimentos para o exercício do mandato de Vereador;
m) perda de mandato de Vereador;
n) convocação de suplente;
o) organização e competência das Comissões da Câmara;
p) processo legislativo;
q) participação popular;
r) eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito pela Câmara;
s) julgamento do Prefeito.

V - proceder a elaboração de projeto de lei ou de resolução, nos termos do artigo 141, deste Regimento;

VI - proceder a redação do vencido e a redação final das proposições em geral, ressalvado o disposto nos §§ 1° e 2°, do artigo 212, deste Regimento;

VII - elaborar normas sobre eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito pela Câmara e sobre o julgamento do Prefeito, em forma de projetos de resolução específicos;

VIII - elaborar projetos de resolução a que se refere o artigo 236, deste Regimento;

IX- atuar no âmbito das áreas de sua competência.

~~**§ 1º** - É obrigatória a audiência da Comissão de Legislação e Redação sobre todos os processos que tramitam pela Câmara, ressalvados os que, especificamente, tiverem outro destino por este Regimento.~~

~~**§ 2º** - Aprovado o parecer da Comissão de Justiça e Redação que concluir pela inconstitucionalidade ou ilegalidade da proposição, o processo será arquivado;~~

~~**§ 3º** - Tratando-se de inconstitucionalidade, ilegalidade ou injuridicidade parcial ou ainda erro gramatical e de técnica legislativa, a Comissão corrigirá o vício através de emenda, quando cabível.~~

Art. 36. Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública manifestar-se sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições submetidas à apreciação da Câmara Municipal ou de suas Comissões, bem como sobre as matérias relacionadas à segurança pública de interesse local, cabendo-lhe:

I. manifestar-se sobre a constitucionalidade, a legalidade, a juridicidade e a adequação regimental das proposições, para efeito de admissibilidade e tramitação;

II. pronunciar-se sobre a admissibilidade de proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

III. manifestar-se sobre assunto de natureza jurídica, constitucional ou regimental que lhe seja submetido, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;

IV. examinar a técnica legislativa, a redação, a clareza, a coerência e a sistematização das proposições, observada a Lei Complementar federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998;

V. pronunciar-se sobre o mérito das proposições relativas a:

a) organização administrativa da Câmara e da Prefeitura;

b) contratos, ajustes, convênios e consórcios, sem prejuízo da manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde;

c) concessão de licença ao Prefeito e aos Vereadores;

d) símbolos do Município;

e) criação, organização e supressão de distritos e descentralização administrativa;

f) competências do Município e atribuições da Câmara;

g) fixação e alteração do número de Vereadores;

h) inviolabilidade e impedimentos dos Vereadores, perda de mandato e convocação de suplente;

i) organização e competência das Comissões da Câmara;

j) processo legislativo e participação popular;

k) eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito pela Câmara e julgamento do Prefeito;

l) criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas e regime jurídico dos servidores públicos municipais, sem prejuízo da competência da Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde quanto aos aspectos financeiros e orçamentários;

m) licitações, contratações públicas e direito administrativo em geral;

VI. apreciar as matérias relativas à segurança pública de interesse local, à prevenção da violência, à proteção comunitária, à proteção e defesa civil e à cooperação institucional com os órgãos de segurança pública;

VII. acompanhar e fiscalizar as políticas públicas municipais de segurança, de proteção e defesa civil e de prevenção de riscos e desastres;

VIII. receber, examinar e encaminhar denúncias, reclamações ou representações relacionadas às matérias de sua competência;

IX. proceder à elaboração de projeto de lei ou de resolução, nos termos do art. 141 deste Regimento;

X. proceder à redação do vencido e à redação final das proposições em geral, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 213 deste Regimento;

XI. elaborar normas sobre a eleição do Prefeito e do Vice-Prefeito pela Câmara e sobre o julgamento do Prefeito, em forma de projetos de resolução específicos;

XII. elaborar os projetos de resolução a que se refere o art. 236 deste Regimento;

XIII. elaborar proposições destinadas à correção de vícios de constitucionalidade, legalidade, juridicidade ou técnica legislativa, quando cabível;

XIV. atuar no âmbito das áreas de sua competência.

§ 1º É obrigatória a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública sobre todas as proposições que tramitem pela Câmara, ressalvadas as que, expressamente, tenham outro destino previsto neste Regimento.

§ 2º Aprovado o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública que concluir pela inconstitucionalidade, ilegalidade ou injuridicidade da proposição, o processo será arquivado.

§ 3º Tratando-se de inconstitucionalidade, ilegalidade ou injuridicidade parcial, ou ainda de erro gramatical ou de técnica legislativa, a Comissão corrigirá o vício mediante emenda, quando cabível. (Redação da Resolução n° 06/2026)

~~**Art. 37** - Cabe à Comissão de Finanças e Orçamento:~~

~~**I** - opinar sobre matéria em tramitação na Câmara, referentes a:~~

~~**a)** instituição e arrecadação de tributos da competência do Município e aplicação de suas rendas;~~

~~**b)** planejamento municipal, compreendendo:~~

~~**1**.- plano plurianual;~~

~~**2**.- lei de diretrizes orçamentárias;~~

~~**3**.- orçamento anual.~~

~~**c)** questão financeira;~~

~~**d)** fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, inclusive das entidades da administração indireta e fundacional;~~

~~**e)** criação, expansão e extinção de empresa pública, sociedade de economia mista, autárquica ou fundação mantida pelo poder Público Municipal;~~

~~**f)** planos e programas municipais;~~

~~**g)** servidores públicos, no que tange a:~~

~~**1**.- regime jurídico e planos de carreira;~~

~~**2**.- direitos, vantagens e deveres;~~

~~**3**.- cessão a empresa ou entidades públicas ou privadas;~~
~~**4**.- concurso público;~~
~~**5**.- previdência e assistência social.~~

~~**II**- coordenar o sistema de controle interno da Câmara;~~

~~**IV** - apreciar conclusivamente, em conjunto com a Comissão de Legislação e Redação, projetos de resolução nos termos dos incisos I e II do artigo 217 deste Regimento.~~

~~**V** - atuar no âmbito das áreas de sua competência.~~

~~**Parágrafo único** - Caberá, privativamente, à Comissão de Finanças e Orçamento, examinar e emitir parecer conclusivo sobre os projetos referidos nos itens da alínea "b", do inciso I, do *caput* deste artigo, bem assim, acerca das emendas e proposições que os modifiquem.~~

Art. 37. Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde examinar e emitir parecer sobre as matérias de natureza financeira, orçamentária, tributária, patrimonial e econômica e sobre as relacionadas à política municipal de saúde, cabendo-lhe:

I. opinar sobre matéria em tramitação na Câmara referente a:

a) instituição e arrecadação de tributos da competência do Município e aplicação de suas rendas;

b) Plano Plurianual;

c) Lei de Diretrizes Orçamentárias;

d) Lei Orçamentária Anual;

e) créditos adicionais;

f) operações de crédito, empréstimos, financiamentos e garantias;

g) questão financeira e econômica;

h) fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração indireta e fundacional;

i) criação, expansão ou extinção de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação mantida pelo Poder Público Municipal;

j) planos e programas municipais, quando implicarem repercussão financeira ou orçamentária, e planejamento governamental;

k) bens municipais, quanto à aquisição, utilização, alteração e alienação;

l) política de desenvolvimento econômico, tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativismo;

m) defesa do consumidor, preços e qualidade de bens e serviços e política de consumo no Município;

n) servidores públicos, no que tange a planos de carreira, remuneração, vantagens, previdência e assistência, quanto aos aspectos financeiros e orçamentários;

II. apreciar as proposições que impliquem aumento ou redução de receita ou de despesa pública, inclusive quanto à estimativa de impacto orçamentário-financeiro exigida pela Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000;

III. analisar as proposições que disponham sobre isenção, anistia, remissão, benefício fiscal, incentivo ou outra forma de renúncia de receita;

IV. acompanhar a execução orçamentária e financeira do Município e o cumprimento das normas de gestão fiscal;

V. examinar e acompanhar as prestações de contas do Município e da Câmara, na forma deste Regimento e da legislação aplicável;

VI. instruir o processo relativo às contas anuais do Prefeito, manifestar-se sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas e elaborar o respectivo Projeto de Resolução, observado o procedimento previsto neste Regimento;

VII. coordenar o sistema de controle interno da Câmara, na forma do art. 239 deste Regimento;

VIII. acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos públicos municipais;

IX. apreciar as matérias relativas à política municipal de saúde, à organização dos serviços públicos de saúde e à vigilância sanitária e epidemiológica, inclusive quanto aos aspectos sanitários do saneamento básico;

X. acompanhar e fiscalizar a execução das ações e serviços públicos de saúde, inclusive os prestados por meio de contratos, convênios, consórcios e demais instrumentos de parceria;

XI. acompanhar a aplicação dos recursos destinados às ações e serviços públicos de saúde e o cumprimento do percentual mínimo constitucionalmente exigido;

XII. receber e apreciar, em audiência pública, o relatório quadrimestral do gestor do Sistema Único de Saúde, na forma do art. 36, § 5º, da Lei Complementar federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

XIII. exercer, em articulação com as demais Comissões Permanentes e sob sua coordenação, o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município, na forma do art. 240 deste Regimento;

XIV. apreciar conclusivamente, em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública, os projetos de resolução previstos nos incisos I e II do art. 217 deste Regimento;

XV. atuar no âmbito das áreas de sua competência.

Parágrafo único. Caberá privativamente à Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde examinar e emitir parecer conclusivo sobre os projetos referidos nas alíneas “b”, “c” e “d” do inciso I do caput deste artigo e sobre as emendas e proposições que os modifiquem, sem prejuízo dos pareceres setoriais de que trata o art. 38-H deste Regimento. (Redação da Resolução n° 06/2026)

~~**Art. 38** - Compete à Comissão de Méritos Temáticos:~~

~~**I** - examinar e emitir parecer sobre proposições que tratem de:~~

~~**a)** política de desenvolvimento econômico e social do Município;~~

~~**b)** tratamento jurídico diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte;~~

~~**c)** planejamento governamental;~~

~~**d)** política urbana, plano diretor e legislação correlata;~~

~~**e)** cooperativismo;~~

~~**f)** seguridade social, no que concerne a:~~

~~**1** - saúde;~~

~~**2** - assistência social;~~

~~**g)** educação, cultura, ciência e tecnologia;~~

~~**h)** habitação e saneamento;~~

~~**i)** questões sobre a família, criança, adolescente e idoso;~~
~~**j)** turismo, desporto e lazer;~~
~~**k)** licitação;~~
~~**l)** bens municipais:~~
~~**1** - aquisição;~~
~~**2** - utilização;~~
~~**3** - alteração;~~
~~**4** - alienação;~~
~~**m)** obras e serviços públicos:~~
~~**1** - forma de execução;~~
~~**2** - meios de execução;~~
~~**3** - serviços prestados diretamente pelo Município;~~
~~**4** - concessão ou permissão de serviços públicos;~~
~~**5** - política tarifária;~~
~~**n)** planejamento municipal;~~
~~**o)** direito administrativo em geral;~~
~~**p)** meio ambiente, disciplinando as atividades humanas que se lhe interfiram ou o alterem, garantindo a conservação da natureza e evitando a depredação dos recursos naturais;~~
~~**q)** política agrícola e fundiária, manifestando-se quanto à exploração e aproveitamento de terras públicas, a fixação do homem na terra e a programas de colonização;~~
~~**r)** ocorrência de qualquer tipo de lesão, individual ou coletiva, aos Direitos Humanos e do Cidadão no território do Município;~~
~~**s)** denúncias encaminhadas à Comissão, das quais possam decorrer responsabilidade civil e criminal, dando conhecimento aos Órgãos de Justiça;~~
~~**t)** fiscalização e acompanhamento de programas governamentais relativos à proteção dos direitos humanos;~~
~~**u)** colaboração a entidades não governamentais, nacionais e internacionais, que atuem na defesa dos direitos humanos;~~
~~**v)** preços e qualidade de bens e serviços;~~
~~**x)** política econômica de consumo no Município.~~

~~**II –** atuar no âmbito das áreas de sua competência.~~

Art. 38. Compete à Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente examinar e emitir parecer sobre as matérias relacionadas ao planejamento urbano, ao ordenamento territorial, à infraestrutura, à habitação, à mobilidade, ao saneamento, às obras e serviços públicos e à proteção do meio ambiente, cabendo-lhe:

I. apreciar as proposições relativas ao Plano Diretor e aos demais instrumentos de planejamento e política urbana;

II. examinar as matérias relativas ao parcelamento, uso e ocupação do solo, ao zoneamento e à expansão urbana;

III. acompanhar a política municipal de habitação e de regularização fundiária;

IV. examinar as matérias relativas à infraestrutura urbana e rural e às obras e serviços públicos, quanto à forma e aos meios de execução, aos serviços prestados diretamente pelo Município, à concessão ou permissão de serviços públicos e à política tarifária;

V. acompanhar e fiscalizar as obras e os serviços públicos municipais relacionados à sua área de competência;

VI. apreciar as matérias relativas à mobilidade urbana, ao transporte, ao trânsito, à circulação e à acessibilidade;

VII. acompanhar as políticas de saneamento básico, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, limpeza pública e manejo de resíduos sólidos;

VIII. apreciar as matérias relativas à arborização urbana, às áreas verdes, aos parques, às praças e aos demais espaços públicos, bem como à denominação de vias, logradouros e próprios públicos;

IX. examinar as proposições relativas à proteção, preservação, recuperação e conservação do meio ambiente, disciplinando as atividades humanas que nele interfiram;

X. acompanhar as políticas de prevenção e controle da poluição e de proteção dos recursos hídricos, nascentes, rios, córregos e demais recursos naturais de interesse local;

XI. acompanhar as políticas de educação ambiental, desenvolvimento sustentável e turismo;

XII. apreciar as matérias relativas à política agrícola e fundiária, inclusive quanto à exploração e ao aproveitamento de terras públicas, à fixação do homem no campo e a programas de colonização;

XIII. promover audiências públicas, debates e estudos sobre planejamento urbano, infraestrutura, habitação e meio ambiente;

XIV. atuar no âmbito das áreas de sua competência.

Art. 38-A. Compete à Comissão de Educação e Assistência Social examinar e emitir parecer sobre as matérias relacionadas à educação, à cultura, à ciência e tecnologia, ao esporte e lazer, à assistência social, aos direitos humanos e à promoção dos direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade, cabendo-lhe:

I. apreciar as proposições relativas à política municipal de educação e acompanhar a organização e o funcionamento da rede municipal de ensino;

II. fiscalizar a execução das políticas públicas municipais de educação e acompanhar a aplicação dos recursos destinados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, inclusive os do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, Fundeb;

III. acompanhar as políticas de valorização dos profissionais da educação, de educação especial, inclusão e acessibilidade educacional, e os programas de alimentação, transporte e apoio aos estudantes;

IV. apreciar as matérias relativas à cultura, ao patrimônio histórico e cultural, à ciência, à tecnologia, ao esporte e ao lazer;

V. apreciar as proposições relativas à política municipal de assistência social e acompanhar a execução dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

VI. fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à assistência social;

VII. acompanhar as políticas públicas de proteção à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às demais pessoas em situação de vulnerabilidade social, bem como as de inclusão social e de combate à pobreza;

VIII. receber e apurar notícias de lesão, individual ou coletiva, aos direitos humanos e do cidadão no território do Município, dando conhecimento aos órgãos competentes, e acompanhar os programas governamentais de proteção dos direitos humanos;

IX. acompanhar a atuação dos Conselhos Municipais e do Conselho Tutelar vinculados às suas áreas;

X. promover audiências públicas, debates e estudos sobre educação, assistência social, cultura, esporte, lazer e direitos humanos;

XI. atuar no âmbito das áreas de sua competência. (Redação da Resolução n° 06/2026)

SUBSEÇÃO II-A
DOS PROCESSOS DE TRABALHO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Art. 38-B. Cada Comissão Permanente realizará, no mínimo, uma reunião ordinária em cada quadrimestre do ano civil, sem prejuízo das reuniões necessárias à apreciação das proposições que lhe forem distribuídas, observado o disposto no art. 63 deste Regimento.

§ 1º As reuniões ordinárias serão convocadas pelo Presidente da Comissão, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mediante comunicação escrita, inclusive por meio eletrônico, aos membros e publicação da pauta no sítio eletrônico oficial da Câmara; as extraordinárias serão convocadas de ofício ou a requerimento da maioria dos membros, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, salvo matéria em regime de urgência.

§ 2º As reuniões serão instaladas com a presença da maioria dos membros da Comissão e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, observados os arts. 66 e 67 deste Regimento.

§ 3º Na primeira reunião de cada sessão legislativa, a Comissão aprovará o calendário anual de suas reuniões ordinárias e o plano anual de trabalho, com os temas, reuniões, estudos, ações de fiscalização, audiências e demais entregas previstas para cada área temática de sua competência, que serão publicados no sítio eletrônico oficial da Câmara.

§ 4º De cada reunião lavrar-se-á ata, da qual constarão os membros presentes e ausentes, as justificativas apresentadas, a pauta, as deliberações e os encaminhamentos, acompanhada da lista de presença assinada.

§ 5º A Comissão que acumule mais de uma área temática tratará, nas reuniões ordinárias, de assuntos de cada uma delas, registrando em ata, de forma destacada, as atividades e deliberações referentes a cada área, de modo a permitir a identificação específica de sua atuação.

§ 6º O membro que deixar de comparecer à reunião apresentará justificativa escrita e fundamentada ao Presidente da Comissão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, aplicando-se, no que couber, os critérios de aceitação previstos neste Regimento para as ausências às sessões plenárias e o disposto no § 1º do art. 62.

Art. 38-C. As Comissões Permanentes fiscalizarão, em sua área de atuação, o cumprimento das leis e a boa gestão dos recursos públicos, mediante ações ordinárias, previstas no Plano Anual de Fiscalização, ou extraordinárias, decorrentes de denúncia, fato relevante ou deliberação da própria Comissão, observadas as seguintes etapas:

I. instauração, por deliberação da Comissão registrada em ata, com definição do objeto, do escopo, do relator, do cronograma e do roteiro de fiscalização, que indicará os procedimentos a serem adotados e as evidências a serem analisadas, admitida a adaptação de roteiros e metodologias disponibilizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

II. coleta de informações, mediante:

a) requisição escrita de informações e documentos ao Poder Executivo, por intermédio da Mesa, a ser atendida no prazo de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 55, inciso XVI, da Lei Orgânica do Município;

b) consulta a sistemas oficiais, portais de transparência e bases de dados públicas;

c) visitas técnicas e inspeções, com registro em relatório circunstanciado;

d) reuniões com gestores, servidores, conselhos municipais e usuários dos serviços;

III. análise e elaboração de relatório preliminar pelo relator, contendo, para cada achado, a situação encontrada, o critério aplicável e as evidências;

IV. encaminhamento do relatório preliminar ao gestor responsável, para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias;

V. elaboração e deliberação do relatório final, com conclusões, recomendações e encaminhamentos;

VI. encaminhamento do relatório final:

a) ao Poder Executivo, mediante comunicação formal, com solicitação de apresentação, no prazo de 30 (trinta) dias, de plano de ação para atendimento das recomendações, com indicação das medidas, dos responsáveis ou cargos competentes e dos prazos de implementação;

b) ao Plenário, para conhecimento;

c) ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Ministério Público ou a outros órgãos competentes, quando houver indício de irregularidade;

VII. monitoramento do cumprimento das recomendações e do plano de ação, registrado em relatório ou ata, ou registro expresso da inexistência de recomendações a monitorar.

§ 1º A ação de fiscalização será concluída no prazo de 90 (noventa) dias, contados da instauração, prorrogável uma vez, por até 30 (trinta) dias, mediante deliberação fundamentada da Comissão.

§ 2º Cada Comissão Permanente executará, em cada sessão legislativa, as ações de fiscalização que lhe forem atribuídas no Plano Anual de Fiscalização, assegurada ao menos uma ação fiscalizatória em cada uma das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social, Meio Ambiente, Defesa Civil, Execução Orçamentária, Transparência e Aquisições Públicas, distribuídas entre as Comissões conforme suas competências.

§ 3º Aplicam-se às ações de fiscalização das Comissões, no que couber, as normas da Resolução nº 007/2026, que disciplina o exercício da função fiscalizadora da Câmara e o Plano Anual de Fiscalização.

Art. 38-D. As Comissões Permanentes acompanharão a execução das metas e programas definidos nos planos setoriais de sua área de atuação, especialmente:

I. a Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde: o Plano Municipal de Saúde, a Programação Anual de Saúde e os relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde, bem como as metas fiscais, a execução orçamentária e financeira,

acompanhada no mínimo quadrimestralmente, e os programas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;

II. a Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente: o Plano Diretor, o Plano Municipal de Saneamento Básico, o plano de gestão de resíduos sólidos e os demais planos e programas ambientais do Município;

III. a Comissão de Educação e Assistência Social: o Plano Municipal de Educação e o Plano Municipal de Assistência Social;

IV. a Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública: os planos e programas municipais de segurança pública e de proteção e defesa civil, quando existentes.

§ 1º O acompanhamento será realizado, no mínimo, semestralmente, mediante requisição de relatórios de monitoramento ao Poder Executivo, análise de indicadores, consulta aos conselhos municipais e às informações sobre a implementação de políticas públicas divulgadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

§ 2º O acompanhamento conterá análise específica de metas, programas, indicadores ou resultados, não se limitando a percentuais gerais de aplicação de recursos, e será registrado em ata e consolidado em relatório anual, que indicará as metas atingidas e não atingidas, as causas identificadas e as recomendações da Comissão.

Art. 38-E. As denúncias, reclamações e representações dirigidas às Comissões Permanentes, recebidas diretamente, pelo protocolo geral ou pela Ouvidoria da Câmara, serão apuradas na forma seguinte:

I. registro e autuação, no prazo de 5 (cinco) dias úteis do recebimento;

II. exame de admissibilidade pelo Presidente da Comissão, no prazo de 10 (dez) dias úteis, quanto à competência da Comissão e à existência de elementos mínimos que permitam a apuração;

III. admitida a denúncia, designação de relator e apuração mediante os procedimentos previstos no inciso II do art. 38-C deste Regimento;

IV. relatório conclusivo, deliberado pela Comissão, que proporá o arquivamento fundamentado ou o encaminhamento ao Poder Executivo, ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, ao Ministério Público ou a outros órgãos competentes;

V. comunicação do resultado ao denunciante, quando identificado.

§ 1º A apuração será concluída no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da admissão, prorrogável uma vez, por até 30 (trinta) dias, mediante deliberação fundamentada da Comissão.

§ 2º Será preservada a identidade do denunciante que a solicitar, observadas a Lei federal nº 13.460, de 26 de junho de 2017, e a Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

§ 3º A denúncia anônima poderá ser recebida como notícia de fato, apurando-se de ofício quando contiver elementos suficientes.

§ 4º Aplica-se o disposto neste artigo às representações e demandas formais de cidadãos e entidades relacionadas às áreas da Comissão, e, não havendo denúncia, representação ou demanda no exercício, a Comissão registrará expressamente essa inexistência em seu relatório anual.

Art. 38-F. Cada Comissão Permanente produzirá, em cada sessão legislativa, ao menos um estudo, nota técnica, relatório ou análise própria sobre

tema relevante de cada área temática de sua competência, cabendo à Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde, quanto à área financeira, tratar da execução orçamentária, da arrecadação ou da política fiscal, observado o seguinte:

I. proposta de qualquer membro da Comissão, de Vereador ou de entidade da sociedade civil, aprovada pela Comissão;

II. designação de relator e aprovação de plano de trabalho, com objeto, metodologia, cronograma e prazo de conclusão não superior a 90 (noventa) dias, prorrogável uma vez por igual período;

III. coleta de dados e informações, podendo a Comissão solicitar a colaboração de órgãos e entidades públicas, instituições de ensino, conselhos municipais e especialistas, nos termos dos incisos XIII e XIV do art. 31 deste Regimento;

IV. relatório final, deliberado pela Comissão, com diagnóstico, conclusões e, se for o caso, proposições ou indicações dele decorrentes.

Art. 38-G. Cada Comissão Permanente realizará ou promoverá, no mínimo uma vez por sessão legislativa em cada área temática de sua competência, audiência pública, consulta pública, reunião ampliada ou outro mecanismo estruturado de escuta social, especialmente sobre a execução das políticas públicas e dos planos setoriais de que trata o art. 38-D, observados, no caso de audiência pública, os arts. 304 a 308 deste Regimento.

§ 1º A audiência pública será divulgada no sítio eletrônico oficial da Câmara com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, com indicação de tema, data, horário, local e forma de participação.

§ 2º A audiência pública será registrada em ata e, sempre que possível, gravada e transmitida pela internet, devendo a Comissão consignar em relatório as contribuições recebidas e os encaminhamentos adotados.

§ 3º As audiências públicas de avaliação das metas fiscais e do relatório quadrimestral do gestor do Sistema Único de Saúde, a cargo da Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde, poderão ser realizadas na mesma data, em partes distintas, e computam-se para os fins do caput.

Art. 38-H. Recebidos os projetos de lei do Plano Plurianual, de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, a Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde encaminhará cópia às demais Comissões Permanentes, que emitirão parecer setorial sobre os programas, ações, metas e dotações relativos à sua área de atuação.

§ 1º O parecer setorial será emitido no prazo de 10 (dez) dias úteis do recebimento, dentro do prazo previsto no art. 223 deste Regimento, podendo propor emendas, observado o disposto no art. 224.

§ 2º O parecer setorial tem caráter opinativo e instruirá o parecer conclusivo da Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde, que conterá capítulo específico sobre a área da saúde.

§ 3º A ausência de parecer setorial no prazo não impede o prosseguimento da tramitação.

Art. 38-I. Cada Comissão Permanente realizará, no mínimo uma vez por sessão legislativa, reunião com o Secretário Municipal ou dirigente do órgão ou entidade responsável pela respectiva área de atuação, mediante convite ou

convocação, nos termos do art. 17, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e do inciso IV do art. 31 deste Regimento.

§ 1º A pauta e as questões a serem tratadas serão encaminhadas ao convidado ou convocado com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º A reunião terá por objeto, entre outros temas, a execução das políticas públicas, das metas e dos programas da respectiva área e o atendimento às recomendações da Comissão, sendo registrada em ata.

§ 3º Nas mesmas condições, as Comissões realizarão, no mínimo uma vez por sessão legislativa, reunião, audiência ou oitiva com o Conselho Municipal de Educação, o Conselho Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal de Meio Ambiente, conforme a área, sobre tema pertinente à respectiva política pública, admitida a participação formalmente registrada de membros da Comissão em reunião do próprio Conselho, não se computando para esse fim a presença em solenidades, posses ou eventos protocolares.

Art. 38-J. As atas, os pareceres e os relatórios de fiscalização, de acompanhamento de planos, de apuração de denúncias, de estudos e de audiências públicas das Comissões Permanentes serão publicados no sítio eletrônico oficial da Câmara, em seção própria de cada Comissão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis de sua aprovação, ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal.

§ 1º Cada Comissão Permanente elaborará, até o encerramento da sessão legislativa, relatório anual consolidado de suas atividades, que confrontará o planejado e o realizado e identificará separadamente a atuação em cada área temática, e integrará o Relatório Anual de Atividades da Câmara.

§ 2º A Presidência da Câmara assegurará às Comissões o apoio administrativo, jurídico e técnico necessário ao cumprimento desta Subseção, designando servidor responsável pelo secretariado de cada Comissão. (Redação da Resolução n° 06/2026)

SEÇÃO III
DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS

Art. 39 - As Comissões Temporárias são:

I - Especiais;

II - de Inquérito;

III - de Representação.

~~**IV** - de Exame, Especial de Ética e Processante, nos termos do artigo 257, deste Regimento~~.

IV. Especial de Ética, nos termos dos arts. 274 a 278 deste Regimento; (Redação da Resolução n° 08/2026)

V –Processantes;

§ 1º - As Comissões Temporárias compor-se-ão do número de membros que for previsto no ato ou requerimento de sua constituição, designados pelo Presidente da Câmara por indicação dos Líderes.

§ 2º - Na constituição das Comissões Temporárias, deve-se cumprir o princípio da proporcionalidade partidária tanto quanto possível.

§ 3º - A participação de Vereador em Comissões Temporárias, cumprir-se-á sem prejuízo de suas funções em Comissão Permanente.

SUBSEÇÃO I
DAS COMISSÕES ESPECIAIS

Art. 40 - As Comissões Especiais serão constituídas para:

I - dar parecer, quanto ao mérito, sobre:

a) proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;
b) projetos de código e de leis complementares;
c) proposições que não tenham sido apreciadas pela Comissão competente, no prazo regimental.

II - tratar de assunto específico de interesse da Câmara e da comunidade.

§ 1º - A constituição de Comissão Especial processar-se-á mediante deliberação do Plenário;

I - por iniciativa do Presidente da Câmara ou a requerimento de Líder ou de Presidente de Comissão Permanente interessado, nos casos previstos nas alíneas do inciso I, do *caput* deste artigo;

II - a requerimento de qualquer Vereador, na hipótese prevista no inciso II, do *caput* deste artigo.

§ 2º - Pelo menos metade dos membros de Comissão Especial, no caso estabelecido na alínea “b”, do inciso I, do *caput* deste artigo, será constituída por membros das Comissões Permanentes que deveriam ser chamadas a opinar a proposição em causa.

§ 3º - Não se aplicam as exigências formuladas nos parágrafos anteriores, na hipótese prevista na alínea “d”, do inciso I, do *caput* deste artigo.

SUBSEÇÃO II
DAS COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

~~**Art. 41** - As Comissões Parlamentares de Inquérito serão instaladas na forma e com os poderes previstos na Lei Orgânica Municipal, mediante Projeto de Resolução através de requerimento fundamentado de, ao menos, 1/3 (um terço) de membros da Câmara Municipal~~.

Art. 41. As Comissões Parlamentares de Inquérito, com poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei e neste Regimento, serão criadas mediante requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) dos membros da Câmara Municipal, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, independentemente de deliberação do Plenário, nos termos do § 3º do art. 58 da Constituição Federal e do inciso IV do art. 17 da Lei Orgânica. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 1º- Da denúncia sobre irregularidades e a indicação de indícios de materialidade e autoria a serem produzidas deverão constar do requerimento que solicitar a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito;

§ 2º- O requerimento de constituição deverá conter, ainda:

a) a finalidade para a qual se constituiu, devidamente fundamentada e justificada, para apuração de fato determinado que se inclua na competência municipal

b) o prazo de funcionamento, que não poderá ser superior a 60 (sessenta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, havendo a suspensão e interrupção dos prazos na forma da Lei ou quando previsto neste Regimento;

c) a indicação, se for o caso, das testemunhas.

~~**Art. 42** - Aprovado o requerimento nos termos do artigo anterior, a Comissão Parlamentar de Inquérito, que será composta por 03 (três) membros, será constituída por ato da presidência, que nomeará os membros desta Comissão por indicação dos líderes dos partidos ou blocos parlamentares, sendo que os membros da Comissão terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em Lei e neste Regimento~~;

Art. 42. Protocolado o requerimento que atenda aos requisitos do art. 41, o Presidente da Câmara, no prazo de 5 (cinco) dias, constituirá a Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 3 (três) membros, por ato da Presidência, mediante indicação dos Líderes dos partidos ou blocos parlamentares, dando conhecimento ao Plenário na sessão seguinte. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 1º- Considerar-se-ão impedidos de atuar nesta Comissão, os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, bem como aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e, ainda, aqueles que forem indicados no requerimento de constituição para servir como testemunha;

§ 2º- O primeiro signatário do requerimento que propôs a constituição da Comissão Parlamentar de Inquérito, fará parte, obrigatoriamente, de seus trabalhos, como um de seus membros;

§ 3º- Não havendo acordo das lideranças no tocante à indicação dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, proceder-se-á à escolha por eleição, votando cada Vereador, inclusive o Presidente da Câmara Municipal, em um único nome para membro da Comissão, considerando-se eleitos e, por

conseguinte, membros da Comissão Parlamentar de Inquérito os Vereadores mais votados.

Art. 43 - Não se constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiver em funcionamento, na Câmara Municipal, outra Comissão apurando denúncia ou fatos idênticos.

Art. 44 - Constituída a Comissão Parlamentar de Inquérito, seus membros elegerão, na primeira sessão realizada, e dentre os Vereadores nomeados, o Presidente e respectivo Relator.

Parágrafo único. Ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito é atribuída a competência de representar a Comissão.

Art. 45 - A Comissão Parlamentar de Inquérito reunir-se-á, preferencialmente, nas dependências da Câmara Municipal, cabendo a seu Presidente determinar a data e horário das reuniões.

§ 1º- Fica facultado, ao Presidente da Comissão, requisitar, se for o caso, funcionários da Câmara Municipal, para secretariarem os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito;

§ 2º- Em caso excepcional, e devidamente justificado, poderá o Presidente da Comissão, requisitar ao Presidente da Câmara Municipal o assessoramento dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, por profissionais técnicos na matéria em exame, desde que a própria Câmara Municipal não disponha de tal funcionário em seu quadro, podendo haver a contratação, em caráter excepcional, de profissionais técnicos que sejam necessárias.

Art. 46 - As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º- As convocações para as reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, deverão ser recebidas pelos seus membros com antecedência, mínima, de 24 (vinte e quatro horas), salvo em caso de sessão extraordinária, desde que justificada a urgência da convocação;

§ 2º- Seus membros, em caso de ausência, deverão justificar o motivo do não comparecimento ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, na primeira sessão subsequente à ausência.

Art. 47 - No exercício de suas atribuições e no interesse da investigação, poderá, ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu Presidente:

I - determinar as diligências que se fizerem necessárias aos seus trabalhos, bem como proceder vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;

II - convocar e tomar o depoimento de autoridades municipais, bem como de qualquer cidadão, intimar testemunha e inquiri-las sob compromissos;

III - requisitar dos responsáveis pelas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários ao desenvolvimento dos seus trabalhos, inclusive proceder as verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da administração direta e indireta;

IV - requerer a intimação judicial ao juízo competente, e nos termos da legislação pertinente, quando do não comparecimento do intimado perante a Comissão Parlamentar de Inquérito por 2 (duas) convocações consecutivas.

Art. 48 - Toda documentação encaminhada à Comissão Parlamentar de Inquérito, bem como as convocações, atos da Presidência da Comissão e diligências serão transcritas e autuadas em processo próprio, em folhas numeradas, datadas e rubricadas pelo Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, que será seu responsável, até o término de seus trabalhos.

Parágrafo único. Dos depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas inquiridas, além da assinatura dos membros presentes ao ato, deverá conter, obrigatoriamente, a assinatura do depoente.

Art. 49 - O desatendimento às disposições contidas nos artigos anteriores, no prazo estipulado, sem motivo justificado, faculta ao Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito solicitar a intervenção do Poder Judiciário, na forma da legislação pertinente.

Art. 50 - A Comissão Parlamentar de Inquérito concluirá seus trabalhos através de relatório final que deverá conter:

a) exposição dos fatos submetidos à apuração;
b) exposição e análise das provas colhidas;
c) conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
d) conclusão sobre a autoria dos fatos apurados, se existentes;
e) sugestões das medidas a serem tomadas, devidamente fundamentadas e justificadas, indicando as autoridades, dentre elas, órgãos de controle, autoridades policiais e ou pessoas que tiverem a devida competência para a adição das providências sugeridas.

Art. 51 - Elaborado o relatório, deverá ser apreciado, em sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito, previamente agendada.

§ 1º- A simples aposição da assinatura, sem qualquer observação, implicará a concordância total do signatário com os termos e manifestações do relator;

§ 2º- Poderá o membro da Comissão exarar voto em separado nos termos deste Regimento Interno.

Art. 52 - Se o relatório a que se refere o artigo anterior não for acolhido pela maioria dos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito será considerado rejeitado, apreciando-se, em seguida, o voto divergente apresentado em separado.

Parágrafo único. O voto acolhido pela maioria dos membros da Comissão, será considerado o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Art. 53 - O relatório final aprovado e assinado nos termos desta subseção, será protocolizado na Secretaria da Câmara Municipal, devendo o Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito comunicar, em Plenário, a conclusão dos trabalhos da Comissão.

Parágrafo único. O relatório final será lido pelo relator da Comissão, durante o expediente da primeira sessão ordinária subsequente, ressalvadas as hipóteses previstas neste Regimento Interno.

Art. 54 - Deverão ser anexados ao processo da Comissão Parlamentar de Inquérito, cópias do relatório final e do voto ou votos em separado, bem como do ato da Presidência da Comissão que registra o fim dos seus trabalhos.

Art. 55 - A Secretaria Administrativa da Câmara Municipal fornecerá cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independentemente de requerimento.

Art. 56 - O relatório final independerá de apreciação do Plenário, devendo o Presidente da Câmara Municipal dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele proposta, ou autorizar seu devido arquivamento.

SUBSEÇÃO III
DAS COMISSÕES PROCESSANTES

Art. 57 - As Comissões Processantes são constituídas com as seguintes finalidades:

§ 1°- Apurar infrações político-administrativas do Prefeito Municipal e dos Vereadores, no desempenho de suas funções;

§ 2°- O processo de cassação do mandato do Prefeito Municipal e dos Vereadores, por infração definida na legislação, obedecerá o seguinte procedimento:

I – a denúncia escrita da infração pode ser feita por qualquer Vereador ou eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas e, caso o denunciante seja Vereador, ficará impedido de votar a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, todavia, praticar atos de acusação.

§1°. Caso o denunciante for o Presidente da Câmara Municipal, passa a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só vota se necessário para completar o quórum de julgamento;

§2°. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar, o qual não pode integrar a Comissão Processante.

II – de posse da denúncia, o Presidente, na primeira sessão subsequente, determinará sua leitura e consultará a Câmara Municipal sobre o seu recebimento, sendo, uma vez decidido pelo recebimento através do voto da maioria dos presentes, constituída Comissão Processante, composta por 3 (três) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegem, desde logo, o Presidente e o Relator.

Parágrafo único. No caso de não haver o recebimento da denúncia, o processo é imediatamente arquivado.

III – recebendo o processo, o Presidente da Comissão inicia os trabalhos, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, notificando o denunciado, com a remessa de cópia da denúncia e do documento que a instrui, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa prévia por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 10 (dez).

§1º. se estiver ausente do Município, a notificação faz-se por edital publicado 2 (duas) vezes no órgão oficial, com intervalo de 3 (três) dias, pelo menos, contado o prazo da primeira publicação;

§2º. decorrido o prazo de defesa, a Comissão Processante emite parecer, dentro de 5 (cinco) dias, opinando pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, o qual, neste caso, será submetido ao Plenário;

§3. se a Comissão opinar pelo prosseguimento, o Presidente designa, desde logo, o início da instrução e determina os atos, as diligências e audiências que se fizerem necessários, para o depoimento do denunciado e inquirição das testemunhas.

IV – o denunciado deve ser intimado de todos os atos do processo pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir às diligencias e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for interesse da defesa;

V – concluída a instrução, é aberta vista do processo ao denunciado, para apresentação de razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias e, após, a Comissão Processante emite parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, bem como solicitará ao Presidente da Câmara Municipal a convocação de sessão para o julgamento;

VI – na sessão de julgamento, a qual eventualmente poderá ultrapassar o horário previsto no § 1º do artigo 93 deste Regimento?, serão

lidas as peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelos denunciados e, a seguir, os Vereadores que desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;

VII – concluída a defesa, proceder-se-á a tantas votações nominais, quantas forem as infrações articuladas na denúncia, sendo afastado do cargo, definitivamente, o denunciado que for declarado, pelo voto de dois terços, pelo menos, dos membros da Câmara, em curso de qualquer das infrações especificadas na denúncia;

VIII – concluído o julgamento, o Presidente proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação nominal sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá o competente Decreto Legislativo de Cassação do Mandato e, caso o resultado da votação seja absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo, sendo que em qualquer dos casos, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado;

IX – o processo a que se refere este artigo deve estar concluído no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetuar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo é arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos.

SUBSEÇÃO IV
DAS COMISSÕES DE REPRESENTAÇÃO

Art. 58 - A Comissão de Representação será constituída, a requerimento de Vereador e mediante aprovação do Plenário, para em nome da Câmara, se fazer presente a acontecimentos e solenidades especiais.

Art. 59 - O Presidente designará Comissões de Vereadores para receber e introduzir no Plenário, durante sessão da Câmara, os visitantes oficiais.

Parágrafo único - Um Vereador especificamente designado, ou cada Líder, se assim entender o Plenário, fará a saudação ao visitante, que poderá usar da palavra para a resposta.

SEÇÃO IV
DA PRESIDÊNCIA DAS COMISSÕES

Art. 60 - As Comissões Permanentes e Temporárias, dentro de (03) três dias de sua constituição, reunir-se-ão para eleger seu Presidente, por convocação do Presidente da Câmara.

Parágrafo único - A eleição de que trata este artigo será feita por maioria simples, considerando-se eleito, em caso de empate, o mais idoso dos votados.

Art. 61 - Ao Presidente da Comissão compete:

I - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela Comissão;

II - convocar e presidir as reuniões da Comissão;

~~**III** - fazer ler a ata da reunião anterior e submetê-la à discussão e votação~~;

III. submeter à discussão e à votação a ata da reunião anterior, dispensada a sua leitura quando previamente disponibilizada aos membros da Comissão; (Redação da Resolução n° 08/2026)

IV - dar à Comissão conhecimento da matéria recebida e despachá-la;

V - dar conhecimento prévio da pauta das reuniões previstas à Comissão e às lideranças;

VI - designar Relator e distribuir-lhe a matéria sujeita a parecer;

VII - conceder, pela ordem, a palavra aos membros da Comissão ou aos Líderes presentes que a solicitarem;

VIII - submeter a votos as questões sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar o resultado da votação;

IX - conceder vistas das proposições aos membros da Comissão;

X - assinar pareceres e convidar os demais membros a fazê-lo;

XI - representar a Comissão em suas relações com a Mesa, com outras Comissões e com os Líderes;

XII - solicitar ao Presidente da Câmara substituto para membro da Comissão em caso de vaga;

XIII - resolver, de acordo com o Regimento, as questões de ordem ou reclamações suscitadas na Comissão;

XIV - solicitar, de sua iniciativa ou a pedido do Relator, a prestação de assessoria ou consultoria jurídica e técnico-legislativa, durante reuniões da Comissão ou para instruir matérias sujeitas à apreciação desta;

XV - o Presidente poderá funcionar como Relator e terá direito a voto nas deliberações da Comissão.

SEÇÃO V
DAS VAGAS

Art. 62 - A vaga em Comissão verificar-se-á em virtude de término de mandato, renúncia, falecimento, perda do lugar ou licença.

§ 1º - Perderá automaticamente o lugar na Comissão, além de outros casos previstos neste Regimento, o Vereador que não comparecer a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, durante a sessão legislativa, salvo motivo de força maior, justificado por escrito.

§ 2º - A perda de lugar será declarada pelo Presidente da Câmara, em virtude de comunicação do Presidente da Comissão.

§ 3º - O Vereador que perder o lugar numa Comissão a ela não poderá retornar na mesma sessão legislativa.

§ 4º - A vaga em Comissão será preenchida por designação do Presidente da Câmara, no interregno de 08 (oito) dias de sua declaração, de acordo com a indicação feita pelo Líder de sua bancada ou do Bloco Parlamentar a que pertencer o lugar, independentemente dessa comunicação, se não foi feita naquele prazo.

SEÇÃO VI
DAS REUNIÕES

Art. 63 - As Comissões reunir-se-ão na sede da Câmara, nas terças-feiras, a partir das 9:00 horas, ressalvadas as audiências públicas.

Parágrafo único - As reuniões durarão o tempo necessário, para o exame da pauta respectiva.

Art. 64 - O Presidente da Comissão Permanente organizará a pauta de suas reuniões, obedecida a preferência regimental.

Art. 65 - As reuniões das Comissões serão públicas, salvo deliberação em contrário.

SEÇÃO VII
DA ORDEM DOS TRABALHOS

Art. 66 - Os trabalhos das Comissões serão iniciados com a presença da maioria de seus membros.

§ 1º - Os trabalhos obedecerão à seguinte ordem:

I - discussão e votação da ata da reunião anterior;

II - expediente;

a) resumo da correspondência e de outros documentos recebidos;

b) comunicação da matéria distribuída ao Relator.

III - leitura e parecer cujas conclusões, votadas pela Comissão em reunião anterior, não tenham ficado redigidos;

IV - discussão e votação de proposições e respectivos pareceres sujeitos à aprovação do Plenário da Câmara;

V - discussão e votação de projeto de resolução que dispensar a aprovação do Plenário da Câmara;

§ 2º - As proposições constantes dos incisos IV e V constituirão a Ordem do Dia da reunião da Comissão.

§ 3º - O Líder poderá participar, sem direito a voto, dos trabalhos e debates de qualquer Comissão de que não seja membro.

§ 4º - As Comissões Permanentes poderão estabelecer normas e condições específicas para a organização de seus trabalhos.

Art. 67 - As Comissões deliberarão por maioria de votos.

Parágrafo único- Em caso de empate na votação, o Presidente poderá:

I - votar pela segunda vez; ou

II - adiar a votação da matéria até a próxima reunião da Comissão.

SEÇÃO VIII
DOS PRAZOS

Art. 68 - As Comissões, isoladamente, terão os seguintes prazos para emissão de parecer sobre proposições e sobre as emendas oferecidas, salvo as exceções previstas neste Regimento.

I - de 04 (quatro) dias, nas matérias em regime de urgência e de preferência;

II - de 30 (trinta) dias, nos projetos de lei complementar, do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, do orçamento anual, do plano diretor e de codificação;

III - de 10 (dez) dias, nos demais casos.

§ 1º - Os prazos são contados a partir do recebimento da proposição pela Comissão;

§ 2º -O Presidente da Câmara poderá, a requerimento fundamentado do Presidente ou do Relator da Comissão, nos próprios autos do processo,

conceder-lhe prorrogação de até metade dos prazos previstos nos incisos do *caput* deste artigo.

§ 3º - O Presidente, recebido o processo, designará o Relator na mesma data, podendo reservá-lo à própria consideração.

§ 4º - O Relator designado disporá de metade dos prazos de que tratam os incisos do *caput* deste artigo, para apresentar seu parecer.

§ 5º - Constatada a necessidade de realização de diligências pela Comissão, esta será comunicada ao Presidente da Câmara, que determinará a suspensão dos prazos mencionados nos incisos I e III, do *caput*, até que sejam finalizados as diligências requeridas, após o que os prazos continuarão fluindo, do momento em que foram suspensos;

§ 6º - Esgotados os prazos previstos nos incisos do *caput* deste artigo, sem a manifestação da Comissão, cabe ao Presidente da Câmara tomar uma das seguintes providências:

I - prorrogar o prazo, nos termos do § 2º, deste artigo;

II - encaminhar o processo a outra Comissão Permanente;

III - determinar à Comissão faltosa que se manifeste em Plenário;

IV - designar Comissão Especial para emitir, em 02 (dois) dias, o respectivo parecer, observado o disposto do artigo 40, deste Regimento.

§ 7º - A prorrogação do prazo de que trata o § 2º, deste artigo, poderá ser submetido ao Plenário, a requerimento escrito de qualquer Vereador.

Art. 69 - Incumbe ao Presidente da Câmara, tratando-se de matéria de iniciativa do Prefeito, para cuja deliberação houver sido convocadas sessões extraordinárias, despachá-la para as Comissões competentes, conjuntamente, na data de seu recebimento pela Diretoria Geral da Câmara.

Parágrafo único - O prazo de que trata o inciso I, do *caput* do artigo anterior, no caso de convocação de sessões extraordinárias, será reduzido pela metade.

SEÇÃO IX
DOS PARECERES

Art. 70 - Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre matéria sujeita a exame.

Parágrafo único - Cada proposição terá parecer independente.

Art. 71 - Nenhuma proposição será submetida à discussão e votação sem parecer escrito da Comissão competente.

Art. 72 - O parecer por escrito constará de três partes:

I - relatório, em que se fará exposição circunstanciada da matéria em exame;

II - voto do Relator, em termos objetivos, com a sua opinião sobre a conveniência de aprovação ou rejeição, total ou parcial, da matéria, ou necessidade de dar-lhe substitutivo ou oferecer-lhe emenda;

III - parecer da Comissão, com as conclusões desta e a indicação dos Vereadores votantes e dos respectivos votos.

§ 1º - Se a Comissão concluir, pela conveniência de determinada matéria ser formalizada em proposição, o parecer contê-la-á, para que seja submetida aos trâmites regimentais.

§ 2º - Não poderá haver parecer oral, no caso previsto no inciso III, do § 6º, do artigo 68, deste Regimento; em:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

II - projeto de lei complementar;

III - projetos de lei de iniciativa privativa do Prefeito;

IV - projetos de codificação.

Art. 73 - Relatada a matéria, o parecer será imediatamente submetido à discussão e à votação pela Comissão.

§ 1º - Qualquer membro da Comissão, durante a discussão, poderá usar da palavra, bem como os Líderes presentes, nos termos do inciso III, do artigo 15, deste Regimento.

§ 2º - Seguir-se-á, encerrada a discussão, imediatamente a votação do parecer que, aprovado pela maioria de seus integrantes, será tido como sendo da Comissão, assinando-o os membros presentes.

§ 3º - Poderá o membro da Comissão exarar voto em separado devidamente fundamentado;

I- pelas conclusões, quando favorável as conclusões do Relator, discordando de sua fundamentação;

II - aditivo, quando, favorável às conclusões do Relator, acrescente novos argumentos à sua fundamentação;

III - contrário, devendo ser devidamente justificado, quando se oponha frontalmente às conclusões do relator.

§ 4º - O parecer não acolhido pela Comissão constituirá voto em separado.

§ 5º - O voto em separado, desde que aprovado pela Comissão, constituirá o seu parecer.

Art. 74 - Para efeito de contagem, os votos serão considerados:

I - favoráveis, os que tragam ao lado da assinatura do votante, a indicação pelas conclusões ou com restrições;

II - contrários, os que tragam ao lado da assinatura do votante, a indicação contrário.

Parágrafo único - A simples aposição da assinatura, sem qualquer indicação, implicará na concordância do signatário com a manifestação do Relator.

Art. 75 - O parecer da Comissão a que for submetido o projeto, concluirá por sua adoção ou por sua rejeição, propondo as emendas ou substitutivo que julgar necessários.

§ 1º - O parecer da Comissão só será votado pelo Plenário, quando:

I - for pela rejeição, retirada, suspensão da tramitação ou arquivamento da matéria sob análise;

II - contiver emenda ou substitutivo;

III - contiver sugestão para decisão da Câmara;

IV - concluir pela tramitação urgente do processo.

§ 2º - Aprovado o parecer pelo Plenário, o Presidente da Mesa dará ao processo a destinação que for cabível.

Art. 76 - o Presidente da Câmara devolverá à Comissão o parecer emitido em desacordo com as disposições desta seção.

SEÇÃO X
DA ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES

Art. 77 - As Comissões contarão com serviços de apoio administrativo, para:

I - acompanhamento aos trabalhos e redação da ata das reuniões;

II - organização da rotina de entradas e saída de matéria;

III - sinopse dos trabalhos;

IV - entrega do processo referente a cada proposição ao Relator respectivo;

V - acompanhamento sistemático da distribuição de proposições aos Relatores e dos prazos regimentais, mantendo os Presidentes constantemente informados a respeito;

VI - organização de doutrina e jurisprudência dominante na apreciação dos trabalhos de cada Comissão;

VII - desempenho de outros encargos determinados pelos Presidentes.

Art. 78 - As Comissões contarão, para o desempenho de suas atribuições, com assessoramento e consultoria técnico-legislativa e especializada em suas áreas de competência, a cargo de:

I - órgão de assessoramento institucional da Câmara, nos termos de resolução específica.

CAPÍTULO V
DA COMISSÃO REPRESENTATIVA DA CÂMARA

Art. 79 - Constituir-se-á Comissão Representativa da Câmara Municipal, para, durante o recesso:

I - zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo;

II - convocar extraordinariamente a Câmara;

III - autorizar o Prefeito a ausentar-se do Município e conceder-lhe licença;

IV - exercer:

~~**a)** as competências do disposto no *caput* do artigo 29, deste Regimento, no que couber, quando do recesso~~;

a) as competências previstas no art. 31 deste Regimento, no que couber, durante o recesso; (Redação da Resolução n° 08/2026)

b) as atribuições constantes do artigo 23, deste Regimento, que lhe forem delegadas pela Mesa.

V - apreciar, conclusivamente as indicações simples, as moções e os requerimentos, desde que não se tratem estes de pedidos de informações, observado o disposto no § 1º, do artigo 31.

§ 1º - Compõem a Comissão Representativa da Câmara:

~~**I - os Líberes de bancadas**~~;

I. Os Líderes de bancadas; (Redação da Resolução n° 08/2026)

II - número de Vereadores tal que garanta, em sua composição, o princípio da representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da Câmara;

III - o Presidente da Câmara, que a presidirá;

§ 2º - Os integrantes da Comissão de que trata o inciso II, do parágrafo anterior, serão eleitos pelo Plenário na última sessão ordinária do período legislativo.

§ 3º - A posse da Comissão Representativa da Câmara se dará na sessão a que se refere o parágrafo anterior.

TÍTULO III
DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA

Art. 80 - Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre as matérias de interesse local, especialmente:

I - planejamento municipal, compreendendo:
a) plano diretor e legislação correlata;
b) plano plurianual;
c) lei de diretrizes orçamentárias;
d) orçamento anual.

II - instituição e arrecadação de tributos de sua competência e aplicação de suas rendas;

III - criação, organização e supressão de distritos;

IV - organização e prestação, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, dos serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial, estabelecendo:
a) o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter essencial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;
b) os direitos dos usuários;
c) obrigação de manter serviço adequado;
d) política tarifária justa;
e) obrigação de manter o serviço adequado.

V - poder de polícia administrativa, notadamente em matéria de saúde e higiene pública, construção, trânsito, tráfego, logradouros públicos e horários de funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviço;

VI - regime jurídico único de seus servidores;

VII - organização de seu governo e administração;

VIII - administração, utilização e alienação de seus bens;

IX - fiscalização da administração pública, mediante controle externo, interno e popular;

X - proteção de locais de culto e a suas liturgias;

XI - locais abertos ao público para reuniões;

XII - instituição da guarda municipal destinada exclusivamente à proteção dos bens, serviços e instalações do Município;

XIII - prestação pelos órgãos públicos municipais de informações de interesse coletivo ou particular solicitadas por qualquer cidadão;

XIV - direito de petição aos Poderes Públicos Municipais e obtenção de certidões em repartições públicas municipais;

XV - participação dos trabalhadores e empregados nos colegiados dos órgãos públicos municipais em que seus interesses profissionais sejam objeto de discussão e deliberação;

XVI - manifestação da participação popular, através de plebiscito, referendo e iniciativa popular;

XVII - remuneração dos servidores públicos municipais;

XVIII - administração pública municipal, notadamente sobre:
a) cargos, empregos e funções públicas na administração pública direta, indireta ou fundacional;
b) criação de empresas públicas, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação;
c) publicidade dos atos, programas, obras serviços e campanhas dos órgãos públicos, com caráter educativo, informativo ou de orientação social;
d) reclamações relativas aos servidores públicos;
e) prazos de prescrição para os ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízo ao erário;
f) servidores públicos municipais.

XIX - processo legislativo municipal;

XX - estímulo ao cooperativismo e a outras formas de associativismo;

XXI - tratamento tributário favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte, localizadas na área do território do Município;

XXII - proteção à família, especialmente no tocante a:
a) livre exercício do planejamento familiar;

b) orientação psicossocial às famílias de baixa renda;

c) garantia dos direitos fundamentais à criança, ao adolescente e ao idoso;

d) normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de adaptação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiências.

XXIII - política de desenvolvimento municipal, visando a garantir a seus habitantes existência digna, bem-estar e justiça social;

XXIV - as seguintes matérias, suplementarmente à legislação federal e estadual;

a) promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo, a par de outras limitações urbanísticas gerais;

b) sistema municipal de educação;

c) licitação e contratação, em todas as modalidades, para a administração direta, indireta, autárquica e fundacional;

d) defesa e preservação do meio ambiente e conservação do solo;

e) combate a todas as formas de poluição ambiental;

f) uso e armazenamento de agrotóxicos;

g) defesa do consumidor;

h) proteção do patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

i) seguridade social.

XXV - as metas constantes do artigo 23, da Constituição Federal, no que compete ao Município que, para executá-las, tem de fundamentar-se no princípio da legalidade.

Art. 81 - É da competência privativa da Câmara:

I - eleger sua Mesa, bem como destituí-la, na forma deste Regimento e da Lei Orgânica;

II - elaborar seu Regimento Interno;

III - dispor sobre:

a) sua organização, funcionamento e polícia;

b) criação, transformação ou extinção de cargos e funções de seus servidores e fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

IV - mudar temporariamente sua sede;

V - criar Comissão Parlamentar de Inquérito sobre fato específico, na forma deste Regimento Interno e da legislação federal;

VI - aprovar crédito suplementar ao seu orçamento, utilizando suas próprias dotações;

VII - convocar, diretamente ou por suas Comissões, Secretários e Assessores Municipais e Diretores de órgãos da administração indireta ou fundacional, para prestarem, pessoalmente, informações sobre assuntos previamente determinado:

VIII - suspender lei ou ato municipal declarado inconstitucional pelo Poder Judiciário;

IX - conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores para afastarem-se do cargo, nos termos da Lei Orgânica do Município e deste Regimento;

X - autorizar o Prefeito a se ausentar do Município quando a ausência exceder a quinze dias e do País em qualquer tempo;

XI - sustar atos normativos, do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

XII - sustar contratos impugnados pelo Tribunal de Contas do Estado, nos termos do § 1º, do artigo 71, da Constituição Federal, combinado com o *caput* de seu artigo 75;

XIII - resolver definitivamente sobre acordos, convênios, consórcios e contratos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal;

XIV - fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores e sua forma de reajuste, em cada legislatura para a subsequente, até três meses antes da realização do pleito municipal;

XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;

XVI - julgar anualmente as contas do Município e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

XVII - processar e julgar os Vereadores, observado o disposto da Lei Orgânica;

XVIII - deliberar sobre a perda de mandato de Vereador, nos termos do inciso anterior;

XIX - processar e julgar o Prefeito, observado o disposto da Lei Orgânica;

XX - decidir sobre a perda do mandato do Prefeito, na forma da lei;

XXI - elaborar a proposta orçamentária do poder Legislativo, observados os limites incluídos na lei de diretrizes orçamentárias;

XXII - fixar e alterar o número de Vereadores, nos termos da Lei Orgânica e deste Regimento observadas as disposições do TSE;

XXIII - propor ação de inconstitucionalidade da lei ou ato municipal frente à Constituição do Estado do Paraná, através de sua Mesa;

XXIV - propor, juntamente com outras Câmaras, emendas à Constituição do Estado do Paraná;

XXV - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta ou fundacional;

XXVI - solicitar informações ao Executivo sobre qualquer assunto referente à administração municipal, observada a disciplina da Lei Orgânica;

XXVII - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Poder Executivo;

XXVIII - deliberar sobre outras matérias de caráter político ou administrativo e de sua competência exclusiva;

XXIX - conceder título honorífico.

Art. 82 - A Câmara Municipal desempenha suas atribuições, através do exercício das seguintes funções essenciais que lhe são inerentes:

I - função organizante, compreendendo a elaboração, aprovação e promulgação da Lei Orgânica do Município e de suas emendas;

II - função institucional, segundo a qual a Câmara:

a) elege sua Mesa;
b) procede à posse dos Vereadores, do Prefeito Municipal e de seu Vice-Prefeito, tomando-lhe compromisso e recebendo, publicamente, suas declarações de bens;

III - função legislativa, exercendo o que dispõe os artigos 80 e 81, deste Regimento;

IV - função fiscalizadora, mediante controle externo, nos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais, exercida com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado;

V - função julgadora, ocorrendo nas hipóteses em que julga as contas do Município, aprovando ou rejeitando o parecer prévio do Tribunal de Contas, e nos termos dos incisos XVII e XIX, do artigo 81, deste Regimento;

VI - função administrativa, exercitada através da competência de proceder à sua estruturação organizacional, à organização de seu pessoal e de seus serviços.

TÍTULO IV
DAS SESSÕES DA CÂMARA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 83 - As sessões da Câmara serão:

I - preparatórias, as que precedem a inauguração dos trabalhos da Câmara na primeira e na terceira sessões legislativas de cada legislatura, conforme dispõem os artigos 7º e 8º, deste Regimento;

II - ordinárias, as de qualquer sessão legislativa realizadas independentemente de convocação, nos períodos de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro;

III - extraordinárias, as realizadas em dias ou horas diversos dos prefixados para as ordinárias;

IV - especiais, as declaradas expressamente neste Regimento;

V - solenes, as realizadas para marcar comemorações ou prestar homenagens.

~~**Art. 84** - A hora de início dos trabalhos das sessões a que se referem os incisos I *e* IV, do artigo anterior, feita a chamada dos Vereadores, havendo número legal, nos termos do § 1º, deste artigo, o Presidente declarará aberta a sessão.~~

~~**§ 1º** - As sessões de que trata o *caput* deste artigo, somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara, ressalvado o disposto no parágrafo único, do artigo 108, deste Regimento.~~

~~**§ 2º** - Considerar-se-á presente à sessão, o Vereador que assinar o livro de presença, até o início da Ordem do Dia, e participar das votações~~.

Art. 84. À hora do início dos trabalhos das sessões a que se referem os incisos I a IV do artigo anterior, feita a verificação de presença dos Vereadores e havendo número legal, nos termos do § 1º deste artigo, o Presidente declarará aberta a sessão.

§ 1º As sessões de que trata o caput deste artigo somente poderão ser abertas com a presença de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara.

§ 2º Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que registrar sua presença no painel eletrônico ou, na sua impossibilidade, assinar a lista de presença, até o início da Ordem do Dia, e participar das votações, bem como o Vereador em participação remota autorizada, na forma do art. 89 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 3º - Quando o número de Vereadores não permitir o início da sessão, o Presidente aguardará o prazo de tolerância de até 20 (vinte) minutos.

§ 4º - Decorrido o prazo de tolerância, ou antes, de houver número, proceder-se-á à nova verificação de presença.

§ 5º - Não atingido o mínimo legal de presença, o Presidente declarará encerrados os trabalhos, determinando a lavratura de ata que não dependerá de aprovação.

§ 6º - A chamada dos Vereadores far-se-á pela ordem alfabética dos nomes parlamentares, indicados nos termos do art. 6º, *in fine*, deste Regimento.

§ 7º - Nas sessões da Câmara os vereadores deverão usar traje social e para os homens, preferencialmente, paletó e gravata.

Art. 85 - A sessão da Câmara somente poderá ser suspensa antes do término de seus trabalhos, por conveniência de:

I - manutenção da ordem;

II - práticas parlamentares visando ao melhor andamento das funções legislativas da Câmara;

§ 1º - a suspensão dos trabalhos poderá ocorrer por iniciativa do Presidente ou a requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 2º - Não se computa o tempo de suspensão para efeito do cumprimento do prazo regimental.

~~**Art. 86 -** No recinto do Plenário, durante as sessões a que se referem os incisos I e IV, do artigo 100, deste Regimento, somente serão admitidos~~:

Art. 86. No recinto do Plenário, durante as sessões a que se referem os incisos I a IV do art. 83 deste Regimento, somente serão admitidos: (Redação da Resolução n° 08/2026)

I - os Vereadores;

II - os servidores da Câmara em serviço no local;

III - os jornalistas credenciados;

IV - cidadãos especialmente convidados pela Mesa.

Parágrafo único - Os cidadãos recebidos em Plenário, nas sessões, poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes for feita pelo Legislativo.

~~**Art. 87** - As sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara Municipal serão transmitidas, através de meios eletrônicos, na rede mundial de computadores, na forma prelecionada em ato normativo próprio~~.

Art. 87. É obrigatória a transmissão ao vivo, pela internet, das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes e especiais da Câmara Municipal e das audiências públicas, em canal oficial mantido ou administrado pela própria Câmara e indicado em seu sítio eletrônico oficial.

§ 1º A interrupção da transmissão por falha técnica não invalida a sessão, devendo a ocorrência ser registrada em ata e a gravação integral ser disponibilizada na forma do art. 109-A.

§ 2º Excepcionalmente, a sessão extraordinária convocada com antecedência inferior a 24 (vinte e quatro) horas poderá ser realizada sem transmissão ao vivo, desde que, cumulativamente:

I. haja impossibilidade técnica de transmissão, justificada por decisão fundamentada do Presidente da Câmara;

II. a sessão seja integralmente gravada em áudio e vídeo;

III. a justificativa seja consignada em ata;

IV. a gravação integral seja disponibilizada no canal oficial e no sítio eletrônico da Câmara no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas do encerramento da sessão.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica às sessões de julgamento das contas do Prefeito, de cassação de mandato, de eleição da Mesa e às que deliberarem sobre os projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual. (Redação da Resolução n° 08/2026)

~~**Art. 88** - As sessões plenárias poderão ser realizadas, de forma mista, em ambiente virtual, por meio de Sistema de Deliberação Remota – SDR.~~

~~**§ 1º** - Entende-se como SDR a solução tecnológica que permite o debate e declaração de voto dos parlamentares, dispensada a presença física nas dependências do Legislativo Municipal;~~

~~**§ 2º** - A adoção do SDR será temporária, devendo ser indicado no Ato do Presidente o período de sua utilização.~~

~~**Art. 89** - SDR terá como base uma ou mais plataformas que permitirão o debate entre os parlamentares e votação com áudio e vídeo, observadas as seguintes diretrizes:~~

~~I - a publicidade das sessões realizadas por meio do SDR será assegurada pela transmissão simultânea pelos canais de mídia institucionais e disponibilização do áudio e do vídeo das sessões;~~

~~II - as soluções destinadas a gerenciar o áudio e o vídeo das sessões poderão valer-se de plataformas comerciais, desde que tais plataformas atendam aos requisitos definidos nesta Resolução ou em sua regulamentação;~~

~~III - o SDR deverá permitir o acesso simultâneo de todos os parlamentares e da Mesa, que exercerá a mediação da sessão sob o comando direto do Presidente da Câmara Municipal;~~

~~**IV** - os problemas técnicos ou falta de conexão que impeçam o uso da palavra pelo parlamentar não ensejam nulidade ou anulabilidade do ato~~.

Art. 88. As sessões plenárias poderão ser realizadas em formato híbrido, com participação presencial e remota simultânea dos Vereadores, por meio do Sistema de Deliberação Remota, SDR, observados os critérios e procedimentos desta Seção.

§ 1º Entende-se como SDR a solução tecnológica que permite o debate, o registro de presença e a declaração de voto dos parlamentares, dispensada a presença física nas dependências do Legislativo Municipal.

§ 2º A realização de sessões integralmente remotas somente será admitida em situação de calamidade pública, emergência sanitária ou impossibilidade de acesso à sede da Câmara, mediante Ato do Presidente que indique a causa e o período de sua utilização.

Art. 89. Na participação remota por meio do SDR serão observados os seguintes procedimentos:

I. a publicidade será assegurada pela transmissão simultânea, na forma do art. 87, com exibição da imagem do Vereador participante;

II. o Vereador manterá áudio e vídeo ativos durante toda a sessão e será identificado, no início dos trabalhos e a cada verificação de quórum, por imagem e voz, mediante chamada nominal;

III. identificado o Vereador, sua presença será registrada no sistema eletrônico e computada para fins de quórum, constando da ata a indicação de participação remota;

IV. o voto do Vereador em participação remota será declarado oralmente, com imagem e voz, quando chamado nominalmente, e registrado no painel eletrônico pelo operador do sistema, sendo válido para todos os efeitos;

V. a perda de conexão durante a votação implicará o registro de ausência do Vereador naquela deliberação, salvo se restabelecida antes da proclamação do resultado ou por tolerância do Presidente;

VI. a gravação integral da sessão, inclusive da participação remota, e os registros de conexão serão preservados na forma do art. 109-A;

VII. as plataformas utilizadas poderão ser comerciais, desde que atendam aos requisitos deste artigo;

VIII. os problemas técnicos ou a falta de conexão que impeçam o uso da palavra pelo parlamentar não ensejam nulidade ou anulabilidade do ato. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 90 - Nas sessões plenárias realizadas por meio do SDR será observado o procedimento regimental, devendo ser consignado expressamente em ata a informação de que as deliberações foram tomadas em ambiente virtual.

~~**Parágrafo único**. Fica dispensado o uso da bancada e da tribuna previstos nos §§ 1º e 2º art. 89, devendo o Vereador apresentar-se, simultaneamente, por imagem e voz e fazer uso da palavra através do SDR~~.

Parágrafo único. Na participação remota, fica dispensado o uso da bancada e da tribuna, devendo o Vereador apresentar-se, simultaneamente, por imagem e voz e fazer uso da palavra por meio do SDR. (Redação da Resolução n° 08/2026)

~~**Art. 91** - Em havendo viabilidade técnica, o Vereador que estiver ausente do Plenário, e desejar participar dos debates e votações, poderá solicitar ao Presidente autorização para adotar o SDR.~~

~~**Parágrafo único**. Na hipótese do caput, a solicitação deverá ser feita com no mínimo 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da respectiva Sessão Plenária~~.

Art. 91. A participação remota do Vereador em sessão híbrida somente será autorizada nas seguintes hipóteses:

I. doença ou tratamento de saúde do próprio Vereador que impeça o comparecimento, sem afastá-lo do exercício do mandato, comprovado por atestado ou declaração médica;

II. acompanhamento de cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente em tratamento de saúde, comprovado por documento idôneo;

III. gestação de risco ou período pós-parto, quando a Vereadora não estiver licenciada;

IV. cumprimento de missão oficial ou representação da Câmara, ou participação em curso de capacitação relacionado ao mandato, fora do Município;

V. deslocamento a serviço do mandato fora do Município, comprovado por documento idôneo;

VI. caso fortuito ou força maior, tais como eventos climáticos, interdição de vias ou calamidade, que impeçam o comparecimento.

§ 1º A solicitação será dirigida ao Presidente, por meio do sistema eletrônico, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas da sessão, acompanhada do documento comprobatório, ressalvada a hipótese do inciso VI, em que poderá ser apresentada até o início da sessão, com comprovação posterior em até 2 (dois) dias úteis.

§ 2º O Presidente decidirá motivadamente, cabendo recurso ao Plenário.

§ 3º Ressalvadas as hipóteses dos incisos I a III, a participação remota fica limitada a 6 (seis) sessões ordinárias por Vereador em cada sessão legislativa. (Redação da Resolução n° 08/2026)

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES PÚBLICAS

SEÇÃO I
DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Art. 92 - As sessões ordinárias serão semanais, ocorrendo sempre nas segundas-feiras com início às 19:00 horas (dezenove), e realizar-se-ão em dias definidos em calendário a ser elaborado pela mesa executiva, ouvido o plenário.

§ 1º - Por aprovação do Plenário, o horário da sessão ordinária poderá ser alterado, devendo ser comunicada aos vereadores esta alteração com no mínimo uma sessão de antecedência.

§ 2º - Serão realizadas, no mínimo, 36 (trinta e seis) sessões ordinárias anuais.

§ 3º - Havendo feriado, ou ocorrendo situação considerada relevante, que ocasione a alteração do calendário, as sessões ordinárias efetivar-se-ão no primeiro dia útil imediato.

§ 4º - O calendário a que se refere o *caput* deste artigo será obrigatoriamente distribuído às entidades representativas de classes, associações de moradores e órgãos públicos municipais, estaduais, federais, escolas públicas estaduais, municipais e particulares.

Art. 93 - As sessões ordinárias compor-se-ão das seguintes partes:

I - Expediente;

II - Ordem do Dia;

III - Comunicações parlamentares;

§ 1º - As sessões ordinárias terão duração de até quatro horas e meia.

§ 2º - As sessões poderão ser prorrogadas por tempo que permita o cumprimento da Ordem do Dia, por iniciativa do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 3º - Quando a realização de sessão especial ocorrer na mesma data da sessão ordinária, está terá duração de, no máximo, até uma hora e trinta minutos.

SUBSEÇÃO I
DO EXPEDIENTE

Art. 94 - O Expediente terá duração, no máximo, de duas horas e trinta minutos e destinar-se-á a:

~~**I** - leitura e aprovação da ata da sessão anterior~~;

I. discussão e votação da ata da sessão anterior, dispensada a sua leitura, na forma do art. 110 deste Regimento; (Redação da Resolução n° 08/2026)

II - leitura do expediente recebido do Prefeito Municipal;

III - leitura do expediente recebido de diversos;

IV - anúncio das proposições apresentadas, com a leitura das súmulas dos projetos de lei e de resoluções e com a leitura integral de indicações, requerimentos e moções, na seguinte ordem:

a) projetos de lei;

b) projetos de resolução;

c) indicações;

V - Tribuna Livre.

VI - Leitura e votação das proposições apresentadas, na seguinte ordem:

a) Requerimentos;

b) Moções;

§ 1º - As proposições deverão ser protocoladas até as 15:00 horas da sexta-feira da semana que antecede as Sessões Ordinárias, observadas as normas regimentais e administrativas aplicáveis.

§ 2º - Por solicitação dos interessados, serão dadas cópias dos documentos apresentados no Expediente.

§ 3º - Por solicitação de qualquer Vereador, poderão as proposições de que tratam as alíneas “a” e “b”, do inciso IV, deste artigo, serem lidas na íntegra, mediante deliberação do Plenário.

§ 4º - A cada sessão poderá ser autorizado o uso da Tribuna Livre por 01 (uma) entidade, com duração de 10 (dez) minutos.

§ 5º - A entidade ao inscrever-se para o uso da Tribuna Livre, protocolará ofícios, exteriorizando 01 (um) tema de seu relevante interesse, junto à Secretaria da Câmara Municipal, com antecedência de 03 (três) dias úteis, anexando os seguintes documentos:

I- Comprovante da personalidade jurídica;

II- Atas de Reuniões ou Assembleias, denotando a representatividade perante a parcela, setor ou segmento da sociedade do Município de Barbosa Ferraz;

III - Somente poderá usar da Tribuna Livre membros da Diretoria da entidade requerente;

IV - Certidão expressando estar ciente que:

a) Ao utilizar-se da Tribuna Livre, ou referir-se aos fatos ou temas junto à imprensa, se proferir ofensa à Vereador, não obterá registro de nova inscrição enquanto durar o mandato de sua atual diretoria;

b) O uso da Tribuna Livre, após deferimento do pedido pela Mesa Executiva, respeitará a ordem de inscrição, dando-se prioridade às entidades que ainda não a utilizaram;

c) Discorrerá exclusivamente sobre o tema proposto quando da inscrição da entidade e se sujeitará aos apartes dos Vereadores.

§ 6º - Nos 06 (seis) meses que antecederem as eleições municipais a Tribuna Livre não poderá ser utilizada.

§ 7º - Perderá a vez de pronunciar-se a entidade que inscrita para falar, não se achar presente na hora em que lhe for dada a palavra.

§ 8º - Será respeitada a ordem cronológica das inscrições para a concessão do uso da Tribuna Livre, respeitada a prioridade das entidades que ainda não a utilizaram.

Art. 95 - O Expediente destina-se ainda aos pronunciamentos dos Vereadores que se inscreverem antes do início da sessão, para falarem pelo prazo de 10 (dez) minutos.

§ 1º - Perderá a vez de pronunciar-se o Vereador que, inscrito para falar, não se achar presente na hora em que lhe for dada a palavra.

§ 2º - A ordem para uso da palavra será alternada de uma sessão para outra.

SUBSEÇÃO II
DA ORDEM DO DIA

Art. 96 - A Ordem do Dia destina-se à discussão e votação das proposições em pauta.

§ 1º - A Ordem do Dia será iniciada com verificação de presença e só terá prosseguimento se houver a presença da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 2º - Não havendo *quórum* regimental, o Presidente aguardará 05 (cinco) minutos, antes de declarar encerrada a Ordem do Dia.

Art. 97 - As matérias, a juízo do Presidente, serão incluídas na Ordem do Dia segundo sua antiguidade e importância, observada a seguinte ordem:

I - matéria em regime especial;

II - vetos e matérias em regime de urgência;

III - matérias em regime de preferência;

IV - matérias em turno único;

V - matérias em segundo turno;

VI - matérias em primeiro turno;

VII - recursos.

§ 1º - A Diretoria Administrativa fornecerá cópia das proposições e pareceres aos Vereadores, até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da sessão.

§ 2º - O Primeiro Secretário procederá a leitura da matéria que será discutida e votada, podendo ser dispensada a leitura a requerimento verbal de Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 3º - Ao ser designada a Ordem do Dia, qualquer Vereador poderá sugerir ao Presidente a inclusão de matéria em condições de nela figurar.

~~**§ 4º** - A disposição da matéria na Ordem do Dia, ressalvado o disposto no artigo 102, deste Regimento, somente poderá ser interrompida ou alterada, por motivo de urgência, preferência, adiamento ou vistas, mediante requerimento apresentado durante a Ordem do Dia e aprovado pelo Plenário~~.

§ 4º A disposição da matéria na Ordem do Dia, ressalvado o disposto no art. 99 deste Regimento, somente poderá ser interrompida ou alterada por motivo de urgência, preferência, adiamento ou vistas, mediante requerimento apresentado durante a Ordem do Dia e aprovado pelo Plenário. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 98 - A matéria pendente de exame das Comissões só será incluída na Ordem do Dia, depois de emitidos todos os pareceres, distribuídos em avulsos aos Vereadores.

Art. 99 - Incluem-se na Ordem do Dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação:

I - o veto, quando não deliberado no prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu recebimento pela Câmara;

II - a proposição de iniciativa do Prefeito, em que se solicitou urgência para sua apreciação, não havendo sido deliberada pela Câmara no prazo de 30 (trinta) dias de seu recebimento.

Art. 100 - Não havendo mais matérias sujeita à deliberação do Plenário, na Ordem do Dia, o Presidente anunciará resumidamente a pauta dos trabalhos da sessão seguinte.

SUBSEÇÃO III
DAS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES

Art. 101 - Esgotada a Ordem do Dia, o tempo que restar para o término da sessão será franqueado aos oradores que se inscreverem até meia hora após

o início da sessão, para falar, por 05 (cinco) minutos, em Comunicações Parlamentares, não sendo permitido aparte.

Art. 102 – As Comunicações Parlamentares são destinadas à manifestação de Vereadores sobre atitudes assumidas no exercício do mandato.

~~**Parágrafo único** - A inscrição para falar em Comunicações Parlamentares será feita em livro próprio~~.

Parágrafo único. A inscrição para falar em Comunicações Parlamentares será feita em livro próprio ou no sistema eletrônico. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 103 - Encerrados os pronunciamentos ou não havendo oradores inscritos, o Presidente declarará encerrada a sessão.

SEÇÃO II
DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS

Art. 104 - As sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente, de ofício, na forma estabelecida no artigo 105 deste Regimento.

§ 1º - As sessões serão convocadas, em qualquer caso, com antecedência mínima de 01 (um) dia de sua realização e, no ato convocatório, encaminhar-se-ão cópias das matérias objeto da convocação.

§ 2º - Nas sessões extraordinárias, não haverá Expediente nem Comunicações Parlamentares, sendo exclusivas para a discussão e deliberação das matérias objeto da convocação.

§ 3º - As reuniões extraordinárias poderão ser realizadas em qualquer dia da semana, inclusive nos sábados, domingos e feriados.

§ 4º - Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições relativas às sessões ordinárias.

Art. 105 - A convocação de sessão extraordinária no período ordinário poderá ser feita por simples comunicação do Presidente inserida na ata, ficando automaticamente cientificados os Vereadores presentes à sessão.

Art. 106 - A convocação extraordinária da Câmara far-se-á:

I - pelo Presidente da Câmara;

II - pela Comissão Representativa da Câmara;

III - pela maioria absoluta dos Vereadores;

IV - pelo Prefeito Municipal, no recesso, desde que haja a aprovação pela maioria simples dos membros da Câmara Municipal.

Parágrafo único - Não sendo feita em sessão, a comunicação da convocação será feita pessoalmente ao Vereador, mediante mecanismos idôneos que comprovem a cientificação.

SEÇÃO III
DAS SESSÕES SOLENES

Art. 107 - As sessões solenes, para o registro de comemorações ou tributo de homenagens, serão convocadas pelo Presidente ou por deliberação da Câmara.

§ 1º - Nas sessões solenes serão dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença e não haverá tempo determinado para o encerramento, não se aplicando o disposto no artigo 93 deste Regimento.

§ 2º - As sessões solenes poderão ser realizadas em local diverso do da sede da Câmara.

§ 3º - Nas sessões solenes, deverá haver a utilização de traje social por parte dos Vereadores.

SEÇÃO IV
DAS SESSÕES ESPECIAIS

~~**Art. 108** - As sessões especiais serão realizadas para os fins estabelecidos nos artigos 316 e 318, deste Regimento~~.

Art. 108. As sessões especiais serão realizadas para os fins estabelecidos nos arts. 317 e 319 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

CAPÍTULO IV
DA ATA

Art. 109 - Lavrar-se-á ata com a sinopse dos trabalhos de cada sessão, cuja redação deverá obedecer padrão uniforme adotado pela Mesa, devendo, ainda, haver a o arquivamento de vídeos da gravação das sessões, cuja regulamentação será definida em ato próprio;

§ 1º - As atas serão organizadas em anais, por ordem cronológica, encadernada por sessão legislativa e recolhidas ao arquivo da Câmara.

§ 2º - Da ata constará a lista nominal de presença e de ausência às sessões ordinárias e extraordinárias da Câmara.

§ 3º - A ata da última sessão, ao encerrar-se a sessão legislativa, será redigida e submetida à discussão e aprovação, presente qualquer número de Vereadores, antes de se levantar a sessão.

§ 4º - As proposições e documentos apresentados às sessões serão somente indicados, salvo requerimento de tramitação integral, aprovado pelo Plenário.

§ 5º - A transcrição de declaração de voto, feita por escrito, em termos concisos e regimentais, deve ser requerida ao Presidente.

§ 6º - Não constará da ata resumo de pronunciamento ou citação de expressões atentatórias ao decoro parlamentar, nos termos deste Regimento, cabendo recurso do orador ao Plenário.

Art. 109-A. As sessões plenárias e as audiências públicas serão gravadas em áudio e vídeo e arquivadas em meio digital, observado o seguinte:

I. formato: arquivo de vídeo em padrão aberto e de ampla compatibilidade, com identificação do tipo de sessão, da data e da pauta;
II. disponibilização: publicação no canal oficial e no sítio eletrônico da Câmara em até 2 (dois) dias úteis da realização, com acesso público e gratuito, sem necessidade de cadastro;
III. guarda: prazo mínimo de 10 (dez) anos, assegurada a guarda permanente das gravações das sessões de posse, de eleição da Mesa, de julgamento das contas do Prefeito, de cassação de mandato e das sessões solenes, observada a legislação de arquivos públicos;
IV. segurança: manutenção de cópia de segurança em meio ou local distinto do arquivo principal, vedada a edição do conteúdo;
V. responsabilidade: a gravação, a publicação e a guarda competem à unidade administrativa designada por ato do Presidente, sob supervisão da Diretoria Geral;
VI. acesso: as cópias das gravações poderão ser solicitadas por qualquer interessado, inclusive por meio do Serviço de Informação ao Cidadão.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo, sempre que possível, às reuniões das Comissões. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 110 - As atas das sessões anteriores ficarão à disposição dos Vereadores, para verificação, no período de 48 (quarenta e oito) horas antes do início da primeira sessão seguinte.

§ 1º - Ao iniciar-se a sessão, o Presidente colocará a ata em discussão e, não sendo retificada ou impugnada, será considerada aprovada, independentemente de votação.

§ 2º - Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata, para pedir sua retificação ou impugná-la.

§ 3º - O pedido de retificação ou a impugnação serão resolvidos pelo Presidente, cabendo recurso ao Plenário.

§ 4º - No caso de aceitação de uma das hipóteses previstas no parágrafo anterior, adotar-se-ão as seguintes providências:

I - na impugnação, lavrar-se-á nova ata;

II - na retificação, a mesma será incluída na ata da sessão subsequente.

§ 5º - A ata aprovada será assinada pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário.

TÍTULO V
DO PROCESSO LEGISLATIVO

CAPÍTULO I
DAS PROPOSIÇÕES

SEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 111 - Proposição é a matéria sujeita à apreciação da Câmara ou de suas Comissões, conforme o caso.

Art. 111-A. A apresentação, o protocolo, a distribuição, a tramitação, o registro e a publicidade das proposições e dos demais atos do processo legislativo serão realizados exclusivamente por meio do sistema eletrônico oficial de processo legislativo da Câmara Municipal, de utilização obrigatória por Vereadores, Comissões, Mesa e servidores.

§ 1º O sistema eletrônico será utilizado, obrigatoriamente, para:

I. o protocolo eletrônico das proposições pelos Vereadores, Comissões e Mesa e o registro das proposições de iniciativa do Prefeito e popular;

II. a distribuição, a tramitação e o registro dos pareceres das Comissões, que ficarão vinculados à respectiva proposição;

III. a elaboração e a divulgação das pautas das sessões do Plenário e das reuniões das Comissões;

IV. o registro da presença dos Vereadores nas sessões e o registro das votações;

V. a publicação dos atos legislativos, convocações e demais publicações legais;

VI. a manutenção da base da legislação municipal vigente, com indicação das alterações, revogações e redações consolidadas.

§ 2º O sistema será integrado ao sítio eletrônico oficial da Câmara e assegurará ao cidadão, sem necessidade de cadastro ou senha, a consulta à legislação municipal, ao andamento das proposições, às pautas, às sessões, às Comissões e às votações nominais.

§ 3º Ato da Mesa identificará o sistema adotado e disciplinará o protocolo, a tramitação, o registro, a publicidade, os perfis de acesso e as responsabilidades pela sua administração, que será exercida por servidor formalmente designado pelo Presidente.

§ 4º Em caso de indisponibilidade técnica do sistema, admitir-se-á, excepcionalmente, o protocolo físico, devendo a proposição ser inserida no sistema no primeiro dia útil seguinte ao restabelecimento, com registro da ocorrência.

Art. 111-B. O sistema eletrônico manterá registro sistemático das proposições apresentadas e aprovadas, por Vereador e por espécie, cabendo à Diretoria Geral emitir relatório de produtividade legislativa semestral, que será publicado no sítio eletrônico oficial e integrará o relatório anual de atividades de que trata o art. 257-F deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 112 - São proposições do processo legislativo:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município, conforme dispõem os artigos 218 *e* 222, deste Regimento.

II - projetos de:
a) lei complementar;
b) lei ordinária;
c)resolução.

III - veto.

§ 1º - Incluem-se no processo legislativo, por extensão do conceito de proposição:

I- a emenda;

II - o substitutivo;

III - a indicação;

IV - o requerimento;

V - o recurso;

VI - o parecer, das Comissões, tratado nos artigos 70 *e* 76, deste Regimento.

VII - a proposta de fiscalização e controle;

VIII - a representação popular contra ato ou omissão de autoridade ou entidade pública, nos termos do inciso V, do artigo 31, deste Regimento;

IX - a mensagem e matéria semelhante;

X - a moção.

§ 2º - Considera-se dispositivo, para efeito deste Regimento, o artigo, o parágrafo, o inciso, a alínea e o item.

Art. 113 - O Presidente da Câmara somente receberá proposição redigida com clareza e observância da técnica legislativa, em conformidade com a Constituição, com a Lei Orgânica do Município e com este Regimento.

§ 1º - Pode o autor de proposição não aceita pelo Presidente recorrer ao Plenário da decisão.

§ 2º - A proposição que fizer referência a norma legislativa ou que tiver sido precedida de estudos, pareceres, decisões ou despachos, será acompanhada do respectivo texto.

§ 3º - A proposição de iniciativa popular será encaminhada à Comissão de Legislação e Redação, quando necessário, para adequá-la às exigências do *caput* deste artigo.

§ 4º - Nenhuma proposição poderá conter matéria estranha ao enunciado, objetivamente declarado em sua ementa, ou dele decorrente.

Art. 114 - A apresentação de proposição será feita:

I - à Mesa, para as proposições em geral

II - ao Plenário, para os requerimentos a que se referem os incisos II, V, VI, VII e VIII do *caput* do artigo 148, deste Regimento.

Art. 115 - A proposição de iniciativa de Vereador poderá ser apresentada individual ou coletivamente.

§ 1º - Consideram-se autores de proposição, para efeitos regimentais, todos os seus signatários.

§ 2º - O *quórum* para iniciativa coletiva das proposições exigido pelo Regimento ou pela Lei Orgânica do Município, pode ser obtido através das assinaturas de:

I - cada Vereador, ou

II - quando expressamente permitido, de Líder ou Líderes, representando exclusivamente o número de Vereadores de sua bancada ou bloco parlamentar.

Art. 116 - A retirada de proposição, em qualquer fase de seu andamento, será requerida pelo autor ao Presidente da Câmara que, tendo obtido as informações necessárias, deferirá ou não o pedido, cabendo recurso ao Plenário.

~~**§ 1º** - Se a proposição já tiver pareceres favoráveis de todas as Comissões competentes para opinar sobre seu mérito, somente ao Plenário cumpre deliberar, observado o disposto no inciso XII do *caput* do artigo 148, deste Regimento~~.

§ 1º Se a proposição já tiver pareceres favoráveis de todas as Comissões competentes para opinar sobre seu mérito, somente ao Plenário cumpre

deliberar, observado o disposto no inciso X do art. 149 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 2º - No caso de iniciativa coletiva, a retirada será feita à requerimento da maioria dos subscritores da proposição.

§ 3º - A proposição de Comissão ou da Mesa só poderá ser retirada a requerimento de seu Presidente, com prévia autorização do colegiado.

§ 4º - A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo deliberação do Plenário.

§ 5º - Para as proposições de iniciativa do Poder Executivo ou de cidadão, aplicar-se-ão as regras deste artigo.

Art. 117 - Finda a legislatura, arquivar-se-ão as proposições que no decurso, tenham sido submetidas à deliberação da Câmara e ainda se encontrem em tramitação, com pareceres ou sem eles, salvo as:

I - com pareceres favoráveis de todas as Comissões:

II - já aprovadas em primeiro turno;

III - de iniciativa popular;

IV - de iniciativa do Executivo;

SEÇÃO II
DOS PROJETOS

Art. 118 - A apresentação de projetos, ressalvada a iniciativa privativa prevista na Lei Orgânica do Município, cabe:

I - a Vereadores, individual ou coletivamente;

II - à Mesa da Câmara;

III - às Comissões da Câmara;

IV - ao Prefeito Municipal;

V - aos cidadãos.

Art. 119 - Cada projeto deverá conter simplesmente a enunciação da vontade legislativa, observado o disposto no § 2º, do artigo 113 deste Regimento.

§ 1º - A elaboração técnica de cada projeto deverá atender os seguintes preceitos:

I - redação com clareza, precisão e ordem lógica;

II - divisão em artigos, cuja numeração será ordinal até o 9º e, a seguir, cardinal;

III - desdobram-se:

a) os artigos em parágrafos ou incisos;
b) os parágrafos em incisos;
c) os incisos em alíneas;
d) as alíneas em itens;

IV - os parágrafos serão representados pelo sinal usual, seguido pela numeração com os mesmos critérios estabelecidos no inciso II, deste parágrafo;

V - a expressão Parágrafo único, será escrita por extenso;

VI - os incisos indicados por algarismos romanos;

VII - as alíneas apresentar-se-ão por letras minúsculas;

VIII - os itens serão indicados por algarismos arábicos;

IX - o agrupamento de:
a) artigos constitui-se a Seção;
b) Seções, o Capítulo;
c) Capítulo, o Título;
d) Títulos, o Livro;
e) Livros, a Parte Geral e a Parte Especial.

§ 2º - Nenhum artigo do projeto poderá conter duas ou mais matérias diversas.

§ 3º - O artigo que estabelecer a vigência da lei ou da resolução indicará, também, expressamente a legislação ou dispositivo que estão sendo revogados.

Art. 120 - Os projetos que forem apresentados sem a observância dos preceitos regimentais, só tramitarão depois de completada sua instrução.

Art. 121 - Os projetos tramitam em 02 (dois) turnos, com interstício mínimo de 01 (um) dia, considerando-se aprovados se obtiverem, em ambos, o *quórum* exigido.

Parágrafo único - Cada turno é constituído de discussão e de votação.

Art. 122 - Considerar-se-á rejeitado o projeto que receber quanto ao mérito, parecer contrário de todas as Comissões a que tiver sido submetido, observado o disposto no artigo 159, deste Regimento.

SUBSEÇÃO I
DOS PROJETOS DE LEI

Art. 123 - Destinam-se os projetos de lei a regularem matérias de competência do Poder Legislativo, com a sanção do Prefeito Municipal, nos termos do artigo 80, deste Regimento Interno.

Art. 124 - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal os projetos de lei que disponham sobre:

I - criação, organização e alteração da guarda municipal;

II - criação de cargos, funções ou empregos públicos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional ou aumento de sua remuneração;

III - servidores públicos, seu regime jurídico e provimento de cargos;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias e demais órgãos da administração pública;

V - plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e orçamento anual.

Art. 125- Constituem matérias de lei complementar:

I - o processo de elaboração, redação e consolidação das leis;

II - as formas de manifestação da participação popular, plebiscito, referendo e iniciativa popular;

III - as atribuições do Vice-Prefeito, além das constantes da Lei Orgânica do Município;

IV - a fixação dos prazos e os critérios de elaboração e organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

V - o plano diretor;

VI - os critérios sobre:
a) a defesa do patrimônio municipal;
b) a aquisição de bem imóvel;
c) a alienação de bens municipais;
d) o uso especial de bem patrimonial do Município, por terceiros.

Art. 126 - A matéria constante do projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa;

I - mediante proposta da maioria absoluta dos Vereadores;

II - por iniciativa do autor, nos casos previstos nos incisos IV e V, do artigo 118, deste Regimento, aprovado pela maioria absoluta dos Vereadores.

SUBSEÇÃO II

DOS PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Art. 127 - Os projetos de resolução destinam-se a regular matéria da competência privativa da Câmara e as de caráter político processual, legislativo ou administrativo, nos termos do artigo 81, deste Regimento.

Art. 128 - Aplicam-se, no que couber, aos projetos de resolução, as disposições relativas aos projetos de lei.

Art. 129 - As resoluções são promulgadas pelo Presidente da Câmara e assinadas, também, pelo Primeiro Secretário.

Art. 130 - A resolução aprovada e promulgada, nos termos deste Regimento, tem eficácia de Lei Ordinária.

Art. 131 - Os projetos de resolução tramitam em 01 (um) turno, considerando-se aprovados se obtiver, o *quórum* exigido.

SEÇÃO III
DAS EMENDAS E DO SUBSTITUTIVO

Art. 132 - Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, com a finalidade de aditar, modificar, substituir, ou suprimir dispositivos.

§ 1º - Emenda aditiva é a que se acrescenta a outra proposição.

§ 2º - Emenda modificativa é a que altera a proposição sem modificá-la substancialmente.

§ 3º - Emenda substitutiva é a apresentada como sucedânea de dispositivo.

§ 4º - Emenda supressiva é a destinada a excluir dispositivo.

§ 5º - Emenda aglutinativa é a que resulta da fusão de outras emendas ou destas com o texto.

§ 6º - Denomina-se subemenda a emenda apresentada a outra.

§ 7º - Denomina-se emenda de redação, a modificação que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.

Art. 133 - As emendas, ressalvadas as de Plenário, serão apresentadas diretamente à Comissão, a partir do recebimento da proposição principal até o término da sua discussão pelo órgão técnico.

I - por Vereador;

II - por Comissão, quando incorporada a parecer.

Parágrafo único - O Prefeito poderá formular modificações em proposições de sua autoria, em tramitação no legislativo, através de mensagem aditiva.

Art. 134 - As emendas de Plenário serão apresentadas:

I - por qualquer Vereador, durante a discussão em primeiro turno.

II - durante a discussão em segundo turno:

a) por Comissão;
b) por um terço dos Vereadores ou por Líder que represente este número.

~~**Parágrafo único** – Da redação final somente serão permitidas emendas nos termos do § 6º, do artigo 132, deste Regimento~~.

Parágrafo único. Da redação final somente serão permitidas emendas de redação, nos termos do § 7º do art. 132 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 135 - Não serão admitidas emendas que impliquem aumento de despesa.

I - nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal, nos termos dos incisos do artigo 124, deste Regimento.

II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara.

Art. 136 - O Presidente da Câmara ou de Comissão tem a faculdade de recusar emenda:

I - formulada de modo incorreto;

II - que verse sobre assunto estranho ao projeto em discussão; ou

III - que contrarie prescrição regimental, legal ou constitucional.

Parágrafo único - Em caso de reclamação ou recurso sobre recusa de que trata o *caput* deste artigo, será consultado o Plenário, que deliberará sobre a questão.

Art. 137 - Substitutivo é a proposição apresentada como sucedânea integral de outra.

Parágrafo único - Ao substitutivo aplicam-se as normas regimentais atinentes à emenda.

Art. 138 - Qualquer Vereador, toda vez que a proposição receber emendas ou substitutivo, poderá, antes de iniciada a votação da matéria, requerer reexame de admissibilidade pelas Comissões competentes, apenas quanto à matéria nova que altere o projeto ou seu aspecto constitucional, legal, jurídico ou no relativo à sua adequação financeira ou orçamentária.

Art. 139 - A apresentação de substitutivo por Comissão constitui atribuição da que for competente para opinar sobre o mérito da proposição, exceto quando se destinar a aperfeiçoar a técnica legislativa, caso em que a iniciativa será da Comissão de Legislação e Redação.

SEÇÃO IV
DAS INDICAÇÕES

Art. 140 - Indicação é a proposição em que são solicitadas medidas de interesse público, cuja iniciativa legislativa ou execução administrativa seja competência do Poder Executivo.

§ 1º - As indicações dividem-se em duas categorias:

I - simples, quando se destinam a obter do Poder Executivo medidas de interesse público que não constituem matéria de projeto de lei;

II - legislativa, quando se destinam a obter do Poder Executivo o envio de mensagem à Câmara por força de competência atribuída pela Lei Orgânica do Município.

§ 2º - As indicações relativas à realização de obras e à execução de serviços públicos somente poderão ser apresentadas quando tratarem de metas incluídas no plano plurianual ou na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - Não é permitido dar a forma de indicação a assuntos regimentalmente reservados para constituir objeto de requerimento.

§ 4º - É vedada a apresentação de indicações relativas a metas incluídas no orçamento-programa, mediante emendas oferecidas pelos Vereadores.

Art. 141 - As indicações serão lidas na hora do Expediente e despachadas pelo Presidente para encaminhamento, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 1º - A indicação poderá ser discutida a pedido do autor ou de qualquer vereador, caso em que será encaminhada a Ordem do Dia para ser discutida e votada.

§ 2° O Presidente da Câmara, com fundamento no disposto no § 2º, do artigo 163, deste Regimento, pode decidir pelo não encaminhamento da indicação, comunicando a decisão ao autor da proposição.

§ 3º - O autor pode recorrer da decisão de que trata o parágrafo anterior, caso em que a matéria será encaminhada à Comissão competente, cujo parecer será deliberado pelo Plenário.

§ 4º - Para emitir parecer, no caso previsto no parágrafo anterior, a Comissão terá o prazo de 10 (dez) dias.

§ 5º - A Presidência expedirá, a pedido expresso na matéria, os ofícios relativos a indicações que tiverem por objeto obras e serviços necessários a boa consecução de eventos, cuja realização deva ser imediata, dando conhecimento posterior ao Plenário.

~~**Art. 142** - As indicações legislativas despachadas serão encaminhadas à Comissão de Legislação e Redação para elaboração do respectivo projeto, observado o prazo estabelecido no § 3º, do artigo anterior.~~

Art. 142. As indicações legislativas despachadas serão encaminhadas à Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública para elaboração do respectivo projeto, observado o prazo estabelecido no § 4º do artigo anterior, sem prejuízo da manifestação da Comissão Permanente competente quanto ao mérito. (Redação da Resolução n° 06/2026)

SEÇÃO V
DOS REQUERIMENTOS

SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 143 - Requerimento é todo pedido verbal ou escrito formulado ao Presidente da Câmara ou ao Plenário sobre assuntos definidos nesta seção, por Vereador, Comissão, bancada partidária ou bloco parlamentar.

Parágrafo único - Considera-se, ainda, como requerimento o pedido de Vereador para que a Câmara se manifeste, através de ofício, ou outra forma escrita, sobre determinado assunto.

Art. 144 - Os requerimentos independem de parecer das Comissões e classificam-se em:

I - quanto à competência para decidi-los;

a) sujeitos apenas a despacho do Presidente da Câmara;
b) sujeitos à deliberação do Plenário.

II- quanto à deliberação do Plenário:
a) verbais;
b) escritos.

SUBSEÇÃO II

DOS REQUERIMENTOS SUBMETIDOS A DESPACHO DO PRESIDENTE

Art. 145 - Serão verbais e despachados pelo Presidente, independentemente de discussão e votação, os requerimentos que solicitem:

I - a palavra, quando o permita o Regimento;

II - permissão para falar sentado;

III - leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;

IV - observância de disposições regimentais;

V - retirada pelo autor de requerimento verbal ou escrito, ainda não submetido à deliberação do Plenário;

VI - retirada pelo autor de proposição com parecer contrário ou sem parecer, ainda não submetido à deliberação do Plenário;

VII - verificação de votação ou de presença;

VIII - informação sobre os trabalhos ou a pauta da Ordem do Dia;

IX - requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;

X - declaração e encaminhamento de voto.

Art. 146 - Serão escritos e despachados pelo Presidente os requerimentos que solicitem:

I - voto de pesar por falecimento;

II - retirada ou reformulação de parecer por parte da Comissão que o exarou;

III - juntada, retirada ou arquivamento de documento;

IV - renúncia e membro da Mesa;

V - designação de Comissão Especial, nos termos do disposto no inciso IV, do § 6º, do artigo 68, deste Regimento;

VI - informações de caráter oficial sobre atos da Mesa ou da Câmara.

Art. 147 - O Presidente é soberano na decisão sobre os requerimentos de que trata esta Subseção, salvo os que regimentalmente devam receber sua simples anuência.

SUBSEÇÃO III

DOS REQUERIMENTOS SUJEITOS A DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

Art. 148 - Serão verbais e dependerão de deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

I- prorrogação da sessão de acordo com o § 2º, do artigo 93, deste Regimento;

II - encerramento e dispensa de discussão;

III - inserção de documento em ata;

IV - discussão de uma proposição por partes;

V - votação por determinado processo;

VI - votação global ou parcelada;

VII - destaque de dispositivos ou emenda para aprovação, rejeição, votação em separado ou constituição de proposição autônoma;

VIII - pedido de vistas em processo em pauta.

Parágrafo único - Não precede de discussão e encaminhamento de votação a deliberação dos requerimentos de que trata os incisos deste artigo.

Art. 149 - Serão escritos e dependerão de deliberação do Plenário, os requerimentos que solicitem:

I - audiência de Comissão sobre assunto em pauta;

II - preferência para discussão de matéria e dispensa de exigências regimentais não previstas nos incisos do Parágrafo único, do artigo 166, deste Regimento.

III - informações ao Poder Executivo Municipal sobre fato relacionado com matéria legislativa em tramitação ou sujeita à fiscalização da Câmara;

IV - providências a entidades públicas, não compreendidas no âmbito da administração municipal, ou a entidades privadas;

~~**V** - constituição de Comissões Especiais, de Inquérito ou de Representação, nos termos, respectivamente, dos artigos 39, 40 e 42, deste Regimento~~;

V. constituição de Comissões Especiais ou de Representação, nos termos, respectivamente, dos arts. 40 e 58 deste Regimento; (Redação da Resolução n° 08/2026)

VI - destituição de membro de órgãos de representação da Câmara;

VII - remessa a determinada Comissão de processo despachado a outra;

VIII - convocação de sessões extraordinárias, solenes e especiais;

IX - realização de sessões secretas da Câmara, observado o disposto no *caput* do artigo 92, deste Regimento; (não tem art. 92 no arquivo original, do 91 pula para o 95)

X - recursos contra atos do Presidente da Câmara;

XI - retirada de proposição constante de Ordem do Dia, com pareceres favoráveis;

XII - adiamento de discussão ou votação;

XIII - votos de louvor, congratulações, aplausos, solidariedade ou apoio, protesto ou repúdio;

XIV - prorrogação de prazos para emissão de parecer sobre proposições, nos termos do § 6º, do artigo 68, deste Regimento.

~~**§ 1º** - Os requerimentos a que se referem os incisos deste artigo serão lidos no Expediente e, se nenhum Vereador, inclusive o autor, manifestar intenção de discuti-los, o silêncio importará em sanção tácita.~~

§ 1º Os requerimentos a que se referem os incisos deste artigo serão lidos no Expediente e, se nenhum Vereador, inclusive o autor, manifestar intenção de discuti-los, o silêncio importará em sua aprovação tácita. (Redação da Resolução n° 08/2026)

~~**§ 2º** - O prazo de resposta aos Requerimentos aprovados e encaminhados ao Poder Executivo será, no máximo, de 15 (quinze) dias, podendo ser prorrogado por igual período, uma única vez, e mediante justificativa devidamente fundamentada e aprovada pelo Plenário da Câmara Municipal, sob pena de configuração de infração político-administrativa~~.

§ 2º O prazo para o Poder Executivo prestar as informações requeridas e enviar os documentos solicitados pela Câmara é de 30 (trinta) dias, nos termos do inciso XVI do art. 55 da Lei Orgânica, configurando o descumprimento infração político-administrativa, na forma da legislação federal. (Redação da Resolução n° 08/2026)

SUBSEÇÃO IV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 150 - Durante a Ordem do Dia somente poderão ser apresentados requerimentos que se refiram à matéria em pauta, ou pretenda a inclusão de proposições em condições de nela figurar.

Art. 151 - Os requerimentos ou outras petições de interessados que não sejam Vereadores, serão lidos no Expediente e encaminhados pelo Presidente a quem de direito.

Parágrafo único - cabe ao Presidente indeferir e mandar arquivar os requerimentos ou outras petições que se refiram a assuntos estranhos às atribuições da Câmara ou não estejam propostos em termos adequados.

Art. 152- As representações de outras Câmaras, solicitando a manifestação da Câmara Municipal sobre qualquer assunto, serão lidas no Expediente e encaminhadas ã Comissão competente para exarar parecer.

Parágrafo único - O parecer de Comissão será votado na Ordem do Dia da sessão em cuja pauta for incluído o processo.

SEÇÃO VI
DAS MOÇÕES

~~**Art. 153** - Moção é a manifestação política de aprovação ou reprovação da Câmara Municipal, sobre determinado ato ou fato de alta significação para a Comunidade Barbosense, de ordem filantrópica, econômica, política, administrativa, esportiva, cultural, religiosa ou profissional, que direta ou indiretamente tenha contribuído para incentivar, melhorar ou restringir o exercício de direitos, responsabilidades e atividades.~~

~~**§ 1º** - A Moção será subscrita por, no mínimo, um terço dos Vereadores.~~

~~**§ 2º** - Não será aceita a tramitação de Moção com conteúdo genérico, devendo a mesma ser específica, demonstrando a alta significação e o interesse público relevante do ato ou fato que se pretenda homenagear ou repudiar, em prol da Comunidade Barbosense.~~

~~**§ 3º** - A Moção será dirigida diretamente ao homenageado e, em sendo este uma entidade, associação ou grupo, será enviada ao seu representante, ficando vedada a tramitação de moção dirigida a cada um dos membros de um mesmo grupo, pelo mesmo motivo.~~

~~**§ 4º** - A Moção de congratulações, apoio e solidariedade, será apresentada em forma de Diploma.~~

~~**§ 5º** - A Moção de repúdio e protesto será apresentada por escrito, através de ofício.~~

~~**§ 6º** - No ano de eleições municipais, nos 03 (três) meses que antecedem o pleito, é defeso a apresentação e a tramitação de moções~~.

Art. 153. Moção é a manifestação política de aprovação ou reprovação da Câmara Municipal sobre determinado ato ou fato de alta significação para a Comunidade Barbosense, de ordem filantrópica, social, econômica, política, administrativa, esportiva, cultural, religiosa ou profissional, que direta ou

indiretamente tenha contribuído para incentivar, melhorar ou restringir o exercício de direitos, responsabilidades e atividades.

§ 1º A Moção será subscrita por, no mínimo, um terço dos Vereadores.

§ 2º Não será aceita a tramitação de Moção com conteúdo genérico, devendo a mesma ser específica, demonstrando a alta significação e o interesse público relevante do ato ou fato que se pretenda homenagear ou repudiar, em prol da Comunidade Barbosense.

§ 3º A Moção será dirigida diretamente ao homenageado e, em sendo este uma entidade, associação ou grupo, será enviada ao seu representante, ficando vedada a tramitação de Moção dirigida a cada um dos membros de um mesmo grupo, pelo mesmo motivo.

§ 4º Não será admitida mais de uma Moção pelo mesmo fato ou em favor do mesmo homenageado no mesmo ano legislativo.

§ 5º A Moção de congratulações, apoio e solidariedade será apresentada em forma de Diploma.

§ 6º A Moção de repúdio e protesto será apresentada por escrito, por meio de ofício, com a indicação dos fatos que a motivam.

§ 7º Não será admitida Moção de congratulação para aniversários, casamentos e outros eventos de natureza estritamente particular.

§ 8º A Moção de congratulação ou aplauso referir-se-á a fato, conquista ou ação específica ocorrida nos 90 (noventa) dias anteriores à sua apresentação.

§ 9º No ano de eleições municipais, nos 3 (três) meses que antecedem o pleito, é vedada a apresentação e a tramitação de Moções. (Redação da Resolução n° 08/2026)

SEÇÃO VI-A
DOS TÍTULOS HONORÍFICOS

Art. 153-A. Os títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito serão concedidos a pessoas que tenham prestado relevantes serviços ao Município, mediante resolução aprovada pela maioria de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, nos termos do inciso XXIX do art. 17 da Lei Orgânica e do inciso IV do § 1º do art. 20 deste Regimento.

Parágrafo único. O título de Cidadão Honorário destina-se a pessoa não natural de Barbosa Ferraz, e o de Cidadão Benemérito, a pessoa natural do Município.

Art. 153-B. O projeto de resolução será instruído com:

I. biografia do homenageado, com a descrição dos serviços prestados ao Município;

II. certidões negativas criminais das Justiças Estadual, Federal e Eleitoral.

Art. 153-C. É vedada a concessão de título honorífico ao Prefeito, ao Vice-Prefeito, aos Vereadores e aos Secretários Municipais, durante o exercício do mandato ou do cargo. (Redação da Resolução n° 08/2026)

SEÇÃO VII
DO VETO

Art. 154 - O veto total ou parcial, depois de lido no Expediente e publicado em avulso, será distribuído à Comissão de Legislação e Redação.

§ 1º - O veto parcial abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 2º - Dentro de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da comunicação do veto pela Câmara, o Plenário sobre ele decidirá, sendo que a sua rejeição somente ocorrerá pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 3º - Esgotado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, sem deliberação, o veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 4º - Se o veto não for mantido, será o projeto enviado para promulgação ao Prefeito Municipal.

§ 5º - Se, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, a lei não for promulgada pelo Prefeito, o Presidente da Câmara promulgá-la-á e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 6º - Mantido o veto, dar-se-á ciência do fato ao Prefeito Municipal.

Art. 155 - Se o Prefeito não se manifestar sobre o projeto de lei aprovado pela Câmara, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados de seu recebimento pelo Executivo, seu silêncio importará em sanção, aplicando-se, neste caso, o disposto no § 5º, do artigo anterior.

Art. 156 - Aplicam-se à apreciação do veto, no que couber, as disposições relativas à tramitação do projeto de lei ordinária.

CAPÍTULO II
DA APRECIAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

SEÇÃO I
DA TRAMITAÇÃO

Art. 157 - Cada proposição terá curso próprio.

Art. 157-A. Ressalvados os prazos específicos previstos na Lei Orgânica e neste Regimento, a tramitação das proposições observará os seguintes prazos:

I. leitura no Expediente: na primeira sessão ordinária seguinte ao protocolo, observado o disposto no § 1º do art. 94;

II. despacho de distribuição às Comissões: até 2 (dois) dias úteis contados da leitura;

III. emissão de parecer pelas Comissões: os prazos do art. 68;

IV. remessa da proposição de uma Comissão para a seguinte: até 1 (um) dia útil contado da aprovação do parecer;

V. redação do vencido e redação final: até 3 (três) dias úteis contados da votação, e até 5 (cinco) dias úteis nos projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

VI. envio do autógrafo ao Prefeito: até 5 (cinco) dias úteis contados da aprovação definitiva;

VII. promulgação e publicação das resoluções e dos decretos legislativos: até 5 (cinco) dias úteis contados da aprovação definitiva;

VIII. encaminhamento das indicações e dos requerimentos aprovados ou deferidos: até 5 (cinco) dias úteis contados da deliberação;

IX. inclusão em Ordem do Dia das proposições com pareceres emitidos: até a segunda sessão ordinária subsequente, ressalvadas as hipóteses de urgência e de preferência.

Parágrafo único. O descumprimento injustificado dos prazos deste artigo será comunicado ao Presidente da Câmara, que adotará as providências cabíveis. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 158 - A proposição, apresentada e lida perante o Plenário, será objeto de decisão:

~~**I** - do Presidente, nos termos dos artigos 144 e 145, deste Regimento~~;

I. do Presidente, nos termos dos arts. 145 a 147 deste Regimento; (Redação da Resolução n° 08/2026)

~~**II** - da Comissão de Legislação e Redação, quando a decisão for conclusiva~~;

II - da Comissão Permanente competente, quando a decisão for conclusiva, nos termos deste Regimento; (Redação da Resolução n° 06/2026)

III - do Plenário, os demais casos.

Parágrafo único - Antes da deliberação do Plenário, haverá manifestação das Comissões competentes para estudo da matéria, exceto quando se tratar de indicações simples e de requerimentos.

Art. 159 - O Presidente da Câmara dará conhecimento ao Plenário do projeto rejeitado nos termos do artigo 122, deste Regimento, cabendo recurso de no mínimo um terço dos Vereadores contra a decisão das Comissões.

§ 1º - Não apresentado recurso ou improvido este, a proposição será arquivada definitivamente por despacho do Presidente da Câmara.

§ 2º - Provido o recurso, a proposição será incluída na Ordem do Dia para deliberação do Plenário.

Art. 160 - A proposição será anunciada no Expediente, logo que voltar das Comissões a que tenha sido submetida, publicada com os respectivos pareceres.

Art. 161 - Decorridos os prazos previstos neste Regimento para tramitação nas Comissões ou no Plenário, o autor de proposição que já tenha recebido pareceres dos órgãos técnicos, poderá requerer ao Presidente a inclusão da matéria na Ordem do Dia.

Art. 162 - As deliberações do Plenário ocorrerão na mesma sessão, no caso de proposições que devam ser imediatamente apreciadas, ou mediante inclusão na Ordem do Dia, nos demais casos.

Parágrafo único - O processo referente a proposição ficará sobre a Mesa durante sua tramitação no Plenário.

SEÇÃO II
DO RECEBIMENTO E DA DISTRIBUIÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 163 - As proposições recebidas pela Mesa, numeradas e publicadas em avulsos, serão distribuídas pela Presidência às Comissões competentes, para estudo da matéria e oferecimento de parecer.

§ 1º - Os avulsos de que trata o *caput* deste artigo serão distribuídos aos Vereadores.

~~**§ 2º** - O Presidente da Câmara, além do que estabelecem o artigo 117 e os incisos e *caput* do artigo 135, deste Regimento, devolverá ao autor qualquer proposição que~~:

§ 2º O Presidente da Câmara, além do que estabelecem o art. 113 e o art. 135 deste Regimento, devolverá ao autor qualquer proposição que: (Redação da Resolução n° 08/2026)

I - não estiver devidamente formalizada e em termos;

II - versar sobre matéria:

a) alheia à competência da Câmara;
b) evidentemente inconstitucional;
c) antirregimental;
d) cujo conteúdo guarde identidade ou semelhança com outra em tramitação;
e) cujo conteúdo tenha sido objeto de requerimento ou de indicação já aprovados nos últimos 180 (cento e oitenta) dias, salvo se no início de nova legislatura.

~~**§ 3º** - Na hipótese do parágrafo anterior e cumprido o disposto no § 1º, do artigo 150, deste Regimento, a proposição voltará ao Presidente da Câmara para o devido trâmite, caso o recurso tenha sido provido pelo Plenário~~.

§ 3º Na hipótese do parágrafo anterior, interposto o recurso previsto no § 1º do art. 113 deste Regimento, a proposição voltará ao Presidente da Câmara

para o devido trâmite, caso o recurso tenha sido provido pelo Plenário. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 4º - Ocorrendo descumprimento do previsto na alínea "d", do inciso II, do § 2º, deste artigo, à primeira proposição apresentada, que prevalecerá, serão anexadas as posteriores, por determinação do Presidente da Câmara, de ofício ou a requerimento.

Art. 164 - As proposições serão numeradas de acordo com as seguintes normas:

I - terão numeração por legislatura, em séries específicas:

a) as propostas de emenda à Lei Orgânica do Município;
b) os projetos de lei complementar.

II - terão numeração por sessão legislativa, em séries específicas, as demais proposições.

§ 1º - O projeto de lei ordinária tramitará com a simples denominação de Projeto de Lei.

§ 2º - Ao número correspondente a cada emenda de Comissão acrescentar-se-á a sigla desta.

§ 3º - A emenda que substituir integralmente o projeto terá a denominação de Substitutivo, nos termos do artigo 137, deste Regimento.

Art. 165 - A distribuição das matérias, nos termos do artigo 163, deste Regimento, dar-se-á observados os seguintes critérios:

I - o Presidente, antes da distribuição, mandará verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa;

II - na hipótese prevista no inciso anterior, o Presidente determinará de ofício ou a requerimento, a anexação da proposição à primeira apresentada;

III - a proposição será distribuída:

~~**a)** obrigatoriamente, à Comissão de Legislação e Redação para o exame de admissibilidade jurídica e legislativa;~~
~~**b)** a Comissão de mérito, conforme o caso;~~
a) obrigatoriamente, à Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública, para o exame de admissibilidade jurídica e legislativa;
b) à Comissão Permanente competente em razão da matéria, para o exame de mérito, e, havendo repercussão financeira ou orçamentária, à Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde; (Redação da Resolução n° 06/2026)
c) diretamente à Comissão que concluir pela necessidade de formalizar proposição, nos termos do artigo 52, deste Regimento, sem prejuízo do que prescreve a alínea anterior.

~~**§ 1º** - A remessa de proposição às Comissões será feita por intermédio do Presidente da Câmara, iniciando-se sempre pela Comissão de Legislação e Redação.~~

§ 1º - A remessa de proposição às Comissões será feita por intermédio do Presidente da Câmara, iniciando-se sempre pela Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública. (Redação da Resolução n° 06/2026)

§ 2º - A remessa de processo legislativo a mais de uma Comissão será feita de uma a outra, na ordem em que tiverem de manifestar-se, salvo matéria em regime de urgência, que poderá ser apreciada conjuntamente pelas Comissões e encaminhada à Mesa.

Art. 166 - Quando qualquer Comissão pretender que outra se manifeste sobre determinada matéria, apresentará requerimento escrito nesse sentido ao Presidente da Câmara, com a indicação precisa da questão sobre a qual deseja o pronunciamento, observando-se que:

I - do despacho do Presidente caberá recurso ao Plenário;

II - o pronunciamento da Comissão versará exclusivamente sobre a questão formulada;

~~**III** - o exercício da faculdade prevista neste artigo não implica dilação dos prazos previstos no artigo 54 deste Regimento~~.

III. o exercício da faculdade prevista neste artigo não implica dilação dos prazos previstos no art. 68 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 167 - Se a Comissão a que for distribuída uma proposição se julgar incompetente para apreciar a matéria, ou se qualquer Vereador suscitar conflito de competência em relação a ela, será este dirimido pelo Presidente da Câmara, cabendo recurso para o Plenário.

Art. 168 - Estando em curso duas ou mais proposições da mesma espécie, que regulem matéria idêntica ou correlata, a Comissão de Legislação e Redação poderá apresentar substitutivo incorporando-as numa única.

Parágrafo único - A Comissão de Legislação e Redação comunicará aos autores das proposições de que trata o *caput* deste artigo, em caso de adoção de substitutivo, sua decisão, cabendo recurso ao Plenário da Câmara.

SEÇÃO III
DOS TURNOS A QUE ESTÃO SUJEITAS AS PROPOSIÇÕES

Art. 169 - As proposições em tramitação na Câmara são subordinadas, na sua apreciação, a:

I - dois turnos, para as proposições de que tratam os incisos I e II, do artigo 112, deste Regimento;

II - turno único, para as demais proposições, em especial as Resoluções.

Art. 170 - Cada turno é constituído de discussão e votação.

SEÇÃO IV
DO REGIME DE TRAMITAÇÃO

Art. 171 - Quanto à natureza de sua tramitação, as proposições podem ser:

I - de tramitação especial, as proposições de que tratam os incisos do artigo 172, deste Regimento;

II - urgentes:

a) as de iniciativa do Prefeito Municipal, com solicitação de urgência;
b) as que solicitem autorização para o Prefeito ausentar-se do Município por período superior a 15 (quinze) dias;
c) as assim reconhecidas, por deliberação do Plenário, a requerimento escrito;
d) as que ficarem inteiramente prejudicadas, se não forem decididas imediatamente, a juízo do Plenário.

III- de tramitação com preferência:
a) as proposições de iniciativa da Mesa, das Comissões, do Poder Executivo e dos cidadãos;
b) os projetos de leis complementares;
c) os projetos de leis ordinárias que se destinem a regulamentar dispositivos da Lei Orgânica.

IV - de tramitação ordinária, as proposições não compreendidas nos incisos anteriores.

SUBSEÇÃO I
DAS PROPOSIÇÕES EM TRAMITAÇÃO ESPECIAL

Art. 172 - Serão submetidas à tramitação em regime especial, nos termos do Capítulo III, deste Título, as seguintes proposições:

I - proposta de emenda à Lei Orgânica do Município;

II - projetos de código e de estatuto;

III - projetos de lei de plano diretor, do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual;

IV - projeto de iniciativa do Prefeito Municipal, com solicitação de urgência, sem a manifestação da Câmara até 30 (trinta) dias de seu recebimento;

V - projetos de lei ou resolução dispondo sobre:
a)remuneração dos agentes políticos;
b) fixação de número de Vereadores;
c) modificação ou reformulação do Regimento Interno.

Parágrafo único - Na hipótese do previsto no inciso IV, do *caput* deste artigo, a urgência sobrestará todas as demais matérias até ultimar-se a votação, consoante dispõe o inciso II, do artigo 99 deste Regimento.

SUBSEÇÃO II
DA URGÊNCIA

Art. 173 - Adotar-se-á o regime de urgência, para que determinada proposição tenha sua tramitação abreviada, em atendimento a interesse público relevante:

I - por solicitação do Prefeito Municipal, para projeto de sua autoria, para ser apreciado pela Câmara no prazo máximo de 30 (trinta) dias de seu recebimento;

~~**II** - a requerimento escrito de Vereador, nos casos previstos nas alíneas "b" *e* "d", do inciso II, do artigo 171, deste Regimento~~.

II. a requerimento escrito de Vereador, nos casos previstos nas alíneas "b", "c" e "d" do inciso II do art. 171 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 1º - O regime de urgência não dispensa:

I - distribuição da matéria, em avulsos, aos Vereadores;

~~**II** - parecer escrito das Comissões, nos casos previstos no § 2º, do artigo 71, deste Regimento~~;

II. parecer escrito das Comissões, nos casos previstos no § 2º do art. 72 deste Regimento; (Redação da Resolução n° 08/2026)

III - inclusão da proposição na ordem do dia com 24 (vinte e quatro) horas de antecedência mínima, salvo aquela objeto de convocação extraordinária da Câmara.

IV - *quórum* para deliberação;

V - os preceitos estabelecidos nos artigos 169 *e* 170 deste Regimento.

§ 2º - A urgência prevalecerá até a decisão final da proposição.

§ 3º - A retirada do requerimento de urgência, bem como a extinção da urgência, atenderá aos preceitos contidos no artigo 116, deste Regimento.

Art. 174 - Aprovado o requerimento de urgência, a matéria será incluída na Ordem do Dia.

SUBSEÇÃO III
DA PREFERÊNCIA

Art. 175 - Denomina-se preferência a primazia na discussão ou na votação de uma proposição sobre outra, ou outras.

§ 1º - Os projetos em regime de tramitação especial gozam de preferência sobre aqueles em regime de urgência que, por sua vez, têm preferência sobre os de tramitação ordinária e, entre estes, aplicam-se as regras estabelecidas pelos incisos IV *e* VII, do artigo 97, deste Regimento.

~~**§ 2º** - Têm preferência absoluta os casos previstos no parágrafo único do artigo 172, deste Regimento e no § 3º, de seu artigo 139~~.

§ 2º Têm preferência absoluta os casos previstos no parágrafo único do art. 172 e no art. 99 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 3º - Entre os projetos em tramitação ordinária, terão preferência sobre as demais, as proposições de iniciativa da Mesa ou de Comissões Permanentes.

SEÇÃO V
DO DESTAQUE

Art. 176 - Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo, ou parte de uma proposição, para possibilitar sua votação isolada pelo Plenário.

§ 1º - Os requerimentos solicitando destaque serão verbais e dependerão de deliberação do Plenário, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte.

§ 2º - Será automaticamente deferido pelo Presidente da Câmara, o pedido de destaque solicitado, em requerimento escrito por mais da metade dos Vereadores.

Art. 177 - São estabelecidas, em relação aos destaques, as seguintes regras:

I - o requerimento deve ser formulado até ser anunciada a votação da proposição, se o destaque atingir alguma de suas partes ou emendas;

II - concedido o destaque para votação em separado, submeter-se-á a votos, primeiramente, a matéria destacada, que passará a integrar o texto, se for aprovada.

Parágrafo único - Não será permitido destaque de expressão cuja retirada inverta o sentido da proposição ou a modifique substancialmente.

SEÇÃO VII
DA PREJUDICIALIDADE

Art. 178 - Consideram-se prejudicadas:

I - a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro que:

a) já tenha sido aprovado;
b) tenha sido rejeitado na mesma sessão legislativa, ressalvado o disposto no artigo 126, deste Regimento;
c) tenha sido transformado em diploma legal.

II - a discussão ou a votação de qualquer projeto semelhante a outro considerado inconstitucional, de acordo com parecer da Comissão de Legislação e Redação;

III - a proposição com as respectivas emendas, que tiver substitutivo aprovado, ressalvado os destaques;

IV - a emenda de matéria idêntica à outra já aprovada ou rejeitada;

V - a emenda em sentido absolutamente contrário ao de outra, ou de outro dispositivo, já aprovado;

VI - o requerimento com a mesma ou oposta finalidade de outro, já aprovado.

Art. 179 - O Presidente da Câmara ou de Comissão, conforme o caso, de ofício, ou mediante provocação de qualquer Vereador, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação, por haver perdido a oportunidade.

Art. 180 - A declaração de prejudicialidade será feita perante a Câmara ou Comissão, conforme o caso, cabendo recurso do autor da matéria tida como prejudicada ao Plenário.

Parágrafo único - A proposição dada como prejudicada, será definitivamente arquivada por determinação do Presidente da Câmara.

SEÇÃO VIII
DA DISCUSSÃO

SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 181 - Discussão é a fase dos trabalhos destinada ao debate em Plenário.

Art. 182 - Os debates serão realizados com dignidade e ordem.

§ 1º - A nenhum Vereador é permitido falar, sem pedir a palavra e sem que o Presidente a conceda.

§ 2º - Devem os Vereadores:

I - dirigir-se sempre ao Presidente da Câmara, voltado para a Mesa, salvo quando responder a aparte;

II - referir-se ou dirigir-se a outro Vereador pelo tratamento, respectivamente, de Sua ou Vossa Excelência ou Senhoria.

§ 3º - O Presidente, na direção dos trabalhos falará sentado de seu lugar na Mesa.

Art. 183 - A discussão de cada proposição será correspondente ao número de votação a que for submetida.

§ 1º - a discussão será feita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§ 2º - O Presidente, aquiescendo o Plenário, poderá anunciar o debate por título, capítulo, seções ou grupos de artigos.

Art. 184 - A proposição com a discussão encerrada na legislatura anterior, enquadrada nas hipóteses previstas nos incisos do artigo 117, deste Regimento, terá sempre a discussão reaberta para a tramitação regimental.

Art. 185 - A proposição com todos os pareceres favoráveis poderá ter a discussão dispensada, por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador.

Parágrafo único - A dispensa da discussão deverá ser requerida nos termos do inciso II, do artigo 117, deste Regimento, ao ser anunciada a matéria e não prejudicará a apresentação de emendas.

Parágrafo único. A dispensa da discussão deverá ser requerida nos termos do inciso II do art. 148 deste Regimento, ao ser anunciada a matéria, e não prejudicará a apresentação de emendas. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 186 - O Presidente solicitará ao orador que estiver debatendo matéria em discussão, que interrompa seu discurso, nos seguintes casos:

I - para comunicação importante à Câmara;

II - para recepção de visitante;

III -para votação de requerimento de prorrogação da sessão;

IV - para atender pedido de palavra pela ordem, feita para propor questão de ordem.

SUBSEÇÃO II
DA INSCRIÇÃO E DO USO DA PALAVRA

Art. 187 - O Vereador poderá usar a palavra em Plenário:

I - para apresentar retificação ou impugnação da ata;

II - no Expediente, quando inscrito na forma do artigo 95, deste Regimento;

III - para discutir matéria em debate;

IV - para apartear, na forma regimental;

V - para encaminhar a votação, nos termos do artigo 208, deste Regimento;

VI - para levantar questão de ordem, nos termos do artigo 193, deste Regimento;

~~**VII - para justificar a urgência de proposição, nos termos do artigo 187, deste Regimento**~~;

VII. para justificar a urgência de proposição, nos termos do art. 173 deste Regimento; (Redação da Resolução n° 08/2026)

~~**VIII - para declarar seu voto, nos termos do artigo 173, deste Regimento**~~;

VIII. para declarar seu voto, nos termos do art. 211 deste Regimento; (Redação da Resolução n° 08/2026)

IX - para Comunicação Parlamentar na forma dos artigos 101 e 102, deste Regimento;

~~**X - para apresentar requerimento, na forma dos artigos 148 e 151, deste Regimento**~~.

X. para apresentar requerimento, na forma dos arts. 145 a 149 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 188 - O Vereador que solicitar a palavra, poderá inicialmente declarar à que título se pronunciará, não podendo:

I - usar a palavra com finalidade diversa da alegada para a solicitar;

II - desviar-se da questão em debate;

III - falar sobre o vencido;

IV - usar de linguagem imprópria;

V - ultrapassar o tempo que lhe cabe;

VI - deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 189 - Quando mais de um Vereador pedir a palavra, simultaneamente sobre o mesmo assunto, o Presidente deverá concedê-la na seguinte ordem;

I - ao autor da proposição;

II - ao relator;

III - aos demais Vereadores, preferencialmente àqueles que tiverem maior relação com a matéria em debate.

Art. 190 - O primeiro signatário do projeto de iniciativa popular ou quem por ele indicado, falará defendendo a proposição, anteriormente aos oradores inscritos para seu debate.

Parágrafo único - A sessão interrompe-se, no caso do *caput* deste artigo, transformando-se o Plenário, nesse momento, em Comissão Geral, sob a direção do Presidente da Câmara, para a realização de audiência pública.

SUBSEÇÃO III
DO APARTE

Art. 191 - Aparte é a interrupção, breve e oportuna, do orador, para indagação ou esclarecimento relativo:

I - ao pronunciamento do orador;

II - à matéria em debate.

§ 1º - O aparte deve ser expresso em termos elevados e não pode exceder a um minuto.

§ 2º - O Vereador poderá apartear o orador se, ao solicitar-lhe, obtiver sua permissão, permanecendo sentado.

§ 3º - Não será permitido aparte:

I - à palavra do Presidente, quando na direção dos trabalhos;

II - paralelo;

III - a parecer oral;

IV - por ocasião de encaminhamento de votação;

V - quando o orador estiver suscitando questões de ordem;

VI - quando o orador declarar, de modo geral ou especial, que não admite aparte.

§ 4º - Quando o orador negar o direito de apartear não é permitido ao aparteante dirigir-se diretamente aos Vereadores presentes.

SUBSEÇÃO IV
DOS PRAZOS PARA O USO DA PALAVRA

Art. 192 - Aos oradores são concedidos os seguintes prazos para o uso da palavra:

I - um minuto para apartear;

II - dois minutos para falar em questão de ordem;

III - dois minutos para encaminhamento de votação ou declaração de voto;

IV - cinco minutos para apresentar retificação ou impugnação da ata;

V - cinco minutos para exposição de urgência de proposição;

VI - cinco minutos para falar em Comunicações Parlamentares;

VII - dez minutos para discussão de requerimento quando submetido à debate;

VIII - uma hora para discussão de projeto;

IX - dez minutos, em palavra livre.

SUBSEÇÃO V
DA QUESTÃO DE ORDEM

Art. 193 - A dúvida sobre interpretação deste Regimento na sua prática, ou relacionada com a Constituição ou a Lei Orgânica do Município, constitui questão de ordem.

Art. 194 - A questão de ordem será formulada, no prazo de 02 (dois) minutos, com clareza e com a indicação do preceito que se pretenda elucidar.

§ 1º - Se o Vereador não indicar inicialmente o preceito, na questão de ordem, o Presidente da Câmara retirar-lhe-á a palavra.

§ 2º - Durante a Ordem do Dia, somente poderá ser arguida questão de ordem atinente à matéria que nela figurar.

§ 3º - O Vereador falará de uma vez, sobre a mesma questão de ordem.

Art. 195 - A questão de ordem formulada no Plenário será resolvida em definitivo pelo Presidente.

§ 1º - O Presidente não poderá negar a palavra ao Vereador que levantar questão de ordem, ressalvado o disposto no § 1º, do artigo anterior.

§ 2º - Para resolver questão de ordem sobre matéria constitucional ou relativa à Lei Orgânica, o Presidente da Câmara poderá ouvir a Comissão de Legislação e Redação.

Art. 196 - Poderá o Vereador, em qualquer fase dos trabalhos da sessão, falar ***"pela ordem"***, para reclamar observância de disposição regimental.

Art. 197 - As decisões de caráter normativo sobre questões de ordem serão, juntamente com estas, registradas em livro próprio e publicadas, anualmente, no final de cada sessão legislativa.

SUBSEÇÃO VI
DO ADIAMENTO DA DISCUSSÃO

Art. 198 - A discussão poderá ser adiada uma vez, a requerimento verbal ou escrito de qualquer Vereador.

Parágrafo único - A aceitação do requerimento está subordinada às seguintes condições:

I - ser apresentada antes de iniciada a discussão cujo adiamento se requer;

II - prefixar o prazo de adiamento;

III - não estar a proposição em regime de urgência.

SUBSEÇÃO VII
DO ENCERRAMENTO DA DISCUSSÃO

Art. 199 - O encerramento da discussão dar-se-á:

I - pela ausência de oradores;

II - pelo decurso dos prazos regimentais;

III - a requerimento verbal de qualquer Vereador aprovado pelo Plenário.

Parágrafo único - Somente será permitido requerer-se, nos termos do inciso III, deste artigo, o encerramento da discussão após terem falado, no mínimo, dois Vereadores favoráveis e dois contrários à matéria, entre os quais o autor, salvo desistência expressa.

SEÇÃO IX
DA VOTAÇÃO PELO PLENÁRIO

SUBSEÇÃO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 200 - A votação completa o turno regimental da discussão e, também, da tramitação.

§ 1º - As votações devem processar-se logo após o encerramento da discussão, se houver *quórum*.

§ 2º - As votações somente se interrompem por falta de número.

Art. 201 - O Vereador presente no Plenário não poderá escusar-se de votar, salvo:

I - na votação em processo nominal, quando poderá abster-se formalmente;

II - na votação de proposição que envolva interesse individual ou familiar do Vereador.

§ 1º - O Presidente da Câmara votará em casos de empate e em matéria que exija maioria qualificada.

§ 2º - Em caso de empate em escrutínio secreto, proceder-se-á à nova votação, e, permanecendo o empate, a matéria fica prejudicada.

~~**§ 3º** - Os votos em branco, que ocorram nas votações secretas e as abstenções pelo processo de votação nominal, somente serão computadas para efeito de *quórum*~~.

§ 3º As abstenções serão computadas somente para efeito de quórum. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 202 - Nas deliberações em primeiro turno:

I - a discussão far-se-á englobadamente;

II - a votação, artigo por artigo.

§ 1º - A discussão e a votação em primeiro turno poderão ser feitas por títulos, capítulos, ou seções, a requerimento verbal de Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 2º - As deliberações, nas demais fases processar-se-ão englobadamente.

§ 3º - A votação de emendas e substitutivos antecederá a votação dos respectivos projetos.

SUBSEÇÃO II
DAS MODALIDADES E DOS PROCESSOS DE VOTAÇÃO

~~**Art. 203** - A votação será ostensiva, de forma simbólica ou nominal~~.

Art. 203. A votação será sempre aberta e ostensiva, pelo processo simbólico ou nominal, vedado o voto secreto nas deliberações do Plenário e das Comissões. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Parágrafo único - Decidido, previamente, pela Câmara, determinado processo de votação para uma proposição, não será permitido para ela outro processo de votação.

Art. 203-A. É obrigatória a utilização do painel eletrônico de votação nas deliberações do Plenário para o registro da presença e das votações nominais e, sempre que tecnicamente viável, das votações simbólicas. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 204 - Pelo processo simbólico, que se utilizará na votação das proposições em geral, o Presidente da Câmara, ao anunciar a votação de qualquer matéria, convidará os Vereadores a favor a permanecerem sentados e, os contrários, a se levantarem.

§ 1º - Ao proclamar o resultado manifesto dos votos o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favorável ou contrariamente à proposição.

§ 2º - Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente pode pedir aos Vereadores que se manifestem novamente.

§ 3º - Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação, mediante votação nominal.

Art. 205 - O processo nominal será utilizado:

I - nos casos em que seja exigido *quórum* de maioria absoluta ou de dois terços para aprovação da matéria;

II - por deliberação do Plenário, a requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário;

III - quando houver pedido de verificação, nos termos do § 3º, do artigo anterior.

§ 1º - O requerimento não admitirá votação nominal.

§ 2º - Quando o Plenário não acatar requerimento de votação nominal, será vedado reapresentá-lo para a mesma proposição ou as que lhe forem acessórias.

~~**Art. 206** - A votação será feita pela chamada dos presentes, procedida pelo primeiro Secretário, devendo os Vereadores responder~~:

Art. 206. Na impossibilidade técnica de utilização do painel eletrônico, a votação nominal será feita pela chamada dos presentes, procedida pelo Primeiro Secretário, devendo os Vereadores responder: (Redação da Resolução n° 08/2026)

I - **SIM**, favoravelmente à proposição;

II - **NÃO**, contrariamente à proposição;

III - **ABSTENHO-ME**.

Parágrafo único - O Presidente proclamará o resultado determinando contar o número de Vereadores que tenham votado **SIM,** dos que tenham votado **NÃO** e dos que se **ABSTIVERAM**.

Art. 206-A. Na votação por meio do painel eletrônico, observar-se-á o seguinte:

I. cada Vereador será identificado por credencial individual e intransferível, sendo vedado o registro de voto por terceiro, ressalvado o registro do voto remoto pelo operador, na forma do inciso IV do art. 89;

II. o Presidente anunciará a matéria e determinará a abertura e o encerramento da votação no painel;

III. as opções de voto serão SIM, NÃO e ABSTENÇÃO, admitida a alteração do voto apenas até o encerramento da votação;

IV. o painel exibirá, em tempo real, o nome de cada Vereador e o respectivo voto, nas votações nominais, e o resultado apurado;

V. encerrada a votação, o sistema fará a apuração automática e o Presidente proclamará o resultado;

VI. os registros de votação serão armazenados no sistema e em cópia de segurança, vedada sua alteração posterior.

Parágrafo único. A falha do painel durante a votação será registrada em ata, prosseguindo-se pelo processo previsto no art. 206. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 207 - A votação por escrutínio secreto far-se-á mediante cédula, recolhida em urna à vista do Plenário, nos casos previstos no § 4º, do artigo 20, deste Regimento.

SUBSEÇÃO III

DO ENCAMINHAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 208 - Anunciada uma votação, o Vereador pode pedir a palavra para encaminhá-la, ainda que se trate de matéria não sujeita a discussão, nos termos do inciso X, do artigo 145, deste Regimento.

Parágrafo único - A palavra para encaminhamento de votação será cedida, preferencialmente, ao autor da proposição, ao relator e aos líderes de bancada ou de bloco parlamentar.

SUBSEÇÃO IV
DO ADIAMENTO DA VOTAÇÃO

Art. 209 - O adiamento da votação de qualquer proposição somente pode ser solicitado antes do seu início, mediante requerimento escrito de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário.

§ 1º - O adiamento da votação pode ser solicitado para os seguintes fins:

I - audiência de Comissão que sobre a proposição não se tenha manifestado;

II - reexame da matéria por uma ou mais Comissões;

III - preenchimento de formalidade essencial;

IV - diligência considerada imprescindível ao esclarecimento da matéria;

§ 2º - O adiamento deverá ser aprovado por tempo determinado, não podendo ser superior a 02 (duas) sessões.

§ 3º - Não será permitido adiamento de votação nos seguintes casos:

I - matéria em regime de urgência;

II - veto.

SUBSEÇÃO V
DO PEDIDO DE VISTAS

Art. 210 - Qualquer Vereador poderá pedir vistas sobre matéria em tramitação na Câmara, observado o disposto nos §§ 2º e 3º, do artigo anterior.

§ 1º - O pedido de vistas, em qualquer turno, proceder-se-á por requerimento verbal de Vereador, discutido e aprovado pelo Plenário.

§ 2º - Havendo pedido de vistas no 2º turno de votação, este somente poderá ser discutido e votado se já não houver pedido idêntico rejeitado em 1º turno.

SUBSEÇÃO VI
DA DECLARAÇÃO DE VOTO

Art. 211 - Declaração de voto é o pronunciamento de Vereador sobre os motivos que o levaram a manifestar-se contrário, ou favoravelmente, à matéria votada.

Parágrafo único - Após a votação da proposição no seu todo, o Vereador poderá fazer declaração de voto, no prazo improrrogável de dois minutos, mediante requerimento verbal, nos termos do inciso X, do artigo 145, deste Regimento.

SEÇÃO X
DA REDAÇÃO DO VENCIDO E DA REDAÇÃO FINAL

SUBSEÇÃO I
DA REDAÇÃO DO VENCIDO

Art. 212 - Terminada a votação em primeiro turno, se alterados, os projetos irão à Comissão de Legislação e Redação para redigir o vencido, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º, do artigo seguinte.

Parágrafo único - A redação será dispensada, salvo se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos projetos aprovados, em primeiro turno, sem emendas.

SUBSEÇÃO II
DA REDAÇÃO FINAL

Art. 213 - Ultimada a fase de votação, o projeto, com as respectivas emendas aprovadas, será encaminhado, ressalvado o disposto nos §§ 1º e 2º, deste artigo, para a Comissão de Legislação e Redação para a elaboração da redação final, na conformidade com o deliberado pelo Plenário.

§ 1º - A Comissão de Finanças e Orçamento fará a redação final dos seguintes projetos de lei:

I - do plano plurianual;

II - das diretrizes orçamentárias;

III - do orçamento anual.

§ 2º - Compete à Mesa elaborar a redação final dos projetos e resolução de sua iniciativa privativa, nos termos do inciso XVII, do *caput* do artigo 23, deste Regimento, e dos que estabeleçam alterações regimentais.

§ 3º - As Comissões, nos casos previstos no *caput* deste artigo e em seu § 1º, e a mesa, nas hipóteses estabelecidas no parágrafo anterior.

I - terão o prazo de 03 (três) dias para elaboração da redação final;

II - poderão apresentar, se necessário, emendas de redação.

§ 4º - Qualquer Vereador poderá requerer, por escrito, nos termos do inciso II, do *caput* do artigo 149 deste Regimento, dispensa de interstício para que a redação final seja procedida pela Comissão competente ou pela Mesa, conforme o caso, na mesma sessão.

§ 5º - Aceita a dispensa de interstício, o Presidente determinará à Comissão competente ou à Mesa que proceda, de imediato, à redação final e submetê-la-á à deliberação do Plenário na mesma sessão.

§ 6º - A redação final é parte integrante do turno em que se concluir a apreciação da matéria.

Art. 214 - O projeto, com redação final elaborado por Comissão ou pela Mesa, ficará, pelo prazo de 03 (três) dias, disponível para o exame dos Vereadores, ressalvado o disposto no § 5º, do artigo anterior.

SEÇÃO XI
DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSIÇÃO APROVADA

Art. 215 - A proposição aprovada em definitivo pela Câmara será encaminhada à sanção ou à promulgação, conforme o caso.

§ 1º - Tratando-se de projeto de lei, a proposição será encaminhada em autógrafo à sanção, no prazo de 05 (cinco) dias úteis de sua aprovação.

§ 2º - Os autógrafos reproduzirão a redação final aprovada pelo Plenário.

§ 3º - As resoluções serão promulgadas pelo Presidente.

§ 4° - Se houver vício de linguagem, defeito ou erro manifesto a corrigir, nos autógrafos ou nas resoluções, estes serão devolvidos às comissões competentes que, renovando a redação final, darão conhecimento ao Plenário.

Art. 216 - O veto não mantido pela Câmara cumpre o processo estabelecido pelos §§ 4º e 5º, do artigo 154, deste Regimento.

SEÇÃO XII
DA APRECIAÇÃO CONCLUSIVA

~~**Art. 217** - Poderão ser apreciados, conclusivamente, pelas Comissões Permanentes de Legislação e Redação e de Finanças e Orçamento, de forma conjunta, nos termos do inciso II e § 1º do artigo 31 e inciso IV do artigo 37, todos deste Regimento, os projetos de resoluções destinados a~:

Art. 217 - Poderão ser apreciados, conclusivamente, pelas Comissões Permanentes de Constituição, Justiça e Segurança Pública e de Finanças,

Orçamento e Saúde, de forma conjunta, nos termos do inciso II e do § 1º do art. 31 e do inciso XIV do art. 37 deste Regimento, os projetos de resolução destinados a: (Redação da Resolução n° 06/2026)

I - conceder autorização ao Prefeito para ausentar-se do Município e conceder-lhe licença;

II - resolver definitivamente sobre acordos, convênios, contratos e consórcios que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio municipal.

§ 1º - Os acordos, convênios, contratos e consórcios deverão conter anexo demonstrando o plano de aplicação dos recursos financeiros a eles destinados.

§ 2º - Encerrada a apreciação conclusiva pelas Comissões, a proposição e respectivo parecer serão publicados em avulsos e remetidos à Mesa, para serem comunicados ao Plenário, na sessão imediatamente posterior ao seu encaminhamento.

§ 3º - Se, na sessão indicada no parágrafo anterior, um terço dos Vereadores interpuser recurso ao Plenário para a matéria ser por ele apreciada, o Presidente submetê-lo-á à deliberação.

I - Não apresentado recurso ou improvido este, a matéria será promulgada ou arquivada, conforme o caso.

II - Provido o recurso, a proposição cumprirá a tramitação regimental.

CAPÍTULO III
DAS MATÉRIAS E DOS PROCEDIMENTOS SUJEITOS A DISPOSIÇÕES ESPECIAIS

SEÇÃO I
DA PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 218 - A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos Vereadores;

II - do Prefeito Municipal;

III - de, pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município.

Parágrafo único - A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de intervenção estadual do Município, de estado de defesa, de estado de sítio.

Art. 219 - A proposta de emenda à Lei Orgânica do Município, recebida pela Mesa, será numerada e publicada em avulsos para serem distribuídos aos Vereadores.

~~**§ 1º** - Distribuídos os avulsos, a proposta de emenda será encaminhada à Comissão de Legislação e Redação, para cumprimento do que dispõe o inciso II, do artigo 35, deste Regimento~~.

§ 1º - Distribuídos os avulsos, a proposta de emenda será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública, para cumprimento do disposto no inciso II do art. 36 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 06/2026)

§ 2º - Concluindo a Comissão pela inconstitucionalidade, ilegalidade ou injuridicidade da proposta de emenda e, somente quando rejeitado o parecer, prosseguirá a tramitação da matéria.

Art. 220 - Admitida a proposta, o Presidente designará nos termos da alínea "a", do inciso I, do artigo 40, deste Regimento, Comissão Especial para o exame do mérito da proposição, a qual terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis, a partir de sua constituição, para proferir parecer.

§ 1º - Somente perante a Comissão Especial poderão ser apresentadas emendas, com o mesmo *quórum* mínimo de assinatura de Vereadores exigido para apresentação da proposta, nos primeiros 10 (dez) dias úteis do prazo que lhe está destinado para emitir parecer.

§ 2º - Após a publicação do parecer e num interstício de 02 (duas) sessões, a proposta será incluída na Ordem do Dia.

§ 3º - A proposta será discutida e votada pela Câmara em 02 (dois) turnos, com interstício mínimo de 10 (dez) dias entre eles, considerando-se aprovada se obtiver, em ambas, dois terços dos votos dos Vereadores, em votação nominal.

Art. 221 - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada, ou havida por prejudicada, não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

Art. 222 - Aplicam-se à proposta de emenda à Lei Orgânica, no que não colidir com o estatuído nesta Seção, as disposições regimentais relativas ao trâmite e apreciação dos projetos de lei.

SEÇÃO II
DOS PROJETOS DE LEI DO PLANO PLURIANUAL, DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DO ORÇAMENTO ANUAL

Art. 223 – Qualquer um dos projetos de que trata esta Seção, quando enviado à Câmara pelo Prefeito Municipal, será distribuído em avulsos aos Vereadores e encaminhado para a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento, para, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, receber parecer.

§ 1º - Da discussão e da votação do projeto na Comissão poderão participar, com direito a voz, os Líderes de bancada partidária ou de bloco parlamentar.

§ 2º - Nos primeiros 15 (quinze) dias úteis do prazo previsto no *caput* deste artigo, poderão ser apresentadas emendas ao projeto.

§ 3º - Vencido o prazo estabelecido no parágrafo anterior, o Presidente da Comissão proferirá despacho de recebimento das emendas, que serão numeradas e distribuídas em avulsos, dando publicidade às que, por inconstitucionalidade, ilegais ou antirregimentais, deixar de receber.

§ 4º - Do despacho de não-recebimento de emendas caberá recurso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, ao Presidente da Câmara, que terá 48 (quarenta e oito) horas para decidir.

§ 5º - Esgotado os prazos dos parágrafos anteriores, o projeto será encaminhado ao relator, para seu parecer.

Art. 224 - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual, ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas caso:

I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidam sobre:
a) dotações para pessoal e seus encargos;
b) serviço de dívida;
c) transferência para autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

III - sejam relacionadas com:
a) a correção de erros ou omissões;
b) os dispositivos do projeto de lei;

Art. 225 - As emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias, não poderão ser aprovadas, quando incompatíveis com o plano plurianual.

Art. 226 - O Prefeito poderá enviar mensagens à Câmara, para propor modificações nos projetos a que se refere esta Seção, enquanto não for iniciada, na Comissão de Finanças e Orçamento a votação do parecer, relativamente à parte cuja alteração é proposta.

Parágrafo único - A mensagem será encaminhada à Comissão para parecer, e distribuída, em avulsos, aos Vereadores.

Art. 227 - Enviado à Mesa, o parecer aprovado pela Comissão será publicado em avulsos, incluindo-se o respectivo projeto na Ordem do Dia da sessão seguinte, para ser apreciado em primeiro turno pelo Plenário.

Parágrafo único - Voltará o processo à Comissão de Finanças e Orçamento, aprovado em primeiro turno, para a redação do vencido.

Art. 228 - As sessões em que estiver em pauta o projeto terão uma parte específica da Ordem do Dia ressalvada à apreciação desta matéria, sendo seu Expediente reduzido à trinta minutos.

Parágrafo único - As sessões de que trata o *caput* deste artigo, serão prorrogadas, se necessário, pelo Presidente, até que se conclua a votação da matéria.

Art. 229 - Aplicam-se aos projetos de lei do plano plurianual, de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, no que não contrariar o disposto nesta Seção, as demais normas relativas ao processo legislativo.

SEÇÃO III
DOS PROJETOS DE CÓDIGO E DOS ESTATUTOS

Art. 230 - Código é a reunião de disposições legais sobre a mesma matéria, de modo orgânico e sistemático, visando a estabelecer os princípios gerais do sistema adotado e a prover completamente a questão tratada.

Art. 231 - Estatuto é o conjunto de normas e critérios disciplinares que regem fundamentalmente uma sociedade ou categoria.

~~**Art. 232** - Os projetos de Códigos e de Estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão publicados em avulsos e distribuídos aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Legislação e Redação~~.

Art. 232. Os projetos de Códigos e de Estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão publicados em avulsos, distribuídos aos Vereadores e encaminhados à Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública, sem prejuízo da manifestação das demais Comissões Permanentes competentes quanto ao mérito. (Redação da Resolução n° 06/2026)

§ 1º - Durante o prazo de 20 (vinte) dias, poderão os Vereadores encaminhar à Comissão, emendas e sugestões a respeito.

§ 2º - A critério de Comissão, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialista sobre matéria, inclusive a de outra Comissão Permanente.

§ 3º - Vencido o prazo estabelecido no § 1º, deste artigo, a Comissão terá o prazo de 20 (vinte) dias para exarar parecer incorporando as emendas e sugestões que julgar convenientes.

§ 4º - Decorrido o prazo, ou antes, se a Comissão antecipar o seu parecer, o processo entrará para a pauta da Ordem do Dia.

Art. 233 - O processo, no primeiro turno, será discutido e votado por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§ 1º - Aprovado em primeiro turno, voltará o processo às Comissão de Legislação e Redação para incorporação de emendas aprovadas.

§ 2º - Cumprido o que preceitua o parágrafo anterior, o processo segue a tramitação regimental das demais proposições.

§ 3º - Não cabe ao Prefeito pedido de urgência para apreciação de projetos de códigos.

SEÇÃO IV
DO PLANO DIRETOR

Art. 234 - A tramitação do Plano Diretor obedecerá ao disposto na Seção anterior.

~~**Parágrafo único** - A Comissão de Legislação e Redação poderá promover audiência pública para a discussão do Plano Diretor, integrante do planejamento municipal, com as entidades representativas da comunidade~~.

Parágrafo único - A Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente realizará audiência pública para a discussão do Plano Diretor, com as entidades representativas da comunidade, sem prejuízo da competência da Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública quanto aos aspectos jurídicos e legislativos da matéria. (Redação da Resolução n° 06/2026)

SEÇÃO V
DOS PROJETOS DE INICIATIVA DO PREFEITO COM SOLICITAÇÃO DE URGÊNCIA

Art. 235 - A apreciação de projeto de lei de iniciativa do Prefeito Municipal, para a qual tenha solicitado urgência, findo o prazo de 30 (trinta) dias de seu recebimento pela Câmara, sem manifestação definitiva do Plenário, submeter-se-á ao disposto no parágrafo único, do artigo 172, deste Regimento.

§ 1º - A solicitação de regime de urgência poderá ser feita pelo Prefeito depois da remessa do projeto em qualquer fase de seu andamento, aplicando-se, a partir do pedido o disposto neste artigo.

§ 2º - Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso da Câmara Municipal, nem se aplicam aos projetos de lei complementar.

SEÇÃO VI
DO PROJETO DE FIXAÇÃO DO NÚMERO DE VEREADORES

Art. 236 - O número de Vereadores será fixado proporcionalmente à população do Município, nos termos da alínea “a”, do inciso IV, do artigo 29, da Constituição Federal e, bem assim, obedecidas as regras da Lei Orgânica.

SEÇÃO VII
DO REGIMENTO INTERNO

Art. 237 - A Mesa fará a consolidação e a publicação das alterações introduzidas no Regimento Interno, juntamente com as decisões de caráter normativo sobre questões de ordem, nos termos do artigo 197, deste Regimento.

SEÇÃO VIII
DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 238 - A fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta, indireta, autárquica e fundacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara, mediante controle externo e pelo controle interno de cada Poder, observadas as normas legais.

§ 1º - Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 2º - O controle externo da Câmara será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º - O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas sobre as contas que o Município deva anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos Vereadores.

Art. 239 - Os Poderes Legislativo e Executivo, manterão de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

III - exercer o controle das operações de crédito avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

§ 1º - Compete à Comissão de Finanças e Orçamento a coordenação do sistema de controle interno da Câmara.

§ 2º - A Comissão, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela dará ciência à Mesa, ao Plenário e ao Tribunal de Contas.

Art. 240 - Competem às Comissões Permanentes da Câmara, em articulação com a Comissão de Finanças e Orçamento, sob a coordenação desta, exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da administração direta, indireta, incluídas as autarquias, as fundações e as sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal.

~~**SEÇÃO IX**~~
~~**DA TOMADA DE CONTAS DO PREFEITO E DA MESA**~~

~~**Art. 241** - O Prefeito prestará à Câmara contas anuais da administração municipal, em seus aspectos contábeis, financeiros e orçamentários, devidamente instruídas com parecer prévio do Tribunal de Contas.~~

~~**Parágrafo único** - A Câmara não poderá receber as contas encaminhadas pelo Prefeito, sem o parecer prévio do Tribunal de Contas.~~

~~**Art. 242** - As contas do Prefeito e as contas da Câmara Municipal, juntamente com o balanço, serão enviadas ao Tribunal de Contas, até 31 de março do exercício seguinte.~~

~~**§ 1º** - O julgamento das contas far-se-á no prazo máximo de 90 (noventa) dias do recebimento do parecer pela Comissão, observado o disposto no § 3º, do artigo 238, deste Regimento.~~

~~**§ 2º** - O prazo de que trata o parágrafo anterior, não corre no recesso.~~

~~**Art. 243** - O Presidente, recebido o parecer do Tribunal de Contas, independentemente de leitura em Plenário, fará distribuir cópia do mesmo, bem como do balanço anual, aos Vereadores, enviando o processo à Comissão de Finanças e Orçamento, que terá o prazo de 20 (vinte) dias para opinar sobre as contas do Município.~~

~~**§ 1º** - Findo o prazo a que se refere este artigo, a Comissão apresentará ao Plenário projeto de resolução sobre a prestação de contas.~~

~~**§ 2º** - Até 15 (quinze) dias após o recebimento do processo a Comissão receberá dos Vereadores pedidos, por escrito, de informações sobre determinados itens da prestação de contas.~~

~~**§ 3º** - Pode a Comissão, para responder aos pedidos de informações previstas no parágrafo anterior, ou para aclarar pontos constantes da prestação de contas:~~

I - vistoriar documentos nas repartições da Prefeitura;

II - solicitar esclarecimentos complementares ao Prefeito, através da Mesa Executiva.

Art. 244 - As sessões em que estiver em pauta o projeto de resolução a que se refere o § 1º, do artigo anterior, terão uma parte específica da Ordem do Dia reservada à apreciação desta matéria, sendo o Expediente reduzido à 30 (trinta) minutos.

§ 1º - As sessões serão prorrogadas, se necessário, pelo Presidente, até que se conclua a votação da matéria.

§ 2º - Vencido o prazo estabelecido no § 1º, do artigo 242, deste Regimento, sem a deliberação do Plenário sobre as contas, a Câmara funcionará em reuniões extraordinárias, até que se ultime a votação do respectivo projeto de resolução.

Art. 245 - O projeto de resolução, contrário ao parecer do Tribunal de Contas, deverá expressar os motivos da discordância.

Art. 246 - Rejeitada as contas, serão elas remetidas, imediatamente, ao Ministério Público, para os devidos fins.

Art. 247 - As decisões da Câmara sobre as contas da Mesa deverão ser publicadas, na forma da lei.

Art. 248. Recebido e protocolado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, a Câmara Municipal procederá ao julgamento, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, observado o Procedimento Especial que segue:

I – O Presidente da Câmara Municipal providenciará a sua inclusão no Expediente da primeira Sessão Plenária subsequente;

II – Após constar do Expediente, o Parecer Prévio será encaminhado para a Comissão de Finanças e Orçamento, para a devida instrução;

§1º Até 10 (dez) dias depois de recebimento do processo, a Comissão de Finanças e Orçamento receberá pedidos escritos dos Vereadores, solicitando informações sobre itens determinados da prestação de contas.

§2º Para responder aos pedidos de informações, a Comissão poderá realizar quaisquer diligências e vistoria externa, bem como, mediante entendimento prévio com o Executivo ou Agente Político responsável pelas contas em análise, examinar quaisquer documentos existentes na Prefeitura.

§3º Durante o processo de análise da prestação de contas será garantida ampla defesa ao agente político responsável pelas contas em análise.

III – A Comissão disponibilizará as contas do exercício em julgamento para consulta pública, pelo prazo de 15 (quinze) dias, para que qualquer contribuinte possa examiná-las e apresentar impugnação questionando a respectiva legitimidade;

IV – Esgotado o prazo da consulta pública referida no inciso III, a Comissão providenciará a notificação do ordenador de despesas que está sendo julgado para apresentar defesa escrita no prazo de 30 (trinta) dias.

V – Recebida a defesa ou encerrado o prazo, sem o exercício do direito de defesa, o Presidente da Comissão designará um Relator, dentre seus membros, para a elaboração de relatório, no prazo de 15 (quinze) dias, que poderá concluir:

a) – pela concordância com o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado;

b) – pela discordância do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado;

Art. 249. A Comissão de Finanças e Orçamento se manifestará sobre o parecer prévio, produzirá com o parecer projeto de Decreto Legislativo, propondo a aprovação ou rejeição das contas, e será encaminhado para a Ordem do Dia da Sessão Plenária subsequente para julgamento e será submetido a dois turnos de discussão e votação;

Art. 250. Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria.

§1º O Presidente da Câmara Municipal notificará o ordenador de despesa, informando as datas das sessões plenárias em que serão realizadas o julgamento das contas, facultando-se defesa por meio de sustentação oral, pelo prazo de até trinta minutos;

§2º Durante a sustentação oral não será admitida qualquer interrupção ou aparte;

§3º Concluída a sustentação oral, cada Vereador, se desejar, disporá de cinco minutos para se manifestar sobre o julgamento, sem interrupções ou apartes;

§4º Encerrada a manifestação dos Vereadores, o Presidente procederá ao processo de votação, que será nominal;

§5º O Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado somente deixará de prevalecer mediante voto contrário de dois terços dos membros da Câmara;

§6º O resultado do julgamento das contas, com o respectivo Decreto Legislativo, será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado.

~~§7º Decorrido o prazo sem deliberação da Câmara, as contas serão obrigatoriamente inseridas na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária posterior ao período declinado.~~

~~**Art. 251** - As contas do Município ficarão, durante 60 (sessenta) dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.~~

~~**Parágrafo único** - As contas estarão à disposição dos contribuintes, na Câmara Municipal, em local de fácil acesso ao público~~.

SEÇÃO IX
DO JULGAMENTO DAS CONTAS ANUAIS DO PREFEITO E DAS CONTAS DA CÂMARA

Art. 241. As contas anuais prestadas pelo Prefeito serão julgadas pela Câmara Municipal com base no parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, nos termos do art. 31 da Constituição Federal, do art. 43 da Lei Orgânica do Município e do procedimento previsto nesta Seção.

Parágrafo único. A Câmara não julgará as contas sem o parecer prévio do Tribunal de Contas.

Art. 242. O julgamento das contas será concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados do recebimento do parecer prévio pela Câmara, nos termos do § 4º do art. 43 da Lei Orgânica, observado o disposto no § 2º deste artigo.

§ 1º Os prazos previstos nesta Seção são contados em dias corridos, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, prorrogando-se para o primeiro dia útil seguinte o prazo que vencer em dia sem expediente na Câmara, ressalvado o prazo do caput, que não se prorroga.

§ 2º O prazo do caput não corre durante o recesso parlamentar.

§ 3º Se, faltando 10 (dez) dias para o término do prazo do caput, não houver parecer conclusivo, o Presidente incluirá as contas na Ordem do Dia de sessão a realizar-se dentro desse prazo, sobrestadas as demais deliberações até que se ultime a votação, e designará relator de Plenário, que emitirá parecer oralmente na própria sessão.

Art. 243. Recebido e protocolado o parecer prévio, o processo será autuado e o Presidente, no prazo de 3 (três) dias:

I. determinará a publicação da íntegra do parecer prévio e da respectiva decisão do Tribunal de Contas no sítio eletrônico oficial da Câmara;

II. disponibilizará a todos os Vereadores cópia digital integral do processo, mediante comprovação de recebimento;

III. encaminhará o processo à Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde, responsável pela análise do parecer prévio e pela instrução do processo;

IV. fará incluir a comunicação do recebimento no Expediente da primeira sessão ordinária subsequente.

Art. 244. No mesmo prazo do artigo anterior, o Presidente notificará o Prefeito ou ex-Prefeito responsável pelas contas, pessoalmente ou por meio

eletrônico com confirmação de recebimento, dando-lhe conhecimento do início do processamento das contas, do prazo para defesa escrita, do acesso integral aos autos e da faculdade de constituir advogado.

Art. 245. No mesmo prazo do art. 243, as contas e o parecer prévio serão colocados em consulta pública, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, no sítio eletrônico oficial e na sede da Câmara, mediante edital, para que qualquer cidadão possa examiná-los e apresentar, por escrito, questionamentos ou impugnações quanto à sua legitimidade.

§ 1º Os questionamentos e as impugnações serão autuados e respondidos fundamentadamente pela Comissão, dando-se ciência ao responsável pelas contas, quando contiverem fato novo, para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias ou, se apresentados nos últimos 5 (cinco) dias da consulta, nas alegações finais.

§ 2º A consulta pública não impede a prática simultânea dos atos de instrução, mas o julgamento somente ocorrerá após o término do seu prazo.

Art. 246. A Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde designará relator no prazo de 3 (três) dias do recebimento do processo e instruirá o feito, competindo-lhe analisar o parecer prévio e emitir parecer conclusivo.

§ 1º Quando o parecer prévio contiver ressalvas, recomendações, determinações ou apontamentos relacionados às áreas de educação, saúde, assistência social, meio ambiente ou finanças e orçamento, a Comissão encaminhará cópia dos autos, em até 5 (cinco) dias, à Comissão Permanente competente em razão da matéria, que se manifestará formalmente no prazo de 10 (dez) dias.

§ 2º Quanto às áreas de saúde e de finanças e orçamento, a manifestação da Comissão de Finanças, Orçamento e Saúde constará de capítulo específico de seu parecer.

§ 3º As manifestações das Comissões temáticas integrarão os autos e serão consideradas no parecer conclusivo.

Art. 247. A Comissão, de ofício ou mediante pedido escrito de Vereador apresentado em até 10 (dez) dias do recebimento do processo, poderá:

I. requisitar, por intermédio da Mesa, até o 20º (vigésimo) dia do recebimento do processo, informações, documentos e esclarecimentos aos órgãos e entidades do Município, a serem atendidos no prazo que fixar, observado o limite do art. 55, inciso XVI, da Lei Orgânica;

II. realizar vistorias, inspeções e exame de documentos nas repartições municipais;

III. ouvir servidores, o controle interno e outros agentes, e solicitar exames técnicos complementares;

IV. realizar diligências necessárias ao esclarecimento de questionamentos, impugnações ou alegações da defesa.

Parágrafo único. O resultado das diligências será juntado aos autos, dando-se ciência ao responsável pelas contas.

Art. 248. É assegurado ao responsável pelas contas o direito ao contraditório e à ampla defesa, observado o seguinte:

I. defesa escrita, no prazo de 20 (vinte) dias contados da notificação de que trata o art. 244, podendo juntar documentos e requerer diligências;

II. prorrogação do prazo de defesa, uma única vez, por até 5 (cinco) dias, mediante requerimento fundamentado apresentado antes do término do prazo original, quando demonstrada a complexidade da matéria, o volume de documentos ou a necessidade de informações de terceiros, decidida pelo Presidente da Comissão em 3 (três) dias;

III. defesa complementar, no prazo de 5 (cinco) dias, sempre que, após a defesa, surgirem fatos novos ou documentos decorrentes de diligências, questionamentos, impugnações ou manifestações das Comissões temáticas;

IV. alegações finais escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da intimação expedida após o término da consulta pública e a conclusão da instrução, e antes da emissão do parecer conclusivo;

V. sustentação oral na sessão de julgamento, na forma do art. 251.

Parágrafo único. A ausência de defesa não impede o prosseguimento do processo.

Art. 249. Encerrado o prazo das alegações finais, a Comissão emitirá, no prazo de 5 (cinco) dias, parecer conclusivo e projeto de resolução, que conterão, no mínimo:

I. relatório, com a síntese do parecer prévio, da defesa, das diligências, dos questionamentos e impugnações e das manifestações das Comissões temáticas;

II. fundamentação de fato e de direito, com o exame de cada ressalva, apontamento ou irregularidade e dos argumentos da defesa;

III. dispositivo, com a conclusão pela concordância ou discordância em relação ao parecer prévio e as providências decorrentes.

Parágrafo único. O parecer e o projeto de resolução serão publicados no sítio eletrônico oficial e distribuídos aos Vereadores com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da sessão de julgamento.

Art. 250. O julgamento ocorrerá em sessão pública, transmitida na forma do art. 87, cuja Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria, em turno único.

Parágrafo único. O Presidente notificará o responsável pelas contas da data da sessão de julgamento, pessoalmente ou por meio eletrônico com confirmação de recebimento, com antecedência mínima de 7 (sete) dias, podendo a notificação ser expedida logo após a publicação do parecer conclusivo.

Art. 251. Na sessão de julgamento, observar-se-á o seguinte:

I. leitura do parecer da Comissão e do projeto de resolução;

II. sustentação oral pelo responsável pelas contas ou seu procurador, por até 30 (trinta) minutos, sem apartes;

III. manifestação dos Vereadores, por até 5 (cinco) minutos cada, sem apartes, devendo o Vereador que divergir do parecer prévio expor as razões de sua divergência;

IV. votação nominal, por meio do painel eletrônico, sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas, que somente deixará de prevalecer por decisão de 2/3

(dois terços) dos membros da Câmara, nos termos do § 3º do art. 43 da Lei Orgânica;

V. proclamado o resultado, a resolução será redigida em conformidade com a decisão do Plenário, incorporando, quando prevalecer a divergência, as razões que a fundamentaram.

§ 1º As razões de divergência dos Vereadores em relação ao parecer prévio constarão integralmente da ata da sessão de julgamento.

§ 2º Não alcançado o quórum de 2/3 (dois terços) para afastar o parecer prévio, este prevalecerá, ainda que o projeto de resolução da Comissão tenha concluído em sentido diverso.

Art. 251-A. Da resolução que julgar as contas caberão embargos de declaração, opostos pelo responsável pelas contas ou por qualquer Vereador, no prazo de 5 (cinco) dias de sua publicação, para sanar omissão, contradição ou obscuridade.

§ 1º Os embargos indicarão o ponto omisso, contraditório ou obscuro, sob pena de não conhecimento, e não se prestam à rediscussão do mérito.

§ 2º A Comissão emitirá parecer em 5 (cinco) dias e os embargos serão apreciados pelo Plenário na sessão ordinária seguinte, por maioria simples.

Art. 251-B. A resolução será promulgada em até 3 (três) dias da sessão de julgamento e, no prazo de 15 (quinze) dias contados da promulgação ou da decisão dos embargos, se opostos, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, acompanhada da ata da sessão e do registro da votação nominal, e, no caso de rejeição das contas, ao Ministério Público, no mesmo prazo.

Art. 251-C. A resolução, a ata ou o resumo da sessão de julgamento, com as respectivas razões e fundamentação, e o registro da votação nominal serão publicados no sítio eletrônico oficial da Câmara, em seção própria, no prazo de 7 (sete) dias da promulgação.

Art. 251-D. As decisões do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas anuais da Câmara Municipal serão comunicadas ao Plenário e publicadas no sítio eletrônico oficial. (Redação da Resolução n° 08/2026)

SEÇÃO X
DA DESTITUIÇÃO DA MESA

Art. 252 - Os membros da Mesa, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que exorbitem das atribuições a eles conferidas por este Regimento, ou se omitam no seu exercício, mediante resolução, assegurado o direito de ampla defesa.

Art. 253 - O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores com circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades cometidas, necessariamente lida em Plenário por qualquer de seus signatários.

Art. 254 - Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Especial, nos termos regimentais.

§ 1º - Concluindo a Comissão Especial pela procedência das acusações, apresentará projeto de resolução tratando da destituição de membros da Mesa.

§ 2º - Se o parecer da Comissão Especial concluir pela improcedência das acusações, será ele apreciado pelo Plenário.

I - ao arquivamento do processo, se aprovado o parecer;

II - à remessa do processo, à Comissão de Legislação e Redação, se rejeitado o parecer;

III - ocorrendo a hipótese prevista no inciso II, do parágrafo anterior, a Comissão de Legislação e Redação elaborará dentro de 48 (quarenta e oito) horas da deliberação pelo Plenário, projeto de resolução dispondo sobre a destituição do acusado ou acusados.

Art. 255 - Cada Vereador disporá de 15 (quinze) minutos para discutir a matéria de que trata esta Seção, ressalvado o disposto no § 1º, deste artigo.

§ 1º - O Relator e o(s) acusado(s) poderão usar de palavra, por 60 (sessenta minutos), sendo-lhes vedada a cessão do tempo.

§ 2º - A preferência na discussão será dada, respectivamente, ao Relator e ao acusado ou acusados.

Art. 256 - O membro da Mesa envolvido nas acusações não poderá participar dos trabalhos deste órgão da Câmara, enquanto estiver sendo apreciado o parecer da Comissão Especial ou o projeto de resolução respectivo, estando igualmente impedido de votar no processo.

Parágrafo único - Havendo o envolvimento de todos os componentes da Mesa, presidirá os trabalhos o Vereador mais idoso entre os demais membros da Câmara.

Art. 257 - Aprovado o projeto, a resolução será promulgada e mandada à publicação pelo Presidente em exercício.

CAPÍTULO IV
DA QUALIDADE, DA AVALIAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA ATIVIDADE LEGISLATIVA

Art. 257-A. Antes da leitura em Plenário, as proposições serão submetidas à análise de clareza, objetividade e técnica legislativa pelo Departamento Jurídico da Câmara, mediante verificação que considere a Lei Complementar federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, a Lei Orgânica e este Regimento, sem prejuízo do disposto no art. 113.

§ 1º O parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública indicará expressamente a compatibilidade da proposição com a Lei Orgânica e com a legislação federal e estadual aplicável, com menção às normas consideradas, e examinará sua técnica legislativa.

§ 2º Os pareceres das Comissões ficarão disponíveis no sistema eletrônico, vinculados à respectiva proposição, ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal.

Art. 257-B. A Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública realizará, anualmente, avaliação da qualidade da legislação produzida no exercício anterior, quanto à clareza, coerência e aplicabilidade, observados a Lei Complementar federal nº 95, de 1998, e, no que couber, as normas federais sobre elaboração de atos normativos.

§ 1º A avaliação recairá sobre amostra de, no mínimo, 5 (cinco) leis ou 10% (dez por cento) das leis aprovadas no exercício anterior, o que for maior, selecionadas por critérios de relevância material, impacto orçamentário e repercussão social, excluídas as normas meramente honoríficas ou de denominação.

§ 2º O relatório indicará os critérios, a metodologia, a amostra analisada e os resultados, e será publicado no sítio eletrônico oficial.

Art. 257-C. A Câmara avaliará, anualmente, a efetividade de ao menos uma lei de maior relevância aprovada no exercício ou no exercício anterior, verificando se os benefícios e resultados esperados foram alcançados.

§ 1º A seleção da lei observará critérios objetivos de relevância, impacto orçamentário, repercussão social e alcance da política pública, vedada a escolha de normas honoríficas ou de denominação de logradouros.

§ 2º A avaliação competirá à Comissão Permanente competente em razão da matéria, que poderá requisitar dados ao Poder Executivo, ouvir os destinatários da norma e utilizar indicadores oficiais, e será consolidada em relatório publicado no sítio eletrônico oficial.

Art. 257-D. A Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública realizará, anualmente, estudo sobre a necessidade de revogação, alteração, consolidação ou atualização de normas municipais vigentes, com indicação do conjunto ou da amostra analisada, dos critérios utilizados e das conclusões, podendo propor as proposições decorrentes.

Art. 257-E. Os resultados das avaliações e estudos de que tratam os arts. 257-B a 257-D, bem como o tempo médio de tramitação das proposições, apurado pelo sistema eletrônico, serão considerados no planejamento das atividades legislativas e integrarão o relatório anual de atividades.

Art. 257-F. A Câmara elaborará e publicará, anualmente, até 31 de dezembro, Relatório Anual de Atividades, sob coordenação da Mesa e com apoio da Diretoria Geral, contendo, no mínimo:

I. a quantidade de proposições apresentadas e aprovadas, por espécie e por Vereador;

II. as matérias apreciadas pelo Plenário e o respectivo resultado;

III. as sessões realizadas e a frequência dos Vereadores, com as ausências justificadas e não justificadas;

IV. as atividades das Comissões, inclusive reuniões, pareceres, fiscalizações, estudos, audiências e reuniões com gestores e conselhos;

V. as audiências e consultas públicas realizadas;

VI. as ações de fiscalização e o julgamento das contas do Prefeito;

VII. os dados de atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão e da Ouvidoria;

VIII. as ações administrativas, de capacitação e as parcerias institucionais;

IX. os resultados das avaliações de que tratam os arts. 257-B a 257-D.

Art. 257-G. A Câmara realizará, anualmente, pesquisa de satisfação da população sobre a atuação legislativa e os serviços prestados, por meio de formulário eletrônico e presencial, cujos resultados serão publicados no sítio eletrônico oficial e considerados no planejamento institucional.

Art. 257-H. Fica a Câmara Municipal autorizada a celebrar acordos de cooperação técnica, termos de parceria e instrumentos congêneres com universidades, instituições de ensino, escolas de governo, órgãos de controle, outras Câmaras Municipais, associações de municípios ou de câmaras e entidades afins, com as seguintes finalidades:

I. capacitação e formação continuada de Vereadores e servidores;

II. apoio técnico-acadêmico ao estudo de matérias das Comissões Permanentes e Temporárias;

III. visitas educativas e programas de educação para a cidadania destinados a estudantes;

IV. estudos, pesquisas e avaliação de políticas públicas e da legislação;

V. cooperação técnica para o aprimoramento da atuação legislativa e fiscalizadora.

§ 1º Os instrumentos indicarão a finalidade pública, o plano de trabalho, as obrigações das partes, o servidor responsável pelo acompanhamento e a forma de avaliação dos resultados, e serão celebrados pelo Presidente, com ciência ao Plenário e publicação no sítio eletrônico oficial.

§ 2º A celebração de instrumento que implique transferência de recursos ou despesa observará a legislação de licitações e contratos e a existência de dotação orçamentária.

Art. 257-I. A Mesa aprovará, até 31 de janeiro de cada ano, Plano Anual de Capacitação, que contemplará os Vereadores e os servidores da Câmara, incluindo, no mínimo, ações sobre processo e técnica legislativa, função fiscalizadora, matérias afetas às áreas das Comissões Permanentes, assessoria jurídica, ouvidoria e acesso à informação e utilização do sistema eletrônico de processo legislativo, devendo as capacitações ser comprovadas por certificados ou listas de presença. (Redação da Resolução n° 08/2026)

TÍTULO VI
DOS VEREADORES

CAPÍTULO I
DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Art. 258 - O Vereador deve apresentar-se à Câmara durante a sessão legislativa ordinária ou extraordinária, para participar das sessões de Plenário e das reuniões de Comissão de que seja membro, sendo-lhe assegurado o direito, nos termos deste Regimento de:

I - apresentar proposição em geral;

II - discutir e deliberar sobre qualquer matéria em apreciação na Câmara Municipal, salvo impedimentos regimentais;

III - integrar o Plenário e demais colegiados e neles votar e ser votado;

IV - encaminhar, através da Mesa, pedidos escritos de informações ao Poder Executivo Municipal;

V - fazer uso da palavra;

VI - integrar as Comissões e representações externas e desempenhar missão oficialmente autorizada;

VII - promover, perante quaisquer autoridades, entidades ou órgãos da administração pública, os interesses públicos ou reivindicações coletivas;

VIII - realizar outros cometimentos inerentes ao exercício do mandato ou atender obrigações político-partidárias decorrentes da representação.

Art. 258-A. O Vereador que deixar de comparecer à sessão plenária deverá apresentar justificativa formal e fundamentada, por meio do sistema eletrônico ou do protocolo da Câmara, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da sessão, acompanhada do respectivo documento comprobatório.

§ 1º Serão aceitas como justificativa as ausências decorrentes de:

I. doença ou tratamento de saúde do Vereador, comprovado por atestado ou declaração médica;

II. doença grave ou internação de cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente, comprovada por documento idôneo;

III. falecimento de cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão, até 3 (três) dias após o óbito;

IV. missão oficial ou representação da Câmara, autorizada pela Presidência;

V. participação em curso, congresso ou evento de capacitação relacionado ao mandato, autorizada pela Presidência;

VI. gestação de risco, parto ou adoção, quando não houver licença;

VII. convocação para cumprimento de obrigação legal, como serviço eleitoral ou comparecimento a juízo;

VIII. caso fortuito ou força maior, devidamente demonstrado.

§ 2º A justificativa será analisada pela Mesa Executiva no prazo de 10 (dez) dias úteis, cabendo recurso ao Plenário no prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência da decisão.

§ 3º A ausência não justificada no prazo, ou cuja justificativa for rejeitada, será considerada falta injustificada para todos os efeitos, inclusive para os fins do art. 264 deste Regimento e da Lei Orgânica e para o desconto no subsídio, na forma da norma que o fixar.

§ 4º A ausência justificada e aceita não será computada para fins de perda de mandato, nem acarretará desconto no subsídio.

§ 5º As ausências e as justificativas serão registradas em ata e no sistema eletrônico e consolidadas no relatório anual de atividades. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 259 - Os Vereadores gozam de inviolabilidade, por suas opiniões, palavras e votos, no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

§ 1° - A imunidade Parlamentar inerente ao exercício da Vereança também abrange a atuação dos Vereadores em relação as mídias sociais e as mídias de massa, independentemente de critério de espacialidade, bem como abrange, ainda, entrevistas jornalísticas e a transmissão do conteúdo de pronunciamentos ou de relatórios produzidos na Câmara Municipal;

§ 2° - Os Vereadores acesso às repartições públicas municipais para se informar sobre qualquer assunto de natureza administrativa, inclusive com acesso a arquivos de mídias digitais;

§ 3° - À Presidência da Câmara Municipal compete tomar as providências necessárias à defesa dos direitos dos Vereadores no exercício do mandato.

Art. 260 - O Vereador que se afastar do exercício do mandato, para ser investido nos cargos de Secretário ou Assessor Municipal, estadual ou federal, deverá fazer comunicação escrita à Câmara Municipal, bem como ao reassumir o lugar.

Art. 261 - Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar perante a Câmara, sobre:

I - informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato;

II - pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

CAPÍTULO II
DAS INCOMPATIBILIDADES

Art. 262 - Os Vereadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com o Município, suas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista ou concessionárias de serviço, salvo quando o contrato obedecer a cláusula uniforme;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os que sejam demissíveis *ad nutun*, nas entidades constantes da alínea anterior, ressalvada a posse em virtude de aprovação em concurso público.

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controladores ou diretores de empresas que goze de favor decorrente de contrato com o Município ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis *ad nutun*, nas entidades referidas na alínea "a", do inciso anterior, salvo os cargos de Secretário ou Assessor Municipal, estadual ou federal;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere a alínea "a", do inciso anterior;

d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 263 - O Vereador que se desvincular de sua bancada perde, para efeitos regimentais, o direito a cargo ou funções que ocupar em razão dela, exceto em relação aos cargos da Mesa, observado o disposto no § 2º, do artigo 33 deste Regimento.

CAPÍTULO III
DA PERDA E DA EXTINÇÃO DO MANDATO

~~**Art. 264** - Perderá o mandato o Vereador:~~

~~Perderá o mandato o Vereador:~~

~~**I –** que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;~~

~~**II –** cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;~~

~~**III –** que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a 03 (três) sessões ordinárias consecutivas ou 05 (cinco) alternadas da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;~~

~~**IV –** que perder ou tiver suspenso os direitos políticos:~~

~~**V –** quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;~~

~~**VI –** que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;~~

~~**VII –** que não residir no Município;~~

~~**VIII –** que deixar de tomar posse, no prazo de 10 (dez) dias da data fixada no § 3º do artigo 24 desta Lei Orgânica.~~

~~**§ 1º** É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens indevidas.~~

~~**§ 2º** Nos casos dos incisos I, II e VI do caput deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara por voto secreto e maioria absoluta, mediante aprovação da mesa ou de partidos político representado pela Câmara, assegurada ampla defesa.~~

~~**§ 3º** Nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VII e VIII do caput deste artigo, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos Vereadores ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.~~

~~**§ 4º** As faltas injustificadas de que tratam o inciso III, deste artigo, importará em desconto de 10% (dez por cento), por sessão, do subsídio mensal do vereador~~.

Art. 264. Perderá o mandato o Vereador:

I. que infringir qualquer das proibições estabelecidas no art. 262 deste Regimento e no art. 19 da Lei Orgânica;

II. cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III. que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a 3 (três) sessões ordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV. que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V. quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na Constituição Federal;

VI. que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII. que não residir no Município;

VIII. que deixar de tomar posse no prazo previsto no § 6º do art. 7º deste Regimento.

§ 1º É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos neste Regimento, o abuso das prerrogativas asseguradas ao Vereador ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI do caput deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por maioria absoluta, em votação aberta e nominal, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa, observado o procedimento do art. 265 deste Regimento.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VII e VIII do caput deste artigo, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos Vereadores ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 4º As faltas injustificadas de que trata o inciso III do caput deste artigo acarretarão o desconto previsto no § 5º do inciso XXXI do art. 23 deste Regimento, sem prejuízo da perda do mandato. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 265. Extingue-se o mandato:

I – por falecimento do titular;

II – por renúncia formalizada.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara, nos casos definidos no caput deste artigo, declarará a extinção do mandato.

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo 262, deste Regimento;

II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;

V - quando o decretar a Justiça Eleitoral;

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;

VII - que não mantiver domicílio no território do Município.

VIII - que deixar de tomar posse, no prazo de 10 (dez) dias da data fixada;

§ 1º - Nos casos dos incisos I e II deste artigo, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto secreto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 2º - Nos casos previstos nos incisos III, IV, V, VI, VII e VIII, deste artigo, a perda será declarada pela Mesa, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos Vereadores ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§ 3º - A representação, nos casos dos incisos I e II, deste artigo, será encaminhada à Comissão de Legislação e Redação, observadas as seguintes normas:

I - recebida e processada na Comissão, será fornecida cópia da representação ao Vereador, que terá o prazo de 20 (vinte) dias para apresentar defesa e indicar provas;

II - se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão indicará defensor dativo para oferecê-lo em igual prazo;

~~**III** - apresentada a defesa, a Comissão procederá diligência e à instrução probatória que entender, necessárias, finda as quais proferirá parecer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, concluindo pela veracidade da representação ou por seu arquivamento;~~

~~**IV** - procedente a representação, a Comissão elaborará projeto de resolução no sentido da perda do mandato, submetendo-o à deliberação do Plenário, nos termos do processo legislativo definido neste Regimento~~.

Art. 265. A representação para a perda do mandato, nos casos dos incisos I, II e VI do art. 264 deste Regimento, será encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Segurança Pública, observadas as seguintes normas:

I. recebida e processada na Comissão, será fornecida cópia da representação ao Vereador, que terá o prazo de 20 (vinte) dias para apresentar defesa escrita e indicar provas;

II. se a defesa não for apresentada, o Presidente da Comissão nomeará defensor dativo para oferecê-la em igual prazo;

III. apresentada a defesa, a Comissão procederá às diligências e à instrução probatória que entender necessárias, findas as quais proferirá parecer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, concluindo pela procedência da representação ou por seu arquivamento;

IV. procedente a representação, a Comissão elaborará projeto de resolução no sentido da perda do mandato, que será submetido ao Plenário em votação aberta e nominal, considerando-se aprovado se obtiver o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único. A cassação do mandato por infração político-administrativa definida na legislação federal observará o procedimento e o quórum previstos no art. 57 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 266 - Não perderá o mandato o Vereador:

I - investido em cargo de Secretário ou Assessor municipal, estadual ou federal;

II - licenciado pela Câmara, nos termos dos incisos I *e* V, do artigo 269, deste Regimento.

Art. 267 - Extingue-se o mandato:

I - por falecimento;

II - por renúncia formalizada.

§ 1º - A renúncia ao mandato deve ser manifestada por escrito e dirigida ao Presidente da Câmara, tornando-se efetiva e irretratável depois de lida no expediente da sessão imediatamente subsequente ao pedido, independente de deliberação, salvo quando o Vereador estiver submetido a processo de cassação de mandato, ocasião em que o pedido de renúncia terá seus efeitos suspensos até às deliberações finais da comissão processante.

§ 2º - O Presidente da Câmara, nos casos definidos no *caput* deste artigo, declarará a extinção do mandato.

CAPÍTULO IV
DA VACÂNCIA

Art. 268 - As vagas, na Câmara, verificar-se-ão em virtude de:

I - extinção de mandato, nos termos do artigo anterior;

II - perda de mandato, conforme o artigo 264, deste Regimento.

CAPÍTULO V
DA LICENÇA

Art. 269 - O Vereador poderá obter licença:

I - para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

II - por motivo de doença comprovada;

III - por motivo de gestação e em paternidade, pelo prazo da lei;

IV - por motivo de adoção, nos termos e nos prazos que a lei dispuser;

V - para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa;

VI - para investidura em cargo de Secretário ou Assessor municipal, estadual ou federal;

~~**§ 1º** - Licenciado pelos motivos de que tratam os incisos I e IV, deste artigo, o Vereador fará jus à sua remuneração como se em exercício do mandato estivesse~~.

§ 1º Licenciado pelos motivos de que tratam os incisos I a IV deste artigo, o Vereador fará jus à sua remuneração como se em exercício do mandato estivesse. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 2º - Na hipótese do inciso VI deste artigo, o Vereador poderá optar pela remuneração do mandato ou do cargo em que for investido e será considerado automaticamente licenciado, observado o disposto no artigo 260, deste Regimento.

§ 3º - A licença não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias.

§ 4º - O Vereador licenciado não poderá reassumir o mandato antes de findo o prazo concedido para a licença.

~~**Art. 270** - As licenças serão concedidas, mediante requerimento fundamentado do interessado, por:~~

~~**I** - ato da Mesa, no caso de licença por motivo de doença comprovada;~~

~~**II** - resolução, nas hipóteses previstas no incisos I e V, do artigo anterior.~~

Art. 270. As licenças serão concedidas, mediante requerimento fundamentado do interessado, por:

I. ato da Mesa, nos casos dos incisos II, III e IV do artigo anterior;
II. resolução, nas hipóteses previstas nos incisos I e V do artigo anterior.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso VI do artigo anterior, o afastamento decorre da investidura no cargo, observados o § 2º do art. 269 e o art. 260 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

CAPÍTULO VI
DA CONVOCAÇÃO DO SUPLENTE

Art. 271 - A Mesa convocará o Suplente de Vereador, nos casos de:

I - ocorrência de vaga;

II - investidura do titular nos cargos definidos no inciso I, do artigo 266, deste Regimento;

~~**III** - licença prevista nos incisos II e VI, do artigo 269, deste Regimento~~.

III. licença prevista no art. 269 deste Regimento, observados o seu § 3º e o art. 23 da Lei Orgânica. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 1º - Assiste ao Suplente que for convocado, o direito de se declarar impossibilitado de assumir o exercício do mandato, dando ciência por escrito à Mesa, que convocará o Suplente imediato.

~~**§ 2º** - O Suplente convocado, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo anterior, deverá tomar posse no prazo máximo de 10 (dez) dias da convocação, prestando compromisso na primeira sessão da Câmara, após a posse, devendo observar os requisitos de posse contidos no artigo 5º deste Regimento Interno~~.

§ 2º O Suplente convocado, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo anterior, deverá tomar posse no prazo máximo de 10 (dez) dias da convocação, prestando compromisso na primeira sessão da Câmara após a posse, observados os requisitos de posse previstos no art. 6º deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 3º - Será considerado renunciante o Suplente convocado que não cumprir, salvo motivo justificado aceito pelo Plenário, o que preceitua o parágrafo anterior, devendo a Câmara convocar o Suplente imediato.

§ 4º - O Suplente de Vereador, quando convocado para substituição temporária, não poderá ser escolhido para cargos da Mesa.

Art. 272 - Ocorrendo vaga e não havendo Suplente, far-se-á eleição, convocada pelo Tribunal Regional Eleitoral por solicitação do Presidente da Câmara, se faltarem mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato.

CAPÍTULO VII
DO VEREADOR SERVIDOR PÚBLICO

Art. 273 - O exercício da vereança por servidor público obedecerá ao disposto nos incisos III, IV e V, do artigo 38 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VIII
DO DECORO PARLAMENTAR

~~**Art. 274** - Compete à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, observando-se o que dispõem os artigos 169 a 171~~.

Art. 274. Compete à Comissão Especial de Ética, constituída na forma do art. 276 deste Regimento, observado o disposto nos arts. 275 a 278: (Redação da Resolução n° 08/2026)

I) apurar e encaminhar a Mesa Diretora, mediante processo disciplinar previsto em Resolução, atos de Vereadores que venham a ferir a ética, o decoro parlamentar e a dignidade do Poder Legislativo Municipal e de seus membros;

II) zelar pela observância dos preceitos da Lei Orgânica e do Regimento Interno, atuando no sentido da preservação da dignidade do mandato parlamentar na Câmara Municipal.

Art. 275 - As sanções previstas para as infrações descritas pelo § 4º, deste artigo, serão as seguintes, em ordem crescente de gravidade:

I - advertência pública oral;

II - advertência pública escrita;

III - advertência pública, com notificação ao partido político a que pertencer o Vereador advertido;

IV - censura;

V - destituição do Vereador dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa ou nas Comissões da Câmara;

VI - suspensão temporária do mandato;

VII - perda do mandato;

§ 1º - As sanções serão aplicadas segundo a gravidade da infração cometida, a reincidência, automaticamente, à aplicação, da pena imediatamente superior.

§ 2º - As responsabilidades aqui apuradas poderão, quando a natureza e gravidade das infrações assim o exigirem, ser encaminhadas, mediante representação, ao Ministério Público, tendo em vista a preservação dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

~~**§ 3º** - As sanções ora previstas serão aplicadas por deliberação do Plenário, em escrutínio secreto, aceito o parecer conclusivo da Comissão de Ética, constituída para analisar a denúncia, respeitados os seguintes quóruns:~~

~~**a)** maioria simples, no caso dos incisos I, II e III, deste artigo;~~
~~**b)** maioria absoluta, nos casos dos incisos IV e V, deste artigo;~~
~~**c)** maioria de 2/3 (dois terços), nos casos do inciso VI, deste artigo e nos termos do artigo 20, da Lei Orgânica do Município~~.

§ 3º As sanções previstas neste artigo serão aplicadas por deliberação do Plenário, em votação aberta e nominal, acolhido o parecer conclusivo da Comissão Especial de Ética constituída para analisar a denúncia, respeitados os seguintes quóruns:
a) maioria simples, nos casos dos incisos I, II e III do caput deste artigo;
b) maioria absoluta, nos casos dos incisos IV e V do caput deste artigo;
c) 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, no caso do inciso VI do caput deste artigo;
d) no caso do inciso VII do caput deste artigo, o procedimento e o quórum previstos nos arts. 264 e 265 ou, tratando-se de infração político-administrativa, no art. 57 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

§ 4º - Constitui faltas de todo o Vereador contra a ética parlamentar, atos e condutas tomadas durante o exercício de seu mandato.

I - quanto às normas de conduta social:
a) comportar-se, dentro ou fora da Câmara, por atos ou palavras, de forma atentatória à dignidade e às responsabilidades da função pública e ao decoro parlamentar, e de forma nociva à imagem da atividade política e ao respeito e estima do povo pelos seus representantes eleitos;
b) desrespeitar a dignidade de qualquer cidadão;
c) prevalecer-se de sua função ou abusar da autoridade de que está investido, para obter vantagens ou tratamentos privilegiados em atividades públicas ou exigir de agentes públicos, tratamentos diferenciados.

II - quanto às normas de conduta nas sessões de trabalho da Câmara e no relacionamento com os pares e com o público;

a) utilizar-se, em seus pronunciamentos, de palavras ou expressões incompatíveis com a dignidade do cargo;

b) desacatar e praticar ofensas físicas ou morais, bem como dirigir palavras injuriosas aos seus pares, aos membros da Mesa Diretora, do Plenário ou das Comissões, ou a qualquer cidadão ou grupos de cidadãos que assistam às sessões ou aos trabalhos da Câmara;

c) utilizar-se das falhas, erros ou insuficiências de seus pares para promover sua própria imagem, com fins eleitorais;

d) perturbar a boa ordem dos trabalhos em Plenário, bem como as demais atividades da Câmara.

III - quanto ao respeito aos recursos públicos:

a) deixar de zelar com responsabilidade, com proteção e defesa do patrimônio e dos recursos públicos;

b) atuar de forma negligente ou deixar de agir com diligência e probidade no desempenho de funções administrativas para as quais for designado, durante o mandato e em decorrência do mesmo;

c) utilizar a infraestrutura, os recursos, os funcionários ou os serviços administrativos de qualquer natureza, da Câmara ou do Executivo, para benefício próprio, ou outros fins, inclusive eleitorais;

d) pleitear ou usufruir favorecimentos ou vantagens pessoais ou eleitorais com recursos públicos.

IV - quanto ao respeito ao interesse público, deixar de considerar as urgências e necessidades da população no exame e decisões sobre matérias submetidas à Câmara.

V - quanto ao uso do poder inerente ao mandato:

a) contratar, a título pessoal ou profissional ou por interposta pessoa, física ou jurídica, quaisquer serviços e obras com a Administração Pública;

b) obter o favorecimento ou o protecionismo na contratação de quaisquer serviços e obras com a Administração Pública por pessoas, empresas ou grupos econômicos, sendo considerada condição agravante quando tenha vínculos de interesses ou compromissos comerciais, profissionais ou políticos, ou de financiamento de atividades políticas ou eleitorais;

c) influenciar decisões do Executivo, da Administração da Câmara ou outros setores da Administração Pública, para obter vantagens ilícitas ou imorais para si mesmo ou para pessoas de seu relacionamento pessoal ou político;

d) submeter suas tomadas de posição ou seu voto nas decisões tomadas pela Câmara, a contrapartidas pecuniárias ou de quaisquer espécies, concedidas pelos interessados direta ou indiretamente na decisão;

e) induzir o Executivo, a administração da Câmara ou outros setores da Administração Pública, à contratação, para cargos não concursados, de pessoal sem condições profissionais, para exercê-los ou com fins eleitorais;

f) abusar do poder econômico e utilizar-se de propaganda imoderada e abusiva do regular exercício das atividades para as quais foi eleito, durante e depois dos processos eleitorais.

VI - quanto ao respeito à verdade:

a) deixar de zelar pela total transparência das decisões e atividades da Câmara ou dos Vereadores, no exercício dos seus mandatos;

b) prejudicar ou dificultar o acesso dos cidadãos a informações de interesse público ou sobre os trabalhos da Câmara;

c) deixar de comunicar e denunciar, dentro da Câmara ou por outras formas condizentes com a legalidade, qualquer ato ilícito civil, penal ou administrativo, ocorrido dentro da Administração Pública, de que vier a tomar conhecimento;

d) divulgar, no uso da Tribuna da Câmara ou por quaisquer outros meios, com fins eleitorais ou outros, informações falsas, não comprováveis, infundadas ou distorcidas, que se aproveitem da boa-fé da população para conduzi-la a juízo que não corresponda à verdade dos fatos;

e) utilizar-se de subterfúgios para reter ou formular informações a que estiver legalmente obrigado a participar na declaração de bens ou rendas, quando da investidura parlamentar.

VII - quanto ao respeito às obrigações referentes ao mandato:

a) desrespeitar os princípios fundamentais ao Estado Democrático de Direito, bem como os princípios legais e objetivos fixados nos artigos 1º e 3º, da Lei Orgânica do Município;

b) deixar de zelar no exercício da função fiscalizatória, pelo fiel cumprimento pelo Executivo Municipal pela administração da Câmara dos princípios anunciados no artigo 8º, da Lei Orgânica do Município;

c) deixar de cumprir os deveres e obrigações dos Vereadores anunciados no Artigo 20, da Lei Orgânica do Município;

d) deixar de comparecer e de participar dos trabalhos legislativos e políticos durante as Sessões Legislativas: ordinárias, do Plenário e das Comissões, em proveito de interesses pessoais de caráter particular;

e) priorizar atividades exclusivas de caráter privado em detrimento das atividades legislativas e fiscalizatórias inerentes ao mandato;

f) desrespeitar as normas estatutárias, legalmente reconhecidas, do Partido pelo qual foi eleito.

§ 5º - Consideram-se incluídas as proibições previstas nas alíneas “a” e “b”, do inciso I, e alíneas “a”, “b”, “c” e “d”, do inciso II, do artigo 19, da Lei Orgânica do Município.

§ 6º - As proibições constantes das alíneas “a” e “b”, do inciso I, do artigo 19, da Lei Orgânica Municipal, compreendem o Vereador como pessoa física, seu cônjuge ou companheiro e pessoas jurídicas direta, ou indiretamente por eles controladas.

Art. 276 - A Mesa Executiva dará início ao processo de decoro parlamentar. Caso não o faça, qualquer parlamentar poderá fazê-lo, através de representação documental com provas ou indícios graves, perante o Presidente da Câmara Municipal, pelo descumprimento por Vereadores, das normas contidas no presente Regimento Interno.

§ 1º - não serão recebidas denúncias anônimas;

§ 2º - recebida a denúncia, o Presidente da Câmara terá o prazo de 7 (sete) dias para designação de uma Comissão Especial de Ética, que terá as mesmas prerrogativas da Comissão Parlamentar de Inquérito, observadas as disposições contidas no § 4º, abaixo, sendo constituída por 03 (três) Vereadores, por sorteio, sendo um Presidente, um Relator e um Secretário.

§ 3º - não poderão fazer parte da Comissão:

I - o Presidente da Câmara;

II - o Vereador que der início ao processo para apuração de decoro parlamentar;

III - o Vereador denunciado ou que esteja respondendo a processo por falta de decoro parlamentar;

IV - o Vereador penalizado em quaisquer das infrações previstas no presente Regimento, no decorrer dos 12 (doze) meses subsequentes ao trânsito em julgado da sua condenação.

§ 4º - havendo, a Comissão Especial de Ética recebida a denúncia, dará início ao rito processual para apuração dos fatos, que culminará com a prolação do parecer contrário ou favorável à denúncia formulada. Para tanto, observar-se-á o seguinte procedimento:

I - recebida a denúncia pela Comissão, esta a encaminhará para a Assessoria Jurídica para que, no prazo de 03 (três) dias, proceda análise da consistência jurídica dos argumentos constantes na mesma, devolvendo a denúncia, juntamente com o parecer, à Comissão;

II - após prolação do parecer pela Assessoria Jurídica, a Comissão enviará, através de protocolo, ao Vereador denunciado, fotocópia integral da denúncia e do parecer exarado pela Assessoria Jurídica, concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias para que, querendo, apresente defesa escrita, que pode ser lavrada por advogado ou pelo próprio denunciado, sob a advertência de que, não apresentando defesa ou não fazendo no prazo assinalado, serão reputados como verdadeiros todos os fatos relatados na denúncia;

a) em conjunto com a defesa, o denunciado poderá indicar provas que entenda fundamentais à sua defesa, podendo arrolar testemunhas, em número máximo de 05 (cinco) e anexar documentos;

b) protocolada a defesa e havendo pedido pela ouvida de testemunhas, serão as mesmas convocadas pela comissão para que compareçam à esta Câmara Municipal com a finalidade de, ausentes as partes interessadas, prestarem seus depoimentos, que serão gravados em instrumento digital e posteriormente transcritas pelo departamento competente;

III - protocolada a defesa e colhidos os depoimentos necessários, o processo será enviado à Assessoria Jurídica, para a análise, no prazo de 07

(sete) dias, da defesa escrita, dos depoimentos e documentos eventualmente acostados, encaminhando-se parecer final à Comissão que, em 07 (sete) dias decidirá pela procedência ou não da denúncia formulada.

§ 5º- se a Comissão Especial de Ética concluir pela procedência da denúncia e a considerar com gravidade para imposição de penas nos níveis previstos no artigo 275 do presente Regimento Interno, seu parecer será submetido à votação do Plenário em um único turno, na primeira sessão ordinária seguinte ao término dos trabalhos da Comissão, sendo o primeiro item da Ordem do Dia.

§ 6º - fica vedado o adiamento da discussão e votação, sendo considerado rejeitado o parecer que não obtiver *quórum* mínimo estabelecido no § 3º, do artigo 275, do presente Regimento Interno.

§ 7º- no caso da Comissão Especial de Ética concluir pela recomendação da sanção máxima, de cassação do mandato do Vereador denunciado, será encaminhado ao Plenário um Projeto de Resolução que determinará a constituição de uma Comissão Processante, seguindo-se, a partir de então, a tramitação prevista no Regimento Interno para casos de perda de mandato.

§ 8º - O processo sujeito a incongruências e/ou intercorrências alheias ao disposto neste Regimento, será considerado extinto caso não seja concluído no prazo máximo de 90 (noventa) dias do recebimento da denúncia pela Comissão.

I- não sendo concluído o processo no prazo mencionado no § 8º, por inércia da Comissão, será automaticamente aberto processo para apuração de falta de decoro parlamentar contra os membros da mesma.

Art. 277 - A aplicação das sanções previstas no *caput* e incisos do artigo 275, serão distribuídas da seguinte forma:

I - a advertência pública oral será aplicada ao Vereador que inobservar as normas previstas no inciso I, do § 4º, do artigo 275;

II - a advertência pública escrita será aplicada ao Vereador que inobservar as normas previstas no inciso II, do § 4º, do artigo 275;

III - a advertência pública, com notificação ao partido político que pertencer o Vereador advertido será aplicada ao Vereador que inobservar as normas previstas no inciso III, do § 4º, do artigo 275;

IV - a censura será aplicada ao Vereador que inobservar as normas previstas no inciso IV, do § 4º, do artigo 275;

V - a destituição do Vereador dos cargos parlamentares e administrativos que ocupe na Mesa ou nas Comissões da Câmara será aplicada ao Vereador que inobservar as normas previstas no inciso V, do § 4º, do artigo 275;

VI - a suspensão temporária do mandato será aplicada a Vereador que:

a) inobservar as normas previstas no inciso VI, do § 4º, do artigo 275;
~~**b)** revelar conteúdo de debates, deliberações ou documentos que a Câmara ou Comissões hajam resolvido devam ficar secretos~~.

b) revelar conteúdo de documentos ou informações protegidos por sigilo legal, de que tenha tido conhecimento em razão do mandato. (Redação da Resolução n° 08/2026)

VII- a perda do mandato será aplicada a Vereador que:

a) inobservar as normas previstas nos incisos V e VII, do § 4º, do artigo 275;

b) nos termos dos incisos do artigo 264, do Regimento Interno;

c) nos termos do artigo 20, da Lei Orgânica Municipal.

~~**Art. 278** - A perda do mandato de Vereador, por procedimento incompatível com o decoro parlamentar, aplicar-se-á na forma do § 3º, do artigo 264, deste Regimento~~.

Art. 278. A perda do mandato de Vereador por procedimento incompatível com o decoro parlamentar aplicar-se-á na forma do § 2º do art. 264 e do art. 265 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 278-A. A Presidência manterá registro das representações, denúncias e notícias de infração ética ou de quebra de decoro parlamentar recebidas, com a data de recebimento e as providências adotadas, preservadas as informações legalmente protegidas, e, não havendo ocorrência no exercício, registrará expressamente essa inexistência ao final de cada sessão legislativa. (Redação da Resolução n° 08/2026)

TÍTULO VII
DA ADMINISTRAÇÃO E DA ECONOMIA INTERNA

CAPÍTULO I
DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 279 - Os serviços administrativos da Câmara organizar-se-ão por regulamento específico, baixado mediante resolução nos termos das alíneas do inciso III, do artigo 81, deste Regimento, cabendo à Mesa expedir normas ou instruções complementares ao regulamento de que trata o *caput* deste artigo, considerado parte integrante deste Regimento.

CAPÍTULO II
DO CONTROLE INTERNO

Art. 280 - O controle interno da Câmara será exercido nos termos do artigo 239 e parágrafos deste Regimento.

CAPÍTULO III
DA POLÍCIA DA CÂMARA

Art. 281 - A Mesa fará manter a ordem e a disciplina nas instalações e nas adjacências sob sua administração.

Art. 282 - Compete privativamente à Mesa dispor sobre o policiamento do recinto da Câmara que será feito normalmente por seus servidores.

~~**Parágrafo único.** Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:~~

~~- Pode a Mesa, através do Presidente, solicitar força necessária à manutenção da ordem~~.

Parágrafo único. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara na parte do recinto que lhe é reservado, sendo que a Mesa, por intermédio do Presidente, poderá solicitar a força policial necessária à manutenção da ordem. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 283 - Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara na parte do recinto que lhe é reservado, desde que:

I - se apresente decentemente trajado;

II - se mantenha em silêncio, durante os trabalhos;

III - não manifeste apoio ou desaprovação, ao que se passa no Plenário;

IV - atenda as determinações da Mesa;

V - não interpele os vereadores em sessão;

~~**VI** - cumpra o que preceitua o artigo 284, deste Regimento~~.

VI. cumpra o que preceitua o art. 285 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Parágrafo único - Pela inobservância das exigências formalizadas nos incisos do *caput* deste artigo, poderão os assistentes ser obrigados, pela Mesa, a se retirarem imediatamente do recinto, sem prejuízo de outras medidas.

Art. 284 - Se, no recinto do Plenário, for cometida qualquer infração penal, o Presidente fará prisão em flagrante, encaminhando o infrator à autoridade competente para lavratura do auto e instauração do processo-crime correspondente.

Parágrafo único - Se não houver flagrante, no caso previsto no *caput* deste artigo, o Presidente deverá comunicar o fato à autoridade competente, para a instauração do inquérito respectivo.

Art. 285 - É proibido o porte de arma, excetuados os membros da segurança, no recinto da Câmara, incluídos os Vereadores nesta vedação.

TÍTULO VIII
DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

CAPÍTULO I
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 286 - A participação popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com igual valor para todos e nos termos da lei complementar, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular, nos termos dos artigos 301 *e* 302, deste Regimento.

SEÇÃO I

DO PLEBISCITO, DO REFERENDO E DA CONSULTA POPULAR

Art. 287 - O plebiscito é a manifestação do eleitorado municipal sobre fato específico, decisão política, programa ou obra.

§ 1º - O plebiscito será convocado pela Câmara Municipal, através de resolução, deliberando sobre requerimento apresentado:

I - por um mínimo de 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município;

II - pelo Prefeito Municipal;

III - pela terça parte, no mínimo, dos Vereadores

§ 2º - Independe de requerimento, a convocação de plebiscito para decidir sobre criação e supressão de distritos.

§ 3º - É permitido circunscrever o plebiscito à área ou população diretamente interessada na decisão a ser tomada, o que deve constar do ato de sua convocação.

Art. 288 - O referendo é a manifestação do eleitorado sobre lei municipal ou parte dela.

Parágrafo único - A realização de referendo será autorizada pela Câmara, por resolução, atendendo requerimento encaminhado nos termos dos incisos do § 1º, do artigo anterior.

Art. 289 - Aplicam-se à realização de plebiscito ou de referendo as normas constantes nesta Seção e em lei complementar.

§ 1º - Considera-se definitiva a decisão que obtenha a maioria dos votos, tendo comparecido, pelo menos, a metade mais um dos eleitores do Município, ressalvado o disposto no § 3º, do artigo 287, deste Regimento.

§ 2º - A realização de plebiscito ou referendo, tanto quanto possível, coincidirá com eleição no Município.

§ 3º - O Município deverá alocar recursos financeiros necessários à realização de plebiscito ou referendo.

§ 4º - A Câmara organizará, solicitando a cooperação da Justiça Eleitoral, a votação para efetivação de um dos instrumentos de manifestação da participação popular, indicados neste artigo.

Art. 290 – A consulta popular é a manifestação do eleitorado municipal sobre questões locais aprovadas pela Câmara Municipal e encaminhada à Justiça Eleitoral até 90 (noventa) dias antes da data das eleições, observados os limites operacionais relativos ao número de quesitos estabelecidos pela Justiça Eleitoral.

§1º A consulta popular poderá ser realizada concomitantemente às eleições municipais, ordinárias ou suplementares, para prefeito e vice-prefeito, vereadores, conselheiros tutelares e outros cargos eletivos municipais estabelecidos em lei.

§ 2º - A Câmara Municipal atuará em cooperação com a Justiça Eleitoral, a fim de garantir a realização da consulta popular, observando as limitações por ela impostas, relativamente ao número máximo de consultas, perguntas e quesitos a serem apresentados em cada eleição municipal.

§3º No ano em que forem realizadas eleições municipais, as propostas de consulta popular tramitarão com prioridade.

Art. 291 – São legitimados a apresentar a proposta de consulta popular:

I - ao menos 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município;

II - o Prefeito Municipal;

III - quaisquer dos Vereadores;

§1º Os legitimados dos incisos II e III poderão apresentar propostas de consultas conjuntamente.

§2º Os legitimados dos incisos II e III poderão apresentar até 2 (duas) propostas de consultas por ano.

Art. 292 – As propostas de consulta popular deverão ser protocoladas até 120 (cento e vinte dias) antes da realização da eleição municipal e deverão ser estruturadas em, ao menos, duas partes básicas:

I - parte preliminar, compreendendo a justificativa para apresentação da proposta;

II – parte principal, que compreende a pergunta e os quesitos apresentados como respostas à pergunta dirigida aos cidadãos.

§1º Cada proposta deverá conter, no máximo, uma pergunta e pelo menos dois quesitos.

§2º A proposta deverá ser formulada, sempre que possível, observando a técnica de elaboração e redação das leis e os limites operacionais relativos ao número de quesitos estabelecidos pela Justiça Eleitoral.

§3º O prazo a que se refere o *caput* poderá ser reduzido na hipótese de eleições suplementares, adotando-se o regime de urgência para tramitação e deliberação sobre a proposta.

Art. 293 – Ao receber a proposta de consulta popular, o Presidente da Câmara Municipal indicará as Comissões Temáticas pelas quais deverá tramitar, dando imediato seguimento ao procedimento com a remessa dos autos à Comissão competente.

§1º A tramitação da proposta observará, no que for aplicável, o rito e o quórum de instalação e deliberação dos projetos de lei ordinária.

§2º As comissões temáticas e de Constituição e Justiça deverão emitir parecer sobre a regularidade formal da proposta, sugerindo aperfeiçoamentos na redação das perguntas e quesitos da proposta, desde que não impliquem na alteração do seu conteúdo essencial.

§3º A Comissão de Constituição e Justiça somente poderá opinar pelo trancamento da proposta de consulta popular quando demonstrada a ocorrência de flagrante inconstitucionalidade, fundamentada, sempre que possível, em decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Art. 294 – As propostas de consulta popular serão submetidas à deliberação do Plenário entre o 120º (centésimo vigésimo) e o 95º (nonagésimo quinto) dia anterior à eleição municipal, de forma conjunta para que todas as propostas sejam votadas dentro do prazo previsto na Constituição Federal.

§1º As propostas apresentadas pelos legitimados do inciso I do art. 291 serão votadas simbolicamente, sempre devendo ser encaminhadas, prioritariamente, à Justiça Eleitoral.

§2º O presidente da Câmara Municipal poderá convocar sessão extraordinária para votação de propostas de consulta popular, quando constada a insuficiência de tempo para sua deliberação no prazo determinado no *caput.*

§3º Quando houver limite máximo de propostas a serem apresentadas nas eleições municipais, determinado pela Justiça Eleitoral, cada vereador poderá votar em até 30% (trinta por cento) das propostas de consultas, sendo consideradas escolhidas as que obtiverem a maioria dos votos, na ordem decrescente de votação.

§4º No cálculo do número de propostas a serem votadas, previsto no §3º, será sempre desprezada a fração, se inferior a 0,5 (meio), e igualada a 1 (um), se igual ou superior

§ 5º No caso de empate, considerar-se-á escolhida a proposta de consulta que for subscrita pelo maior número de legitimados, e, persistindo o empate, a que tiver sido protocolada com maior antecedência.

§6º Enquanto a Justiça Eleitoral não definir o número máximo de consultas a serem realizadas a cada eleição, a Câmara Municipal poderá encaminhar à Justiça Eleitoral 1 (uma) proposta de consulta popular.

Art. 295 – Com a aprovação pelo Plenário, o Presidente da Câmara Municipal encaminhará a proposta de consulta popular ao Juízo da Zona Eleitoral, requisitando o apoio da Justiça Eleitoral para sua efetivação.

§1º Havendo solicitação da Justiça Eleitoral para a adequação da pergunta ou dos quesitos, em razão de limites operacionais ou de outras questões técnicas, o Presidente da Câmara Municipal deverá adotar as providências mais céleres possíveis a fim de atender a solicitação, promovendo a prévia cientificação do proponente da consulta para que se manifeste no prazo de 1 (um) dia.

§2º Não será necessária nova deliberação do Plenário, quando os ajustes realizados pelo proponente ou pelo Presidente não alterarem substancialmente a pergunta e os quesitos.

§3º Na hipótese do §2º, havendo divergência entre o ajuste promovido pelo proponente e pelo Presidente, prevalecerá a redação aprovada por este último.

Art. 296 - As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.

§1º A Câmara Municipal promoverá a ampla divulgação da realização da consulta, a fim de assegurar a maior participação possível do eleitorado municipal.

§2º A formação de frentes, associações e coletivos de apoiamento aos quesitos apresentados para a consulta popular observará, no que for aplicável, a legislação eleitoral.

Art. 297 - Ocorrendo fato impeditivo para a realização do plebiscito, do referendo ou da consulta popular, decorrente de problema técnico ou operacional de responsabilidade da Justiça Eleitoral, a Câmara Municipal, seguindo o procedimento previsto neste capítulo para cada uma de suas modalidades de participação popular, poderá utilizar de mecanismos alternativos para a colheita e apuração do sufrágio do eleitorado municipal.

§1º Os mecanismos alternativos a que se referem o *caput* deverão assegurar:

a) a verificação de que a pessoa é eleitora no Município;

b) o sigilo do voto;

§2º Nos processos de participação popular realizados pela Câmara Municipal sem a mediação da Justiça Eleitoral deverão ser observadas as regras gerais relativas à propaganda eleitoral, bem como as vedações a abusos previstos na legislação eleitoral.

§3º Nos processos de participação popular realizados pela Câmara Municipal o apoiamento, a formação de frentes e as manifestações favoráveis ou contrárias às opções postas à escolha popular serão realizadas de forma livre, dispensada a prestação de contas à Justiça Eleitoral ou à Câmara Municipal.

Art. 298 - A Câmara Municipal deverá estimular a participação popular, mediante a realização de campanhas educacionais, propaganda, promoção de debates, audiências, dentre outros instrumentos de democratização para a participação popular em âmbito municipal.

Art. 299 - A Câmara Municipal poderá adquirir equipamentos, aplicações de internet, serviços especializados e os instrumentos necessários à preparação, realização, apuração e divulgação do resultado dos mecanismos de participação popular em âmbito municipal.

Parágrafo único: Quaisquer das Comissões poderão solicitar à Presidência da Câmara Municipal o apoio e a prestação de serviços de especialistas para auxiliar na solução de questões técnicas e jurídicas complexas que envolvam os processos de participação popular.

Art. 300 - Anualmente, a Câmara Municipal deverá destinar dotação orçamentária específica para a consecução dos objetivos, ações e programas previstos neste capítulo.

SEÇÃO II

DA INICIATIVA POPULAR DE PROJETO DE LEI

Art. 301 - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara de projeto de lei de interesse do Município, da cidade, de bairro ou de distritos, através da manifestação de, pelo menos 5% (cinco por cento) do eleitorado municipal.

§ 1º - A apresentação do projeto de lei de iniciativa popular será formulada em listas de assinatura de cada eleitor, acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e número do título de eleitor.

§ 2º - Será lícito a entidade da sociedade civil, em número nunca inferior a 10 (dez), propor a apresentação de projetos de lei de iniciativa popular.

§ 3º - O projeto deverá ser encaminhado à Mesa da Câmara, cumpridas as exigências estabelecidas num dos parágrafos anteriores.

Art. 302 - O projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral.

§ 1º - Cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Legislação e Redação, em proposições autônomas, para tramitação em separado.

§ 2º - Não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, observado, neste caso, o disposto no § 3º, do artigo 113 deste Regimento.

§ 3º - A Mesa designará Vereador para exercer, em relação ao projeto de lei de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidas por este Regimento ao autor de proposição, devendo a escolha recair sobre quem tenha sido, com suas anuências, previamente indicado com essa finalidade pelo primeiro signatário do projeto.

§ 4º - A Comissão competente ouvirá em audiência pública os interessados, nos termos do disposto no Capítulo seguinte.

§ 5º - A Câmara deverá manifestar-se conclusivamente pela aprovação, com ou sem emendas ou substitutivo, ou pela rejeição do projeto de lei de iniciativa popular.

SEÇÃO III
DA PROPOSTA POPULAR DE EMENDA À LEI ORGÂNICA

~~**Art. 303** - A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta encaminhada por, pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município, nos termos do inciso III, do artigo 220, deste Regimento~~.

Art. 303. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta encaminhada por, pelo menos, 5% (cinco por cento) do eleitorado do

Município, nos termos do inciso III do art. 218 deste Regimento. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Parágrafo único - Aplica-se ao encaminhamento e à tramitação de proposta de emenda à Lei Orgânica, no que couber, as normas estabelecidas na Seção anterior e nos artigos 218 *e* 219, deste Regimento.

CAPÍTULO II
DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

Art. 304 - Os Vereadores individualmente, ou mesmo sendo parte de qualquer Comissão da Câmara Municipal, poderão realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil organizada, para instruir matéria legislativa em trâmite, ou tratar de assuntos de interesse público relevante, por requerimento ao Presidente da Câmara Municipal com, ao menos, 10 (dez) dias úteis de antecedência.

§ 1º- As entidades a que se refere o *caput* deste artigo poderão, através de requerimento ao Presidente da Câmara Municipal, solicitar a realização de audiência pública;

§ 2º- A audiência pública poderá ser transmitida pela internet, cujo regulamento será delimitado em ato normativo próprio.

Art. 305 - Sendo o pedido feito por membro de Comissão, e despachado o requerimento de audiência pública pelo Presidente da Câmara Municipal, o Presidente da Comissão selecionará, para serem ouvidos, os representantes das entidades dispostas no artigo anterior, e expedirá os respectivos convites.

§ 1º- O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá de 20 (vinte) minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, sem apartes, para pronunciamento;

§ 2º- Caso o convidado se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, caberá ao Presidente adverti-lo, cassar-lhe o uso da palavra, ou determinar sua retirada do recinto, nos termos deste Regimento Interno;

§ 3º- O convidado poderá valer-se de assessores credenciados, desde que previamente autorizados pelo Presidente da Câmara Municipal.

Art. 306 - Os pronunciamentos da audiência pública serão lavrados em ata, que será arquivada, juntamente com os documentos a ela pertinentes, no âmbito da comissão.

Art. 306-A. As audiências públicas e as consultas públicas promovidas pela Câmara ou por suas Comissões serão divulgadas no sítio eletrônico oficial e, quando existentes, nas redes sociais institucionais, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, com indicação do tema, local, data e horário ou, no caso de consulta, do período e da forma de participação.

§ 1º A Câmara realizará, em cada sessão legislativa, ao menos uma audiência pública ou consulta pública dirigida aos cidadãos e às entidades da sociedade civil.

§ 2º As audiências públicas serão gravadas e transmitidas na forma dos arts. 87 e 109-A, e a gravação será publicada no canal oficial da Câmara, juntamente com a ata e a lista de presença. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 307 - Cada Comissão poderá realizar audiência pública com entidade de sociedade civil, para instituir matéria legislativa em trâmite, bem como para tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à sua área de atuação mediante proposta de qualquer membro ou por solicitação de entidade interessada.

Parágrafo único - É obrigatória a realização de audiência pública, na Comissão competente, para discussão de:

I - proposição de iniciativa popular;

II - projetos de lei referentes ao planejamento municipal, principalmente os:

a) do plano diretor;
b) do plano plurianual;
c) das diretrizes orçamentárias;
d) do orçamento anual.

Art. 308 - A Comissão, aprovada a realização de audiência pública, ou no caso previsto no parágrafo anterior, selecionará para serem ouvidos, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo o seu Presidente expedir os convites.

§ 1º - Nas hipóteses de haverem defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que se possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2º - O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de vinte minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

§ 3º - Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou pedir-lhe que se retire do recinto.

§ 4º - A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§ 5º - Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto de exposição, pelo prazo de três minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder;

§ 6° - Da audiência pública lavrar-se-á ata arquivando-se no âmbito da comissão, os pronunciamentos escritos e documentos que os acompanharem.

CAPÍTULO III
DAS PETIÇÕES E REPRESENTAÇÕES E DE OUTRAS FORMAS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Art. 309 - As petições, reclamações ou representações de qualquer pessoa física ou jurídica contra ato ou omissão das autoridades e entidades públicas, ou imputadas a membro da Câmara Municipal, serão recebidas e examinadas pelas Comissões ou pela Mesa, desde que:

I- encaminhadas por escrito, vedado o anonimato;

II - o assunto envolva matéria de competência do colegiado;

§ 1º - O membro da Comissão ou da Mesa a que for distribuído o processo, apresentará relatório do qual dará ciência aos interessados.

~~**§ 2º** - A representação de partido político, nos termos do § 2º, do artigo 263, deste Regimento, cumpre tramitação própria, regimentalmente definida~~.

§ 2º A representação de partido político, nos termos do § 2º do art. 264 deste Regimento, cumpre tramitação própria, regimentalmente definida. (Redação da Resolução n° 08/2026)

~~**Art. 310** - Todos têm direito de receber da Câmara, através da Mesa, informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas segundo as regras do artigo 127, da Lei Orgânica, sob pena de responsabilidade~~.

Art. 310. Todos têm direito de receber da Câmara informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas segundo as regras do art. 132 da Lei Orgânica, da Lei federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e da regulamentação da Câmara sobre acesso à informação, sob pena de responsabilidade. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Parágrafo único – Quando os pedidos de informações, de que trata o *caput* deste artigo, se tratar de cópias de documentos, estes deverão ser arcados pelo Requerente.

Art. 311 - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, através da Câmara, denunciar formalmente irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas do Estado.

Art. 312 - A participação da sociedade civil poderá ser oferecida, também, através do fornecimento de pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades técnico-científicas e culturais, de associações e sindicatos e demais instituições representativas.

Parágrafo único - A contribuição da sociedade civil será examinada por Comissão cuja área de atuação tenha pertinência com a matéria contida no documento recebido.

TÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES REGIMENTAIS GERAIS

CAPÍTULO I
DA POSSE DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 313 - A posse do Prefeito e do Vice-Prefeito dar-se-á na data e com o objetivo estabelecido no inciso II, do artigo 5º, deste Regimento

§ 1º - O Presidente da Câmara, aberta a sessão solene para a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, designará Comissão de Vereadores para recebê-los e introduzi-los no Plenário

§ 2º - O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão assento ao lado do Presidente da Câmara.

§ 3º - A posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito eleitos será procedida pela Câmara empossada em 1° de janeiro do ano subsequente ao da eleição.

Art. 314 - No ato da posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão individualmente o seguinte compromisso:

"PROMETO, NO EXERCÍCIO DO MANDATO, LUTAR PARA ASSEGURAR À TODOS OS BARBOSENSES OS DIREITOS SOCIAIS E INDIVIDUAIS, O DESENVOLVIMENTO, O BEM-ESTAR E A JUSTIÇA SOCIAL, COMO VALORES SUPREMOS DE UMA SOCIEDADE FRATERNA, PLURALISTA E SEM PRECONCEITOS, CUMPRINDO E FAZENDO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO ESTADUAL E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, NA OBSERVÂNCIA PERMANENTE DA PRÁTICA DA DEMOCRACIA".

Parágrafo único - Prestado o compromisso, o Presidente da Câmara declarará empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, lavrando-se termo em livro próprio.

Art. 315- Vagando o cargo de Prefeito e de Vice-Prefeito, ou ocorrendo impedimento destes, à posse de seu substituto aplica-se o disposto nos artigos anteriores deste Capítulo, no que couber.

CAPÍTULO II
DA CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS

Art. 316 - Os titulares dos órgãos da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Município poderão ser convocados pela Câmara para prestarem informações sobre assuntos de sua competência administrativa.

§ 1º - A convocação dependerá de requerimento escrito e aprovado pelo Plenário e, ainda, pela maioria dos membros das Comissões, devendo indicar os assuntos que serão formulados ao servidor convocado.

§ 2º - Aprovado o requerimento, o Presidente expedirá ofício ao Prefeito dando ciência da convocação e estabelecendo dia e horário para o comparecimento do servidor convocado.

Art. 317 - A Câmara Municipal, no dia e hora de que trata o § 2º, do artigo anterior, reunir-se-á na sessão designada para ouvir o titular convocado.

§ 1º - Aberta a sessão, o Presidente concederá a palavra ao Vereador autor do requerimento, o qual fará breve explanação sobre os motivos da convocação.

§ 2º - Com a palavra, o servidor convocado poderá dispor de prazo de 15 (quinze) minutos para abordar o assunto da convocação, seguindo-se os debates referentes ao tema específico.

§ 3º - Os Vereadores poderão formular perguntas ao servidor convocado, devendo restringir-se à matéria em debate.

CAPÍTULO III
DO COMPARECIMENTO DE AUTORIDADES

Art. 318 - A Câmara Municipal, mediante requerimento subscrito pela maioria simples dos seus membros, poderá convidar autoridades ligadas à administração pública, titulares de órgãos de representação de classes ou pessoas que possuam notório saber para discorrer matéria de interesse público.

Art. 319 - Aceito o convite pela autoridade, a Presidência convocará sessão especial para ouvi-la.

Parágrafo único - Aplicar-se-ão a esta sessão, no que couber, as normas estabelecidas nos §§ 1º *e* 3º, do artigo 317, deste Regimento.

CAPÍTULO IV
DOS RECURSOS CONTRA AS DECISÕES DO PRESIDENTE

Art. 320 - Ao Plenário cabe recurso à decisão ou omissão do Presidente sobre:

I - questão de ordem; ou

II - recebimento de proposição de qualquer Vereador.

§ 1º - a decisão do Presidente prevalecerá até a deliberação em contrário do Plenário.

§ 2º - O recurso deverá ser proposto, obrigatoriamente, dentro do prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis da decisão através de requerimento escrito.

§ 3º - O Presidente deverá, dentro do prazo improrrogável de 02 (dois) dias úteis, dar provimento ao recurso ou, em caso contrário, informá-lo à Comissão de Legislação e Redação.

§ 4º - Dentro do prazo improrrogável de 02 (dois) dias, a Comissão de Legislação e Redação deverá emitir parecer sobre o assunto.

§ 5º - O recurso, juntamente com o parecer emitido será obrigatoriamente incluído na pauta da Ordem do Dia da sessão seguinte àquela em que o Presidente tiver recebido concluso o processo.

§ 6º - O Presidente, aprovado o recurso, deverá fazer observar a decisão soberana do Plenário e cumpri-la fielmente, sob pena de sujeitar-se a processo de destituição do cargo.

§ 7º - Rejeitado o recurso, a decisão do Presidente será integralmente mantida.

CAPÍTULO VI
DO ARQUIVAMENTO E DA ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS

Art. 321 - Os órgãos da administração pública municipal poderão, com base no Código de Classificação de Documentos de Arquivo para a Administração Pública: Atividades-Meio, adotar como modelo, para os arquivos correntes, as normas relativas aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), ou mesmo do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), as quais envolvem os prazos de guarda e a destinação de documentos estabelecidos na Tabela Básica de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos as Atividades-Meio da Administração Pública.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 322 - Nos dias de sessão, deverão ser hasteadas, no recinto e na Sala das Sessões, as bandeiras do Brasil, do Estado do Paraná e do Município.

Art. 323 - Os prazos previstos neste Regimento, salvo disposição em contrário, serão contados em dias corridos.

§ 1º - Exclui-se do cômputo o dia inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º - Os prazos, salvo disposições em contrário, ficarão suspensos durante os períodos de recesso.

Art. 324 - É vedado dar denominações de pessoas vivas a qualquer das dependências da Câmara.

~~**Art. 325 –** A Câmara Municipal fixará, por resolução específica, tornando parte deste Regimento, os critérios para concessão de honrarias e conferir homenagens à pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município, à democracia ou ao povo brasileiro.~~

~~**Parágrafo único –** A entrega da honraria de que trata o *caput* deste artigo, deverá ocorrer dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua aprovação~~.

Art. 325. A Câmara Municipal poderá conceder honrarias e conferir homenagens a pessoas que reconhecidamente tenham prestado relevantes serviços ao Município, à democracia ou ao povo brasileiro, observado, quanto aos títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito, o disposto nos arts. 153-A a 153-C deste Regimento.

Parágrafo único. A entrega da honraria de que trata o caput deste artigo deverá ocorrer dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias de sua aprovação. (Redação da Resolução n° 08/2026)

Art. 326 - A Mesa providenciará a publicação, respeitados os preceitos legais, de:

I - emenda à Lei Orgânica do Município;

II - resolução promulgada pela Mesa;

III - lei promulgada nos termos do § 5º do artigo 154, deste Regimento e de seu artigo 155.

IV - Atos referentes a:

a) criação ou extinção de função gratificada quando autorizada em lei;
b) definição de competência dos órgãos e das atribuições dos servidores públicos da Câmara;
c) aprovação de regulamento;
d) provimento e vacância de cargos públicos e demais atos de efeito individual, relativos aos servidores da Câmara;
e) edital de licitação.

§ 1º - Os atos não normativos, de publicação obrigatória, poderão ser divulgados resumidamente, em especial os contratos resultantes de licitação.

§ 2º - Publicar-se-á, por qualquer meio de divulgação, mensal e reduzidamente, o Balancete da Câmara referente ao mês anterior.

§ 3º - Nenhum ato produzirá efeito antes de sua publicação.

Art. 327 – A Câmara comemorará, anualmente, em 05 de abril, aniversário de promulgação da Lei Orgânica, o Dia da Autonomia do Município.

Parágrafo único – Para registrar o evento, a Câmara Municipal poderá promover conferências e debates sobre questões de interesse do Município e de sua população.

SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, em 15 de abril de 2024.